

Ricardo Sterchele

# Da criação à publicação

## Guia do autor

**VOLUME 1**

Frôntis  Editorial

Copyright© 2019 by Ricardo L. Sterchele

Todos direitos reservados. Proibida a tradução, versão ou reprodução, mesmo que parcial, por quaisquer processos mecânicos, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização por escrito do autor.

1ª edição - Fevereiro de 2019

Produção Editorial: *Escritório Editorial Frôntis*

## Da criação à publicação: guia do autor

*Ricardo Sterchele*

### Criação

#### Para começar

- 1. Elaborando idéias**
  - 1.1. Definição do objetivo da obra
  - 1.2. Criando idéias
  - 1.3. Anotando pensamentos e informações
- 2. Público-alvo**
  - 2.1. Nível de profundidade
  - 2.2. Levantamento dos interesses
  - 2.3. Linguagem e repertório
- 3. Planejamento da obra**
  - 3.1. Estrutura do conteúdo
  - 3.2. Levantamento de informações preliminares
  - 3.3. Enfoque narrativo
- 4. Preliminares da redação**
  - 4.1. Lógica narrativa
  - 4.2. Falácias na comunicação
  - 4.3. Revelando a verdade
  - 4.4. Análise e síntese
  - 4.5. Formatos de redação
- 5. Redação**
  - 5.1. O personagem
  - 5.2. Localidade e época
  - 5.3. A narrativa
  - 5.4. Linguagem
  - 5.5. Períodos e parágrafos
  - 5.6. Referências

Frôntis Editorial

www.frontis.com.br  
escritorio@frontis.com.br

## Edição

### 6. Produção editorial

#### 6.1. Avaliação do original

- a) Leitura-crítica do original de autor
- b) Sugestões de modificações
- c) Anteprojeto editorial

#### 6.3. Adequação do roteiro literário

- a) Adaptação da estrutura da obra
- b) Definição do conteúdo informacional
- c) Detalhamento dos capítulos e divisões
- d) Redação do original de autor

#### 6.4. Edição-de-texto / Redação final

- a) Verificar vocabulário / expressões
- b) Normalizar linguagem e entradas
- c) Padronizar citações, destaques, notas
- d) Correção gramatical e ortográfica
- e) Alterações e acertos finais na redação
- f) Preparação do original para diagramação

## Publicação

### 7. Projeto gráfico

- a) Design gráfico / diagramação
- b) Paginação e boneco para aprovação
- c) Saída para CTP e impressão gráfica
- d) Distribuição / entrega

### 8. Divulgação

- a) Noite de autógrafos / lançamento
- b) Distribuição para público dirigido / especial
- c) Entrevistas e palestras
- d) Apresentação no catálogo
- e) Assessoria de Imprensa
- f) Anúncios em publicações dirigidas

### 9. Comercialização

- a) Venda direta pelo autor
- b) Mailing list / mala-direta geral
- c) Livrarias / pontos-de-vendas
- d) Internet

### 10. Feed-back do público

- a) Retorno comercial
- b) Repercussão na imprensa dirigida
- c) Convites para palestras
- d) Pesquisa pós-vendas
- e) Declarações espontâneas

# Criação

## Sumário

<b>Para começar</b>	<b>.10</b>
<b>1. Elaborando ideias</b>	<b>.12</b>
1.1. Definição do objetivo da obra.	.12
1.2. Criando idéias	.14
1.3. Anotando pensamentos e informações	.16
<b>2. Público-alvo</b>	<b>.18</b>
2.1. Nível de profundidade.	.18
2.2. Levantar os interesses	.19
2.3. Linguagem e repertório	.22
<b>3. Planejamento da obra</b>	<b>.25</b>
3.1. Estruturas do conteúdo	.26
1.2. Levantamento de informações preliminares	.31
3.2.1. Pesquisa bibliográfica	.33
3.2.2. Entrando na biblioteca	.36
3.3. Enfoques narrativo	.39
<b>4. Preliminares da redação</b>	<b>.42</b>
4.1. Lógica narrativa	.42
4.2. Falácias na comunicação	.45
4.3. Revelando a verdade	.49
4.4. Análise e síntese	.53
4.5. Formatos de redação	.54
<b>5. Redação</b>	<b>.54</b>
5.1. Tipos de textos	.55
5.2. Narração	.57
5.2.1. Texto Narrativo.	.59
5.2.2. Tipos de Discurso Narrativo	.60
5.2.3. O personagem	.62
5.2.4. Localidade e época	.66

5.3. Dissertação	.70
5.4. Descrição	.71
5.4.1. Texto Descritivo	.72
5.5. Argumentação	.74
5.5.1. Contestação	.77
5.5.2. Texto Dissertativo-Argumentativo	.78
5.5.3. Como fazer um bom texto dissertativo-argumentativo	.79
5.5.4. Operadores Argumentativos	.80
5.5.5. Conectivos	.81
5.5.6. A contra argumentação na produção de textos	.83
5.5.7. Conclusão	.83
5.5. Texto Expositivo	.84
5.6. Texto Injuntivo	.84
5.7. Texto Jornalístico	.85
5.7.1. Texto Informativo.	.87
5.7.2. Gêneros Jornalísticos	.87
5.8. Linguagem, língua e fala.	.89
5.8.1. Linguagem e comunicação	.90
A) Função referencial ou denotativa.	.91
B) Função emotiva ou expressiva	.92
C) Função apelativa ou conativa	.93
D) Função poética	.94
E) Função fática	.94
F) Função metalinguística	.95
5.8.2. Níveis de linguagem	.95
5.8.3. Variações linguísticas	.97
5.8.4. Sincronia e diacronia	.98
5.8.5. Sentido próprio e figurado das palavras	.99
A) Sentido próprio	.99
B) Sentido figurado	.99
5.8.6. Figuras de linguagem	100
A) Metáfora	100
B) Metonímia	101
C) Perífrase ou antonomásia.	103
D) Sinestesia	103
E) Sinédoque.	103
F) Alegoria	103
G) Catacrese	103
F) Pleonasma	104
5.8.7. Vícios de linguagem	105

A) Barbarismo . . . . .	105
B) Solecismo . . . . .	106
C) Pleonasma vicioso ou redundância . . . . .	106
D) Ambiguidade ou anfibologia . . . . .	106
E) Cacofonia ou cacófato . . . . .	107
F) Eco . . . . .	107
G) Hiato . . . . .	107
H) Colisão. . . . .	107
I) Vulgarismo . . . . .	107
J) Plebeísmo . . . . .	108
K) Estrangeirismo . . . . .	108
L) Neologismo . . . . .	108
M) Arcaísmo. . . . .	108
N) Preciosismo e prolixidade . . . . .	108
O) Gradação ou clímax . . . . .	109
P) Anástrofe ou inversão . . . . .	109
Q) Anástrofe x hipérbato x sínquise . . . . .	110
5.8.8. Coerência e coesão textual . . . . .	110
A) Como criar coerência textual? . . . . .	110
B) Como criar coesão textual? . . . . .	111
5.8.9. Paralelismo . . . . .	113
A) Paralelismo sintático . . . . .	113
B) Paralelismo semântico . . . . .	114
5.8.10. Paródia e paráfrase . . . . .	115
A) Paráfrase . . . . .	115
B) Paródia . . . . .	116
5.9 Parágrafos e períodos . . . . .	116

## Criação

### Para começar

O livro é o meio de comunicação mais eficaz para transmissão e fixação de idéias e conhecimentos, isto porque exige do cérebro uma atividade intensa para decodificar e compreender as informações impressas, primeiro na compreensão das frases e pensamentos e depois da concatenação dessas idéias para compreensão da mensagem maior, exigindo sempre um raciocínio do que foi lido e em seguida uma reflexão do leitor sobre o impacto que essa mensagem lhe causou no seu modo de pensar e agir.

É preciso ressaltar que o propósito da Comunicação é alterar comportamentos no receptor, mudando sua forma de agir, pensar e sentir, seja para exercer melhor uma atividade, seja para firmar sua fidelidade ou simplesmente para aprimorar seus sentimentos. Se uma mensagem não provocar qualquer modificação no receptor, mesmo que seja uma manifestação de indignação, ou repúdio, ou uma crítica ou apenas um sorriso, então não houve comunicação.

Nos meios de comunicação audiovisuais, que são mais apreciados justamente por não exigir um esforço cerebral do espectador, o qual absorve a mensagem sem reflexão, recebendo as informações passivamente, a fixação da mensagem é muito menor que na leitura escrita, portanto, o impacto que essas mensagens causam no receptor são superficiais e passageiras, muitas vezes sendo necessária uma repetição massiva para que algum significado permaneça no espectador. Os meios impressos propiciam uma conscientização maior e mais profunda que os meios audiovisuais, isto se comprova nas campanhas públicas, onde um folheto distribuído traz resultados maiores que as exibições de anúncios na TV e no rádio.

Evidentemente que todos os canais de comunicação devem ser utilizados, da mesma forma que o livro divulgado na TV e no rádio tem um retorno de vendas muito maior. Todos os meios têm seu propósito e sua utilidade. Nada melhor para comunicação expressa, para informações elementares que a TV, o DVD e o rádio; nada melhor para se obter informações pontuais que a internet ou os cd-roms; e nada melhor que o livro para transmitir conhecimentos e idéias complexas, que exigem a apresentação de premissas e argumentos de maneira lógica e progressiva que estimulem reflexões do leitor e ele possa compreender a essência da mensagem transmitida.

Muitos livros são publicados, alguns são lidos e poucos contribuem para o aperfeiçoamento do público. A política cultural brasileira procura incentivar produções de baixo valor, uma vez que é mais lucrativo fabricar produtos “popularescos”, haja vista que nosso povo possui baixa instrução e baixa formação educacional, o que facilita a vida daqueles que lucram com a miséria econômica e cultural da Nação.

Qualquer pessoa pode avaliar rapidamente o nível de informação e cultural que os meios de comunicação proporcionam à população. A estratégia é produzir programas de gosto simples de modo elaborado e sofisticado, e programas culturais de modo simplório e enfadonho, desmotivando a população para o que é bom e o que traz desenvolvimento para ela. No entanto, algumas manifestações nos dão conta que nosso povo gosta do que possui alto nível de conhecimento e de valores culturais, como as feiras de livros, os concertos de música clássica, campanhas de teatro e mostras de arte que, quando são franqueados ao público geral, atraem multidões.

É bem mais fácil governar um povo sem instrução e que necessita de comida e infra-estrutura, pois esses eleitores acabam se satisfazendo com promessas de programas assistenciais paternalistas e, por terem sidos privados de uma visão mais abrangente, acabam não exigindo mudanças estruturais nas políticas governamentais e empresariais, perpetuando dessa forma o *status quo* dos detentores do poder.

Na Europa, onde a TV não tem apelo popular e as artes são incentivadas, prioritariamente a leitura, o consumo de livros é muito mais alto que o nosso, o que acaba barateando o preço do livro, sendo que há um forte comércio nos livros usados, fazendo com que um exemplar seja lido por até dez pessoas, enquanto no Brasil a maioria dos exemplares nem chega a ser lido por aquele que o comprou. Veja os títulos de maior sucesso de vendas, promovidos por uma forte campanha de marketing, principalmente de celebridades globais, que chegaram a vender mais de 300 mil exemplares, enquanto a média de vendas não ultrapassa a cinco mil exemplares de um título. Muitos compraram o livro para não ficarem de fora da moda, até quem não lê livro algum comprou um exemplar, mas quantos realmente leram o livro até o fim, e gostou? Pergunte aos seus amigos e familiares e constate você mesmo!

No entanto, há um fato interessante que isto nos mostra: há pessoas interessadas em adquirir livros quando são bem divulgados, e se eles forem bons e interessantes, trazendo mensagens que estimulem reflexões, as quais provoquem mudanças de comportamento nos que lerem, então se estará formando leitores e saberemos que o problema é a qualidade dos livros e a afinidade com os anseios do leitor. Outro fato importante é que nos países onde há um grande consumo

de livros, são exatamente os países onde há um maior número de escritores, ou seja, quem é estimulado a escrever acaba se tornando um grande leitor.

Há muitos públicos e cada pessoa possui gostos variáveis para cada gênero: uma pessoa não aprecia somente livros técnicos, ou somente ficção, ou somente não-ficção, mas dentro de cada gênero um gosto particular. Muitos autores e editores se esquecem disso e preocupam-se na publicação de mensagens que eles julgam importantes, e não focam suas edições no leitor-alvo.

A razão deste livro é exatamente isso que foi posto: incentivar as pessoas a escreverem, fornecendo um método que facilite o desenvolvimento da redação e que possam atingir corretamente seu leitor-alvo. Acreditamos que apenas despertaremos novos leitores se pessoas com os mesmos interesses e estilo estiverem escrevendo livros que os agradem. Desse modo, todos contribuiremos para o crescimento e aprimoramento cultural da nossa população, de maneira lenta e gradual, mas sólida e eficaz.

Apresentaremos aqui que publicar um livro não se resume a escrever um original e enviar a uma gráfica. Há um sistema com etapas que devem ser cumpridas e certos profissionais precisam estar envolvidos. O mais importante é ter um assessor literário no início do projeto que possa ajudá-lo a organizar a estrutura e desenvolvimento da obra, de forma a direcioná-la para o tipo de leitor escolhido. Tendo um profissional orientando-o é mais garantido e facilita o desenvolvimento da redação, mas é melhor que não seja alguém que apenas diga o que se quer ouvir, que seja um crítico sincero e que analise friamente o trabalho, pois dessa forma sua obra, quando concluída, estará pronta para enfrentar qualquer crítica explícita ou oculta. Isto é bom para que você se sinta seguro e confiante na qualidade do seu trabalho, o que não significa necessariamente que precisa ser um trabalho de alto nível intelectual ou de grande valor cultural, o propósito pode ser simplesmente lúdico e superficial, sem perder, no entanto, a qualidade e o enfoque ao longo das páginas, de modo que o seu leitor aprecie a leitura até o final e extraia a mensagem que você planejou.

## 1. Elaborando ideias

### 1.1. Definição do objetivo da obra

É comum encontrarmos nos autores iniciantes a colocação que apenas escreveram uma história ou conto a partir de uma inspiração e não conseguem dizer qual é a essência daquela história. O mesmo acontece com escritores técnicos ou científicos, que na maioria das vezes, querem publicar o relatório do desenvolvimento de um experimento ou pesquisa, sem se preocupar com a utilidade daquele texto para o leitor.

Toda comunicação deve ter um objetivo a ser alcançado no leitor, algo a acrescentar em sua vida, seja no plano emocional ou no plano prático, algo que lhe dê uma nova visão, uma nova perspectiva sobre alguma questão que você desvendou. No caso de textos técnicos e científicos, é preciso avaliar qual a utilidade da informação para o leitor, se será para utilizá-la em seu cotidiano ou apenas para dar suporte para alguma experiência ou pesquisa que ele realizará. Nos textos de ficção ou históricos, geralmente o leitor vai preferir uma narrativa que lhe traga uma reflexão, estimulada por um sentimento provocado pela leitura.

Uma vez que não podemos controlar quem irá ler o texto nem precisar seu perfil de interesse, devemos dar uma certa amplitude em nosso objetivo, de forma a atender uma gama maior ou até complementar de satisfação do leitor. Assim, um texto deverá também ter objetivos secundários para satisfazer diversos públicos. Uma história de ficção poderá estar recheada de informações históricas ou técnicas, servindo também para satisfazer aqueles que preferem obras mais verossímeis. Para o leitor de ficção, as informações servirão de pano-de-fundo, enquanto para os mais realistas, a ficção é que servirá como ilustração dos fatos. O mesmo ocorre com os textos científicos, apesar de não usarem ilustrações ficcionais, elas poderão servir para satisfazer certas curiosidades dos leigos. Um bom texto científico deve ser capaz de propiciar a um especialista compreender em profundidade a mensagem e ao mesmo tempo dar compreensão ao leigo.

No caso deste livro, o objetivo principal é mostrar ao escritor que há uma série de etapas e de considerações que ele deve estar atento de modo a realizar uma obra que atinja o seu objetivo e lhe traga o retorno desejado, seja financeiro, seja de reconhecimento pessoal. Também mostrar aqueles que ainda estão tímidos em começar a escrever, que há certas técnicas que facilitam a concretização do seu desejo. Outro objetivo é mostrar que há profissionais que podem e devem auxiliar o autor na realização da obra, haja vista que nenhum livro é obra de uma só pessoa, e que o auxílio de um profissional em muito facilita e dá certa garantia de sucesso na publicação do texto.

Muitos nos procuram já com os textos prontos e desejam apenas publicá-los. No entanto, ao analisarmos o original, vemos que há uma série de inconsistências e lapsos na redação, que distorcem o propósito pretendido pelo autor e que causam confusão no leitor. Quando alguém lê um texto, ele quer ficar atento para compreender a mensagem principal, e qualquer coisa que desvie sua atenção ou que lhe provoque alguma crítica, ele interrompe a leitura e rejeita a obra. Mas se o objetivo principal não é atendido, então ele passa a rejeitar o autor.

Para quem está iniciando ou apenas se vê obrigado por exercício profissional a redigir uma obra, como um manual ou um relatório, deve em primeiro lugar ter em mente que a simplicidade e a objetividade na transmissão das informações é uma receita certa para o sucesso da empreitada. Geralmente é a

pretensão de ser rebuscado e complexo para mostrar superioridade intelectual que acaba trazendo rejeição e descrédito ao autor, mesmo quando a mensagem é interessante e importante. O mesmo acontece com aqueles que desejam escrever romances, mas acabam pretendendo ser literários em vez de simplesmente contar bem uma história. É bom ler autores consagrados, mas não procurar imitá-los, pois muitos possuem o dom e são artistas da palavra, onde a construção das frases é mais importante, contudo conseguem não perder o foco da obra.

O objetivo da obra é uma idéia clara e sintética que você deve ter sobre a mensagem que deseja transmitir a um grupo determinado de pessoas. Quanto mais claro estiver este objetivo e mais preciso for o perfil do leitor, maior será a chance da obra alcançar sucesso. É bom escrever este objetivo e o perfil do leitor-alvo, de modo que você não se desvie do propósito durante a construção da obra, podendo até colocá-lo na abertura do seu livro.

O sucesso também será avaliado pelo retorno daqueles que se encaixam no perfil escolhido, pois é para eles que você está escrevendo, sendo que críticas feitas por outros tipos de leitores, positivas ou negativas, não avaliarão o grau de sucesso. O livro pode até não ser um sucesso de vendas, mas se aqueles que o leram conseguiram entender e serem modificados por ele, então o objetivo atingiu o propósito e o livro foi um sucesso. De que adianta um livro dirigido a pessoas com problemas de obesidade alcançar sucesso de vendas e não ter ajudado ninguém. Há diversos livros de dietas “milagrosas” que iludem as pessoas a adquiri-los, mas cuja leitura em nada contribui para amenizar o dilema desses leitores. Alcançam sucesso de vendas apenas pelas estratégias de marketing e prestígio do autor, mas que em nada contribuem para o desenvolvimento das pessoas e aprimoramento da sociedade.

## 1.2. Criando idéias

Temos sempre muitas idéias, mas idéia aqui é mais que uma inspiração ou uma vontade, é a síntese de uma mensagem que deverá ser desmembrada de forma a ser compreendida por outra pessoa. Nesta idéia está contida a forma que será abordado o assunto e descrito os fatos e relatos. Ela é o protótipo, o resumo do livro, no entanto não é a mensagem, pois esta é que irá transportar a idéia, a qual só poderá ser adquirida percorrendo as frases e parágrafos que serão escritos. Pode-se ter a idéia de contar uma história onde um aviador cai em um deserto e conhece um garotinho de outro planeta que com ele trava uma interessante conversa sobre valores humanos. Isto não é nem de longe a mensagem narrada por Antoine de Saint-Exupéry em “O Pequeno Príncipe”, livro publicado em diversos idiomas e com milhões de exemplares vendidos nas últimas décadas. Na idéia tem-se não só o desejo de transmitir uma visão particular sobre alguma reflexão que fizemos quanto a forma de fazê-la.

A fonte principal de nossas idéias é certamente a nossa experiência, que, em certo sentido, é a única fonte, pois pode ser tão variada e multiforme que acaba abrangendo toda a atividade humana. Todas as idéias passam pelo nosso espírito e provêm das nossas sensações e reflexões das experiências que vivenciamos, seja pessoalmente, seja através de outras pessoas. Viver é adquirir experiência, e adquirir experiência é aprender, como diz o ditado popular “é vivendo que se aprende”.

Adquirir experiência é observar; mas as impressões colhidas através da observação dos fatos constituem-se em idéias ou representações que graças à imaginação e à reflexão se associam, se entrecruzam, se multiplicam e se desdobram em outras. Evidentemente não estará em condições de escrever quem não dispuser de uma capacidade mínima de refletir, isto é, de selecionar, ordenar e associar impressões e idéias advindas da observação dos fatos. Quanto mais observarmos, quanto maior for a acuidade de nossa observação, tanto maior será o acervo de nossas idéias.

A vida nos dá experiências de forma desordenada e indiscriminadas, aprendemos o útil e o inútil, o que é bom e o que é mal, o agradável e o desagradável. A ponderação entre os opostos vividos é que nos faz refletir e concluir pensamentos e opiniões que por fim nos moldam e constituem nossa maneira de agir e reagir às circunstâncias apresentadas em nosso viver. Felizmente não precisamos vivenciar todas as situações para aprendermos o que elas nos proporcionam. Servimo-nos das experiências alheias para isto, tomando conhecimento e aprendendo através da observação que outros vivenciaram. Assim, podemos dizer que há três modos de aproveitar a experiência alheia: o convívio, a conversa e a leitura de seus relatos e narrativas. É dessa forma que você contribuirá para que outras pessoas conheçam seus pontos-de-vista e experiências, e através da reflexão que farão, ampliem seus horizontes e modifiquem ou reavaliem seu modo de pensar e de se comportar.

Para escrever, precisamos interagir com as pessoas, mesmo se for para descrever um experimento científico. A convivência é a forma que mais nos influencia e pela qual adquirimos a cultura e a ideologia da comunidade em que vivemos. Assimilamos hábitos, atitudes, conceitos, preconceitos, padrões de comportamento daqueles que conosco compartilham nossa família, nosso círculo de amizade, nosso local de estudo e de trabalho, da mesma forma como influenciemos a eles com aquilo que concordamos e discordamos.

Nesse convívio, a conversa é forma predominante de compartilhar pensamentos e conceitos. Quando temos um objetivo definido, a conversa é dirigida de modo a aproveitar a experiência alheia na forma de uma entrevista, debate de idéias ou testemunho. Neste caso, lançamos mão da pergunta, mas perguntar a esmo é bisbilhotar, então devemos focar o que nos desperta a curiosidade e o

que desejamos aprender com a experiência vivida por aquela pessoa, de forma a desenvolver uma conversa produtiva, estimulando reflexões e respostas das quais possamos assimilar a essência do conhecimento que ela possui.

Como nem sempre é possível contarmos pessoalmente aqueles que são mais versados em um assunto, seja por indisponibilidade de tempo, acesso ou por outras circunstâncias, nos valem da leitura dos trabalhos realizados por elas, realizando assim a pesquisa bibliográfica, fundamental em qualquer obra que pretendemos realizar, mesmo que se trate de uma obra de puro lazer e de entretenimento. Se for escrever um romance, por exemplo, a leitura de outros romances similares é interessante e a leitura de informações sobre épocas, costumes, cultura dos locais que irá ambientar sua narrativa é indispensável, mesmo que se passe na localidade em que você viveu ou conhece. Sempre há informações a serem pesquisadas e analisadas que enriquecerão a sua narrativa. Nas obras técnicas e científicas, a pesquisa bibliográfica é uma exigência para que suas opiniões sejam abalizadas por outros, mais ainda se pretender refutar alguma opinião ou conceito comumente aceito.

É bom esclarecer que as idéias não são objeto de proteção. Isso é um conceito universalmente aceito. A Lei de Direitos Autorais protege a manifestação concreta do pensamento criador, aquele que concretiza em uma base qualquer, que possa ser vista, ouvida, sentida e, sobretudo, apropriada com bem móvel. Evidente que a Lei refere-se à obra de arte e que tenha o empenho intelectual na produção de algo original; a originalidade é importante. Não é o caso de se proteger a idéia de uma história onde uma menininha vai pela floresta para a casa da avó e encontra um lobo; mas sim a versão ou a narrativa dessa história.

O Artigo 8º da Lei de Direitos Autorais estabelece que não são objeto de proteção como direitos autorais: as idéias; sistemas; métodos; projetos; formulários; tratados; convenções; o aproveitamento industrial das idéias contidas nas obras. Qualquer produto pode receber um tratamento criativo e ser, então, passível de proteção. É o caso, por exemplo, das leis e decretos, que não podem ser protegidos, mas se um autor fizer comentários e anotações sobre elas, aí sim poderão ser alvo de proteção. As agendas e calendários, outro exemplo, não podem ser protegidos, mas se for ilustrado ou possuir um formato ou diagramação diferenciada, poderá ser. Mais adiante falaremos especificamente sobre Direitos Autorais, mas por enquanto saiba que a sua idéia, a mensagem que deseja transmitir é livre e pública, mas a forma como vai transmiti-la, seu estilo na verdade, é que será protegido, mesmo se não o registrar.

### 1.3. Anotando pensamentos e informações

As primeiras intenções e opiniões sobre aquilo que você deseja publicar devem ser anotadas em um caderno, não recomendo as anotações em fichas e

folhas soltas, porque acabam se perdendo, ficando as anotações em arquivos digitais para aqueles que são mais disciplinados e organizados.

Estas anotações não precisam, nesta primeira etapa, estar classificadas e organizadas em tópicos e assuntos. Nesta etapa, o importante é ir mapeando o universo que irá abordar, servindo as notas como referência dos pontos a serem explorados ou rejeitados na estrutura da obra. Certamente você levantará muitos dados que não serão relevantes para o enfoque que pretende dar e sentirá a falta de outros. Este é o início da coleta de informações e o primeiro rascunho da idéia essencial de seu livro.

Nestas anotações é importante colocar as referências de quem, como e onde foram obtidas, o resumo do que achou pertinente, descrevendo brevemente suas impressões, opiniões, dúvidas e os pontos que acha que deveriam ser aprofundados e melhor pesquisados, de maneira que você possa lembrar não só da informação captada quanto das circunstâncias em que elas foram feitas, reativando dessa forma as suas impressões naquele instante, recordando e estimulando novas reflexões.

Geralmente é difícil classificar a anotação em um tópico específico, pois em qualquer abordagem, seja em uma entrevista ou pesquisa bibliográfica, tem-se o levantamento de informações e dados referentes a diversos tópicos que pretendemos abordar, assim como teremos outros que não iremos utilizar. Estas anotações servirão em muito quando começarmos a traçar a estrutura da obra, dividindo os assuntos que iremos abordar em capítulos e tópicos.

Quando realizar pesquisa bibliográfica, nunca esqueça de anotar os dados do livro utilizado, dados estes que você poderá saber no anexo deste livro em Normas para Referências Bibliográficas. Isto é indispensável, pois não há proibição em se utilizar trechos ou pensamentos de outros autores, na verdade é salutar que isso ocorra, pois dignifica e valoriza a obra do colega. O que é desleal e repreensível é querer usar pensamentos ou idéias de outro como se fosse nossa, sem lhe darmos o devido e merecido crédito.

Aqueles que se julgam capazes de escrever dispensando a pesquisa prévia e as anotações, além de equivocados, certamente não realizarão uma obra de envergadura e profundidade que contribua significativamente para a coletividade. Realizam obras superficiais e certamente recheadas de incorreções e inverdades, que acabam confundindo o leitor e desprestigiando o próprio autor.

## 2. Público-alvo

### 2.1. Nível de profundidade

Como já dissemos, a comunicação é o ato de levar a outra pessoa uma idéia que provoque nela uma alteração de comportamento ou de pensamento obtido através de uma reflexão. Para isso, o emissor deve transformar esta idéia em uma mensagem que possa ser decodificada pelo receptor, de modo que ele compreenda e reflita sobre a idéia transmitida, aceitando-a ou refutando-a.

Se um físico deseja fazer com que uma pessoa com baixa instrução entenda os princípios do espaço-tempo e da relatividade, esta idéia deverá estar formatada em uma mensagem adequada ao repertório dessa pessoa para que ela possa, com as informações que dispõe, compreender esta complexa idéia e aumentar seu universo de conhecimento.

Conhecer o perfil do seu leitor-alvo é então fundamental para que se possa estabelecer a comunicação. Se um físico usar a mesma mensagem que utiliza em seus artigos científicos, o leigo pouco ou nada compreenderá, e não se estabelecerá uma comunicação. Muitos autores técnicos e científicos, receosos de serem criticados pelos colegas, acabam se dirigindo a leigos utilizando mensagens especializadas, e acabam não satisfazendo o público a que se destinava nem sendo reconhecido pelos seus pares pela superficialidade da abordagem. Outros são tão superficiais na mensagem que acabam não transmitindo nenhum conhecimento.

Para determinarmos o repertório do nosso leitor-alvo, podemos utilizar a conversa e as entrevistas com pessoas com as características que idealizamos. No caso exemplificado acima, o físico poderá contatar individualmente algumas pessoas e verificar como elas recebem as informações transmitidas verbalmente e qual o nível de compreensão que elas tiveram. O uso de questionários também pode ser muito útil tanto para assuntos técnicos-científicos quanto para de interesse geral e de ficção, avaliando não só o nível de conhecimento como também as opiniões que essas pessoas possuem sobre alguns temas pertinentes ao assunto que você pretende abordar.

Os dados obtidos determinarão as informações que este público já possui e quais as que devemos fornecer e esclarecer para que possam compreender e assimilar a mensagem que pretendemos passar a eles. Precisamos ter consciência que nível de profundidade está relacionado à capacidade de raciocínio e grau de inteligência e não necessariamente ao grau de instrução e de conhecimento de uma pessoa. Um renomado Professor de Biologia de uma grande Universidade pode não saber nada de informática, nem por isso vamos subestimar sua inteligência em compreender circuitos lógicos, passando para ele as informações de

maneira infantil, tão pouco devemos acreditar que um médico esteja apto a compreender os fenômenos astrofísicos com a mesma amplitude de um engenheiro.

Determinar o nível de profundidade que daremos à mensagem é fator determinante para conseguirmos sucesso em nossa empreitada. Não podemos ser complexos demais, mesmo que nosso público seja altamente especializado no assunto, nem superficial como se o leitor fosse incapaz de assimilar informações mais elaboradas. É certo que estes parâmetros devem estar presentes na introdução de nosso livro, de modo que o leitor se certifique qual o nível de entendimento que pretendemos atingir e quais os conhecimentos prévios sobre o assunto ele deveria ter para melhor aproveitamento da leitura.

Nos casos de romances e obras artísticas, é mais difícil estabelecer estes limites, mas nem por isso devem ser negligenciados, pois sempre teremos leitores com formação e valores diferentes que poderão influenciar a compreensão da nossa mensagem e causar ruído à compreensão da idéia principal. Muitos romances são duramente criticados por aqueles que os leram sem se distanciarem de seus conceitos e valores, não estando abertos a conhecer primeiro o que o autor desejava transmitir para depois refletir sobre a abordagem, ai então concordarem ou refutarem aquela visão.

Quando abordamos assuntos que trazem uma carga de moralidade e ética, eles geralmente se tornam polêmicos, e se assim não for, então é porque pouco tem para contribuir com a comunidade, pois não suscita discussões, e são elas que nos fazem refletir e evoluir. Então, conhecer os valores e os conhecimentos do seu público é até mais importante quando se pretende apresentar assuntos de cunho social, intelectual ou artístico que técnico e científico.

### 2.2. Levantar os interesses

Para que nosso leitor seja estimulado a continuar a leitura da nossa mensagem até o final, devemos satisfazer seus interesses e procurar superar suas expectativas, fazendo com que cada capítulo desperte nele novos interesses, os quais serão satisfeitos na seqüência da leitura.

Estes interesses estarão previamente definidos nos levantamentos feitos através das conversas e entrevistas que realizamos. Devemos perceber também nestes levantamentos quais os interesses que podemos despertar nessas pessoas quando apresentarmos a elas nosso ponto-de-vista e nossas observações. À medida que o leitor for absorvendo as informações que apresentarmos na mensagem, irá refletir sobre elas e desejar maiores esclarecimentos e aprofundar seus conhecimentos a cada parágrafo.

Pode-se dizer que quando nos dispomos a adquirir e abrir um livro para ler, é porque temos a expectativa que ele irá satisfazer algo que buscamos,

mesmo que nem sempre estejamos conscientes sobre o que procuramos. Por essa razão é que muitas vezes quando passeamos por uma livraria, acabamos adquirindo um livro pelo qual já passamos por ele diversas vezes, mas somente naquele instante ele despertou, por algum motivo, nossa atenção. Um interesse que estava escondido ou que foi estimulado por alguma situação recente é que nos fez querer saber o que aquele autor nos tinha de novo para contar e que novas reflexões ele nos possibilitaria. Geralmente a apresentação da capa e do título é que nos chama a atenção para aquele livro, mas é sempre o resumo na quarta-capa, o sumário e a introdução do livro que nos motiva a adquiri-lo e a lê-lo. Isto, é claro, serve para os livros que se vendem sozinhos, simplesmente expostos em uma estante, pois nada melhor para estimular a aquisição ou a leitura de um livro que a recomendação feita por outra pessoa ou por alguma sinopse publicada em um jornal ou revista de confiança do adquirente.

Não há necessidade de se escolher e definir o título e a capa do livro no início, mas se já temos a síntese da nossa idéia e o que iremos abordar, então praticamente estes aspectos já estão disponíveis, e sempre é mais gratificante trabalhar no desenvolvimento de um livro quando já o visualizamos pronto, com título, capa e sumário, mesmo que provisórios. Na verdade estes elementos são os que nos balizarão no desenvolvimento de modo a satisfazer às expectativas daquela pessoa que por ele se interessou. Quanto melhor tivermos definido os interesses que desejamos satisfazer, mais preciso e eficiente será o título e a capa que escolheremos.

Para exemplificar, depois que percebi que muitas pessoas que me procuravam com seus originais querendo publicá-los e outras com vontade de escrever um livro, se encontravam desorientadas e confusas sobre a validade e utilidade de suas idéias e qual a melhor abordagem para elas, ficou claro para mim que havia muitas pessoas com boas idéias e dispostas a escreverem, mas lhes faltava conhecimento sobre as etapas e as exigências para se ter um livro que valesse a pena o investimento de tempo e recursos. Muitos passam anos escrevendo e acreditam que aquele monte de papel escrito pode se tornar um livro.

São textos sem objetivo ou propósito definido, muitos iludidos com a imagem cinematográfica do autor que senta em uma mezinha, em uma casa de praia, e passa a tarde datilografando páginas e páginas, inspirado por alguma coisa sobrenatural, e quando termina, aquilo é impresso e milhões de livros são vendidos e ele sempre se torna muito famoso. Para desmistificar este falso conceito, procurei um título que traduzisse o anseio daquele que deseja se tornar um autor.

Este livro aborda a trajetória do título dado, vai da “Criação à Publicação” de uma obra literária, servindo como guia para o autor. Outros títulos me vieram à cabeça, outros foram sugeridos, mas acabei por escolher este por sintetizar

melhor a idéia do livro. A escolha da ilustração também teve por conceito reavivar o romantismo e a tradição dos livros, com a figura de um escritor, de cartola e bico-de-pena, do século XIX, em xilogravura. Outras imagens mais modernas acredito que distorceriam este conceito, como usar uma criança em um laptop ou mesmo um executivo daria uma idéia de coisa muito fácil ou especializada demais, se fosse uma imagem de computador ou algo ligado à informática, daria a impressão de um livro voltado à editoração eletrônica, o que certamente não é a intenção. Colocar uma máquina de escrever remeteria a algo ligado ao jornalismo ou coisa antiquada. Como ninguém mais escreve à bico-de-pena, tão pouco usa cartola quando escreve, acreditei que remeteria o público ao conceito de tradição e de *glamour* que o livro ainda carrega. Espero que eu tenha acertado!

E só depois de ter feito a capa é que passei a elaborar a estrutura do livro, orientando-me por esse conceito, fazendo com que muitas mensagens fossem sendo ignoradas e outras acrescentadas durante o desenvolvimento deste livro. A idéia central é mostrar que mesmo que se resolva escrever um livro à pena, o processo e as etapas não se modificam, os cuidados com a mensagem devem ser respeitados, pois mesmo que você resolva publicar seu manuscrito através de copiadora, ele só será considerado uma obra se tiver conteúdo e este for transmitido de forma precisa e adequada ao público escolhido.

Um livro pode até chamar a atenção, ter crítica publicada nas revistas e até reportagens na televisão, mas você só o comprará se ele satisfazer seus interesses naquele momento. Se você estiver se dedicando a reformar sua casa, certamente irá se interessar por publicações que tragam temas relacionados à construção e decoração, se estiver planejando um cruzeiro marítimo, estará procurando por guias turísticos, e poderá, ao se deparar com este livro, ver despertado o interesse em escrever um livro durante a viagem.

Então, não é possível prever os interesses das pessoas, pois eles mudam de acordo com o momento em que elas estão vivendo. O que devemos fazer é definir e identificar quais os interesses que nosso livro satisfará. Se vou escrever um livro para pessoas que pretendem fazer um cruzeiro, vou relacionar todos os itens que já conheço sobre o assunto, dando dicas e orientações para que elas não passem pelas dificuldades que passei ou que já presenciei. O mesmo serve para um romance que se passa a bordo de um cruzeiro, pois o leitor desejará vivenciar aquela aventura sem passar pelo enjôo do navio ou correr os perigos pelos quais o personagem passará.

Podemos verificar que muitos livros publicados se propõem a satisfazer certos interesses, mas são mal estruturados e trazem uma mensagem que em nada contribui com o leitor, fazendo muitas vezes ele desistir do seu intento, frustrando suas expectativas, e com isso uma gama de bons autores perdem leitores. Seria o caso de um livro sobre cruzeiro que se alonga em como arrumar

a mala, tirar passaporte, como lidar com o enjôo, como escolher cabine e acaba não trazendo os assuntos que realmente interessam àquele que pretende planejar um bom roteiro de viagem, de como escolher o navio e como tirar o melhor proveito da viagem.

Há muitas publicações que por não definirem corretamente os interesses que pretendem satisfazer e outras cujos autores pouco têm a contribuir, acabam prejudicando os leitores e sufocando obras de relevância naquele tema de autores competentes. Muitos desses livros são publicados por pessoas que procuram apenas a sua projeção e conseguem espaço na mídia, que faz um grande alvoroço, mas são livros cujo único propósito é fabricar notoriedade ao pretense autor.

Iremos definir os interesses que pretendemos satisfazer quando começarmos a estruturar o nosso livro, relacionando os capítulos, tópicos e itens que abordaremos.

### 2.3. Linguagem e repertório

Nossa intenção é tornar comum, isto é, comunicar uma idéia a um grupo de pessoas. Para isso construiremos uma mensagem com signos e suportados por um código. O processo de transformar idéias em mensagem, então, não passa de um processo de codificação. O nosso leitor deverá, para compreender a idéia transmitida, decodificar a mensagem, traduzindo os signos nos sentidos que eles representam, reconstruindo a idéia transmitida na mensagem. Dessa forma, linguagem será o nosso código primordial e a forma de nos exprimir, as expressões que usaremos e a construção das frases e parágrafos em nossa mensagem. Repertório são os signos e o vocabulário que empregaremos, que podem tanto ser palavras, como expressões, sinais e descrições utilizadas.

Por essa razão que também é importante que a linguagem e o repertório que utilizaremos estejam definidos e adequados não só ao tipo de público quanto ao assunto abordado. Certamente muitas expressões precisarão ser introduzidas e explicadas para que nosso leitor, além de compreendê-las, as aprenda e passe a utilizá-las, como no caso do cruzeiro marítimo, os tripulantes devem utilizar jargões próprios que os passageiros de primeira viagem desconhecem, caso típico são as expressões “popa, proa, convés, cais, porto, estaleiro”, por exemplo, que até são bem conhecidos. Outras palavras e expressões, que possuem diversas interpretações no meio em que são utilizadas, precisam ter seus significados claramente definidos pelo autor para que o leitor não as interprete de modo errôneo, distorcendo a mensagem que transmite. É o caso da palavra “cibernética”, por exemplo, que costumo utilizar com seu sentido mais amplo, denominada por Wiener, tendo origem em Platão, enquanto muitos a interpretam com sentido restrito de seu emprego mais conhecido ligado a processos informatizados.

O código é a associação de um signo, que pode ser uma palavra ou sinal, a um significado. Os códigos são estabelecidos por convenção, isto é, por um grupo de pessoas ou comunidade de comum acordo. É bem o caso de gírias e expressões utilizadas por grupos de pessoas que desempenham a mesma atividade, como jogadores, profissionais especialistas e outros. É bem provável que você e sua família tenham seus próprios códigos, certas expressões, olhares e gestos que possuem grande significado para os familiares, mas que nada significam para os visitantes.

O código também pode ser transmitido ou construído ao longo do livro, por exemplo, um personagem pode utilizar um sinal ou expressão que demonstre seu pensamento ou reação diante de uma determinada situação, como um personagem que começa a gaguejar quando está nervoso ou mentindo. Há os códigos de divisão e de realce gráfico que o autor vai utilizar para identificar certas passagens, como as notas-de-rodapé, avisos, destaques importantes, dicas e tantas outras. Este código deve ser construído em concordância com o leitor, que irá se familiarizando com ele conforme evolui a redação. O mesmo serve para os textos técnicos e científicos, onde o autor pode introduzir novos conceitos ou ensinar ao leitor o sentido daqueles comumente usados pelos especialistas. Exemplo claro disso é que quando você lê a palavra “rato”, vem em sua mente a imagem do roedor, mas ao lê-la em inglês, “mouse”, você a associa ao dispositivo do computador. Mas como seria se você traduzisse “mouse”? *Ele pisou no “rato” sem querer! Ele matou o “mouse” a vassourada!* Aqui o sentido é bem óbvio, mas coloque uma centena dessas palavras em um texto técnico, e sua mensagem não vai ficar nada compreensível.

Toda palavra traz consigo um significado, que nem sempre é conhecido ou que tem a mesma interpretação por todos. É importante, portanto, escolher as palavras que utilizará nas frases, principalmente quando estiver abordando assuntos técnicos ou específicos, pois os códigos interpretativos podem mudar de uma região para outra ou de um grupo para outro, fazendo com que o leitor fique apegado à palavra e não ao significado que você pretendia passar. Mesmo em romances terá de ter este cuidado, e, ao introduzir palavras e expressões que podem ser pouco conhecidas, deverá ter o cuidado de esclarecê-las. Já vi autores descrevendo em seus romances personagens através das marcas dos objetos e dos estilos das vestimentas que usavam, os quais apenas pessoas dedicadas à moda poderiam reconhecer. São descrições que na verdade nada descrevem, pois os signos utilizados não pertencem ao repertório da maioria das pessoas.

Outro cuidado que devemos ter ao usar o vocabulário é aplicá-lo corretamente, não empregar um termo com significado parecido como se, por mera semelhança, ele traduzisse a idéia que se quer passar. Acabamos, sem querer ou por costume, empregando um termo no lugar de outro mais específico, e

corremos o risco de não sermos levados a sério pelos nossos leitores. Caso típico é dizer que uma nave espacial “aterrizou” na Lua, quando ela só poderia “alunissar”. Se o autor não sabe que palavra empregar para uma nave que desceu em Marte, diga que ela “pousou em Marte”, mas nunca que ‘aterrizou’. Outro termo que é bastante empregado erroneamente é quando se diz que o tubarão tem a forma “aerodinâmica”, como se ele voasse em vez de nadar! A sua forma é “hidrodinâmica”. E assim há uma série de outros. Devemos, ao escrever, sermos cuidadosos com o emprego das palavras para transmitirmos nosso pensamento da forma mais definida possível e não nos passarmos por ignorantes. Consultar o dicionário ainda é a melhor forma e, na dúvida, escolha a expressão mais simples para designar a idéia que deseja passar.

Toda vez que utilizamos uma palavra ou signo cujo significado é desconhecido pelo leitor ou que para ele tem outro sentido, criamos uma barreira ao entendimento, que chamamos de ruído. Isto não quer dizer que se deve usar somente palavras conhecidas por todos, pois também nos cabe ensinar e é de interesse do leitor aprender coisas novas, sem o que nossa mensagem se tornaria superficial e sem originalidade, se tornando de pouca utilidade. Introduzir novos conceitos é fundamental para estimular o interesse do leitor, mas se deve ter cuidado e discernimento ao introduzi-las, de modo a não provocar um ruído que interrompa a leitura. O ruído é algo que devemos utilizar de maneira coerente, pois ele é que provoca o raciocínio e a reflexão do leitor, colocando-o em dúvida e fazendo-o questionar sobre aquele ponto. Bem utilizado, é a melhor forma de despertar nele novas motivações para seguir na leitura do nosso texto.

Também deve-se considerar que além dos significados restritos dados às palavras, elas possuem sentidos que variam de pessoa para pessoa e dependem do contexto na qual estão sendo empregadas. As palavras possuem dois níveis de interpretação: a denotação e a conotação. O primeiro nível traduz o significado usual próprio, estabelecido pelo código da comunidade oficial, geralmente definido em um dicionário. Ela é entendida independentemente da interpretação individuais, de natureza afetiva ou emocional, e seu significado não está associado à experiência ou às vivências do leitor. O segundo nível, a conotação, já tem seu significado definido pelo contexto na qual está sendo utilizado. Ela evoca por associação a significados de ordem afetivos ou emocionais, e geralmente não possuem, por essa razão, o mesmo sentido para todas as pessoas. Quando se lê cachorro, temos o sentido denotativo do animal doméstico, e no sentido conotativo, uns interpretarão como companheiro fiel e amistoso, enquanto outros, por traumas ou medos, interpretarão como ameaça e horror. A citação de uma paisagem com céu azul sem nuvens pode significar um lindo dia para o morador do litoral, mas para o morador da caatinga nordestina tem o significado de tristeza e desolação. Conotação, portanto, relaciona a coisa designada a um estado

de espírito, a um julgamento e a um grau de afetividade, que varia conforme a vivência, cultura e sensibilidade do leitor.

Há algumas palavras e situações possuem conotações que são previamente estabelecidas em certos meios e que se referem a um significado geralmente distorcido, conhecido como estereótipos. É uma idéia padronizada, como um carimbo cultural, que rotula e deforma certas atitudes e comportamentos, dispensando uma avaliação mais aprofundada e coerente. Utilizar estes estereótipos em nossa mensagem é algo que devemos ter muito cuidado e fazê-lo apenas com a intenção de denunciá-los, haja vista que em sua maioria são pejorativos e impedem uma análise mais criteriosa e racional, pois geralmente distorcem a idéia que procuramos transmitir.

Temos muitos tipos estereotipados em nossa cultura, como que pobre é burro, que preto é desonesto, japonês é desconfiado, que loira é burra, que pessoas gordas são incapazes e por aí a fora. Precisamos ficar atentos ao escrevermos, pois somos contaminados por eles e, sem percebermos, acabamos por reproduzi-los, talvez não estes exemplificados por serem óbvios demais, mas há muitos conceitos errôneos que acabamos lendo em livros não só de ficção como também naqueles que tratam de assuntos técnicos e científicos, principalmente voltados às áreas de Humanas. Não é raro vermos em manuais técnicos autores relatando que determinada atividade ou função não pode ser realizada por pessoas de certo tipo ou até classe social, como se uma pessoa de classe social desfavorecida ou sem recursos financeiros fosse incapaz de operar uma máquina ou de realizar aquela operação. A tendência é reproduzirmos, inconscientemente, os estereótipos que foram incorporados à nossa cultura pessoal.

### 3. Planejamento da obra

Não é raro depararmos com textos que criam falsas expectativas em nós. Começamos a leitura supondo que o texto tomará um determinado rumo, tratando de um assunto, mas em algum momento descobrimos uma mudança de direção que rompe a seqüência lógica proposta no início.

Os dois primeiros passos, pensar e planejar, o ajudarão a iniciar o trabalho e lhe colocará na direção correta. O primeiro passo você já fez; já tem idéia e alguns dados que desejará repassar a outras pessoas. O segundo é como vai organizar estes dados e que forma vai dar à mensagem.

Uma pessoa sabe muito mais a respeito de um assunto que a princípio imagina. Com um pouco de meditação é possível preparar uma sucessão de anotações importantes, as quais poderão ser utilizadas como assuntos de capítulos, outras como tema de um parágrafo, outros como conceitos e apoio a

determinadas passagens. Muitos pontos poderão ser descartados e outros serem acrescentados à medida em que a organização da nossa idéia evolui.

Um erro comum é empregar demasiado tempo na elaboração das partes iniciais, e, em conseqüência disso, algumas informações recebem atenção exagerada simplesmente porque são concebidas em primeiro lugar, enquanto a outras são dadas atenção insuficiente por terem sido idealizadas depois. Somente com o preparo de um plano é possível manter o controle sobre o desenvolvimento da redação até o final, permitindo que o autor exponha o assunto de maneira simples, convincente e econômica.

Tendo como base o esboço dos tópicos que deseja abordar, você terá em mente o trabalho como um todo, estando pronto para desenvolver a redação, adequando as palavras às sentenças, estas aos parágrafos e estes à composição final, fazendo com que todos os elementos ganhem sentido segundo as relações que mantêm entre si e o todo.

### 3.1 . Estruturas do conteúdo

Há diversas maneiras de apresentar uma idéia, mesmo este livro poderia ser dividido de outra forma, dependendo do enfoque principal que se queira dar. Ao consultar outros livros sobre este tema, cada autor iniciou de maneira bem diferente um do outro; alguns priorizaram a redação em si, outros a elaboração dos originais, outros com o levantamento das informações e pesquisas, e todos acabaram abordando as outras etapas, alguns com mais profundidade que outros. Este livro não pretende aprofundar as questões aqui levantadas, mesmo porque há autores que já o fizeram com muito mais propriedade. Então, se você sentir dificuldade em algum tópico específico, saiba que há autores que o desenvolveram com mais acuidade.

A estruturação do conteúdo do livro tem o caráter de servir de orientação e não deve figurar como algo definitivo, mas é até aconselhável que se altere, não muito, é claro, durante o processo de execução, pois estaremos constantemente revisando e reavaliando cada passagem, e conforme vamos consultando nossas fontes, detalhes pertinentes surgirão que nos forçará a subdividir e introduzir novos tópicos para melhor elucidação do assunto. Mas temos de ser coerentes e ponderar, com até certa resistência, essas alterações, visando sempre não distorcer o propósito definido e não alongar trechos, correndo o risco de sermos redundantes.

De agora em diante, darei um pouco mais de ênfase à redação científica, isto porque a redação de ficção, didática ou artística segue os mesmos princípios e todas devem ter as mesmas características para que o leitor usufrua da leitura de modo interessante e agradável. É claro que na redação artística há uma liber-

dade muito maior que na científica, mas fixe sua atenção no objetivo de cada etapa e entenderá o seu propósito.

Em geral, toda redação, seja um trabalho escolar, um romance de ficção ou um artigo científico, apresenta a mesma estrutura, a qual também deve ser observada nos capítulos e tópicos: **introdução, desenvolvimento e conclusão**. Podemos também nomeá-las em **inicial, central e aplicativa**. Temos de nos concentrar no tópico principal de nossa idéia, nosso objetivo comunicativo, que será a parte central. Para que o leitor a compreenda, precisaremos antes fazer algumas colocações iniciais, algumas explicações e definições prévias de modo que ele possa entender o raciocínio que iremos desenvolver. Na parte central, precisamos concluir nosso raciocínio e, na parte final, apresentar ao leitor como ele poderá utilizar aquela informação, ou como ele deveria avaliar aquela questão e alterar seu comportamento; é o desfecho da história.

Na introdução, faz-se a formulação clara e simples do tema e a forma como ele será abordado, e de acordo com o interesse do leitor, decidirá se continua ou não a leitura. Na narrativa de uma história, iremos relatar ao leitor uma situação normal, cotidiana, corriqueira para os personagens. Depois criaremos uma expectativa através do aparecimento de um conflito, algo inesperado e até imprevisível para o personagem, causando a quebra da normalidade inicial, o que faz com que a narrativa ganhe desenvolvimento com a tentativa do personagem em resolver o conflito. O desfecho, que nem sempre é o esperado pelos personagens ou pelo leitor, é a solução do conflito e a volta à normalidade. Estes estágios emocionais que a narrativa causa no leitor estará presente na história, tanto em seu todo quanto em seus episódios menores. O desmembramento da tentativa de solução do conflito principal; a geração de novos conflitos resultantes dessa tentativa; como se dará cada desfecho menor até se chegar ao desfecho final, é que determinará a qualidade e a competência do autor.

Por isso é que autores iniciantes devem se preocupar em primeiro passar uma mensagem interessante e uma visão original, sem pretender ser um literário. Algumas pessoas possuem este dom e podem fazer de um conflito corriqueiro e sem nenhuma mensagem moral uma grande obra literária, apenas pelo modo como a escreve. É o caso dos textos humorísticos, que só possuem graça quando escritos por pessoas que dominam as técnicas de criação e solução de conflitos. Há pessoas que são comediantes, fazem qualquer um rir, mas não são humoristas, pois elas não dominam as técnicas do humor.

No texto técnico-científico, a introdução é a apresentação da questão, sua justificativa, objeto e objetivos, importância da metodologia utilizada e rápida referência a trabalhos anteriores realizados sobre o mesmo assunto. Na ficção, é onde se vai dar ao leitor a ambientação e o clima da narrativa, familiarizando-o e criando empatia com os personagens, preparando seu emocional para o clímax

da história. Também é onde ele começa a se acostumar com o estilo do autor e a reconhecer seus códigos narrativos.

Nos textos técnico-científicos e didáticos, a introdução subdivide-se em:

a) Definição do tema:

– a idéia central do trabalho deve ser exposta de modo claro e preciso.

b) Delimitação:

– estabelece-se limites em relação ao assunto, à extensão, ao prazo etc.

c) Localização no tempo e no espaço:

– é importante que o pesquisador estabeleça limites no tempo e no espaço, isto porque se torna muito difícil conhecer e analisar dados referentes a um período muito longo ou uma área muito extensa.

d) Justificativa:

– deve focar os seguintes aspectos:

- relevância do estudo para a ciência;
- esclarecimentos de aspectos obscuros;
- complementação de estudos anteriores;
- contribuição para soluções de problemas etc.

e) Objetivos:

– definir com precisão o que se pretende com o trabalho.

f) Definição dos termos:

– trata-se de esclarecimento dos termos ou conceitos utilizados, dando a definição correta ou o ponto-de-vista adotado.

g) Metodologia:

– exposição dos métodos de abordagem e de procedimentos, assim como das técnicas utilizadas.

No desenvolvimento, fundamenta-se logicamente o trabalho de pesquisa, cuja finalidade é expor e demonstrar a principais idéias. Pode-se considerar três estágios no desenvolvimento: explicação, discussão e demonstração.

a) Explicação é o ato pelo qual se faz explícito o implícito; é apresentar o sentido de uma noção, analisar e compreender, procurando suprimir o ambíguo ou obscuro.

b) Discussão é o exame, a argumentação e a explicação da pesquisa: explica, discute, fundamenta e enuncia as proposições.

c) Demonstração é a dedução lógica do trabalho; implica o exercício do raciocínio. Demonstra que as proposições, para atingirem o objetivo formal do trabalho e não se afastarem do tema, devem obedecer a uma sequência lógica.

Na conclusão, fase final do trabalho de pesquisa, resume-se sintaticamente o relatado, traça-se as relações existentes entre as diferentes partes da argumentação e procura-se unir as idéias fechando na reflexão que se desejava demonstrar.

Na narrativa, a conclusão, além do desfecho do conflito principal criado, traz a moral da história (que não precisa necessariamente estar explícita), um exemplo de vida ou uma avaliação, de modo a provocar no leitor uma reflexão mais profunda e motivá-lo a alterar seu comportamento ou seu pensamento em relação a questão apresentada, que era o objetivo inicial do autor. Na verdade, a narrativa sempre teve este caráter, desde de seu início, que começou com os contos fantásticos, com as fábulas e com as parábolas, de trazer ao homem uma lição de moral e um exemplo de vida.

Você pode observar que as divisões possuem subdivisões, e estas se subdividiriam por sua vez em tópicos e itens até alcançar os parágrafos. O que fazemos na redação nada mais é que ir desmembrando nosso pensamento em subunidades até alcançar a menor unidade que é a frase. O mesmo fiz com este livro: criei a idéia de transmitir o conhecimento essencial para que uma pessoa leiga conseguisse entender toda a dinâmica e os aspectos envolvidos na construção de um livro. Para isso, dividi-o em três fases principais: criação, edição e publicação; e cada uma dessas fases foram subdivididas em tópicos e estes em itens. É nisso que você deve se concentrar nesta etapa: em quantas partes principais o tema que escolheu pode ser dividido. Certamente durante o processo você irá aglutinar itens em um mesmo tópico, subdividir alguns tópicos e elevar subitens a categoria de tópico.

De modo didático e prático, um livro se divide em volume, quando se trata de mais de um exemplar, capítulos, tópicos, itens e parágrafos. Dependendo do assunto abordado, um item pode ser subdividido e um parágrafo também pode relacionar alguns pontos. Estas divisões precisam ficar claras no original, para que na etapa de diagramação sejam dados os destaques gráficos corretos a cada um. Sempre é bom usar a divisão científica numerada, mesmo que ela não seja utilizada na diagramação do livro:

	Título principal
I	Capítulo
1.	Tópico
1.1.	Subtópico
1.1.1.	Item
1.1.1.1	Subitem
1)	Relação maior
a)	Subdivisão da relação maior
-	traço / relação menor (também usado em parágrafos)
.	ponto / subdivisão da relação menor

Elas não precisam estar afastadas como requer as apresentações acadêmicas, pois esta formatação ficará a cargo do diagramador quando estiver editando as páginas da publicação, podendo até mesmo substituir a numeração por realces gráficos, que geralmente fica melhor no caso de poucas divisões.

Nos textos não-científicos, geralmente estas divisões ficam definidas pelo desenvolvimento da narrativa ou do raciocínio apresentado, não sendo utilizadas muitas divisões, sendo que algumas apresentam capítulos, que nem mesmo são nomeados. Vale reforçar que mesmo que na edição não apareçam nomeadas estas divisões, é bom você fazê-la em seu roteiro original, de modo a não se perder durante a sua confecção.

O importante é sempre destacar para o leitor que aquele assunto é segmento do tema que estava sendo apresentado e marcar quando se deixa aquele tema para se referir a outro. Por isso, as divisões devem estar subordinadas e pertinentes ao assunto a que se referem. Parece óbvio, mas não é raro ver autores abordarem como item assunto que se relaciona a um outro tópico que não aquele que está inserido, confundindo o leitor. Muitos também colocam como tópico principal temas que na verdade devem ser tratados como itens. É como se colocasse agora um item falando sobre papéis de impressão, quando o tópico se refere à estrutura do conteúdo!

Você pode falar sobre o corpo humano, por exemplo, dividindo em três partes, como aprendemos: cabeça, tronco e membros. Um médico já poderá dividi-lo em outras partes, como sistema nervoso, sanguíneo, linfático, digestivo etc. O autor poderá fazer uma introdução esclarecendo as três divisões e que abordará somente uma delas. Seria confuso querer dividir todas as outras duas e a principal passar a contar com diversas divisões, quando o propósito é abordar apenas um dos segmentos dessa parte, por exemplo, os dedos da mão:

1. Cabeça
2. Tronco
3. Membros
  - 3.1. Braços
    - 3.1.1. Ombro
    - 3.1.2. Antebraço
    - 3.1.3. Braço
    - 3.1.4. Mão
      - 3.1.4.1. Palma
      - 3.1.4.2. Dedos**

#### 3.1.4.2.1. Constituição

##### 3.1.4.2.1.1. Doenças

##### 3.1.4.2.1.2. Tratamentos

#### 3.2. Pernas

É bem melhor relacionar os tópicos até seu terceiro nível, neste caso, elevar a 'mão' à categoria de tópico, e abordar como introdução algumas considerações até chegar aos dedos, seu objetivo principal. Se for detalhar muito este assunto, é preferível elevá-lo também a categoria de tópico:

##### 1. Introdução

##### 2. Membros do corpo humano

###### 2.1. Mão

#### 3. Dedos

##### 3.1. Constituição

##### 3.2. Doenças

##### 3.3. Tratamentos

## 1.2. Levantamento de informações preliminares

Até este ponto apenas roteirizamos aquilo que pretendemos abordar, esquematizamos os passos que pretendemos dar para transmitir nosso pensamento. Agora precisamos nos abastecer de informações e conhecimentos que sustentem nossa idéia, seja ela ficcional, seja técnica ou científica.

Começaremos a nos aprofundar em cada tópico que destacamos, e passaremos a reavaliá-los quanto a sua abrangência e validade, relacionando seus itens e acrescentando ou excluindo aqueles que não apresentarem relevância para a defesa do ponto-de-vista que daremos à questão principal.

Estas informações são obtidas primeiramente pela observação, pela qual originou o motivo do nosso livro. Agora passaremos a observar acontecimentos de modo dirigido e controlado, vigiando com atenção, ou seja, passaremos a fazer uma investigação com propósito específico, onde nossa percepção coletará subsídios para fundamentar nosso raciocínio. Quem deseja escrever uma obra de ficção deverá fazer esta investigação com a mesma acuidade de um cientista em seu laboratório. Mais uma vez você percebe que a literatura ficcional e a científica se aproximam em seus métodos e desenvolvimento.

Se você estiver construindo personagens para uma ficção, irá observar algumas pessoas reais e extrair delas características marcantes para compô-las. Fará também uma análise do que observa e se debruçará sobre as anotações para compreender e melhor explorar os pontos que mais se destacarem.

A observação é, dessa forma, um “ver” seletivo. Não se observa tudo que há por ver, mas ela é fruto de uma escolha ativa e não mera contemplação passiva de tudo que acontece. O conhecimento é resultado de trabalho equilibrado dos sentidos e da razão. Quando investigamos algum acontecimento, estaremos estabelecendo as relações envolvidas naquele fenômeno, quais motivações despertam determinadas reações, que conseqüências geram, como o objeto observado interage com o seu contexto e como este o afeta. A apresentação desse processo investigativo é muito mais útil para os autores de ficção que para os técnicos e cientistas, pois estes se aprimoram nas técnicas de observação como resultado de seu aprendizado e trabalho profissional.

Observamos coisas, tipos de coisas, objetos, acontecimentos, processos, qualidades, relações, comportamentos e até ausências e falhas. Os dados sensoriais são impressões qualitativas: dureza, suavidade, tonalidades, formas etc. Os dados perceptuais “construídos” a partir desses dados sensoriais são os objetos, pessoas, fenômenos os quais possuem as “aparências” percebidas. O que se percebe, portanto, não é um dado dos sentidos, mas um objeto, uma situação, uma relação ou um estado de coisa. A percepção não é imediata, envolve certo grau de reconhecimento. Assim, é muito comum que exatamente o insólito e o incomum nos chame mais a atenção e seja percebido, enquanto que tudo que nos é mais familiar pode passar despercebido, justamente por ser familiar. Entretanto é preciso haver um certo grau de reconhecimento para que haja percepção, para que algo se torne objeto de percepção. Então, mais atenção às coisas que lhe são familiares e comuns, pois são justamente elas que guardam os verdadeiros segredos e mistérios a serem revelados.

Para que se perceba algo, é indispensável que digamos a nós ou a outro “isto é tal coisa”, o que faz com que a conexão entre a linguagem e a percepção seja bastante íntima. A linguagem nos ensina a fazer discriminações que não faríamos, exercendo influência no que vemos ou deixamos de ver. Graciliano Ramos, em seu conto *Baleia*, coloca duas crianças diante de um parque de diversões. O espanto delas diante de tanta coisa jamais vista por elas, leva-as a concluir que seria impossível a um cérebro humano reter na memória os nomes de tal número de objetos diferentes. Não conseguem, assim, por falta de nomes adequados, distinguir com precisão os brinquedos que contemplam e que, a rigor, não podem “observar”. Ou seja, a observação para um adulto “normal” é uma rudimentar afirmação do tipo “isto é tal coisa” ou “este é o caso”. Então, observar não é apenas ter uma experiência visual, é também o modo de ter a experiência. Toda vez que o homem se vale dos sentidos, sempre que pensa, julga ou se emociona, algum elemento mais ou menos específico da situação incorpora-se à sua experiência.

O olho e o espírito trabalham em conjunto e simultaneamente: faz-se um registro de observações e se busca, ao mesmo tempo, o conhecimento delas. Linguagem e visão caminham lado a lado; se não existisse o elemento lingüístico, o que veríamos não teria importância para o conhecimento. As observações de Galileu e de Einstein por si só não alteraram o mundo. O que alterou o conhecimento foi o que os cientistas disseram, aquilo que transformaram em sentenças. As percepções sensoriais acomodam-se em sentenças para só depois se transformarem em observações. Os objetos, acontecimentos, situações não são significativas, as sentenças é que são. A observação ganha suas reais dimensões quando encarada sob o prisma indicado, um misto de ver e pensar acerca do mundo.

Conhecer e pensar constituem não somente uma capacidade, como também uma necessidade para o Homem, sua condição de sobrevivência e para seu progresso. *Conhecer é poder*, dizia Bacon; e o Livro de Gênesis diz: “...enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra.” (Gn 1.28). Os animais também são dotados de certa capacidade de conhecer, por isso procuram alimentos que lhes convém e evitam os que não lhes convém; distinguem seus filhos e voltam para seus ninhos sem perigo de engano. Os animais conhecem a natureza para subjugar-se a ela cegamente; o Homem conhece a natureza para subjugar-la.

A história humana é a história das lutas pelo conhecimento da natureza, para interpretá-la e dominá-la, e cada geração foi recebendo um mundo interpretado pelas gerações passadas. Dessa forma, também podemos conhecer os resultados obtidos pela observação de outras pessoas através de suas colocações em seus textos, conhecido como pesquisa bibliográfica, fundamental para qualquer autor, seja cientista ou romancista.

### 3.2.1. Pesquisa bibliográfica

Já fizemos menção a este tema anteriormente, agora vamos aprofundá-lo um pouco mais. No levantamento das informações preliminares, a pesquisa bibliográfica é fundamental para qualquer autor e para qualquer tipo de obra. Esta pesquisa abrange todas as formas de publicações, como dicionários, atlas, mapas, revistas, jornais, livros e inclusive a internet.

Muitos autores de romances erram por não fazerem uma pesquisa bibliográfica sobre os assuntos e locais abordados. Caso um autor for em seu romance falar sobre alguma característica psicológica de um personagem, é relevante que ele consulte assuntos sobre esta característica, podendo mesmo recorrer a outros romances para saber como foram demonstrados. Outros podem relatar situações políticas, fenômenos climáticos ou físicos, mesmo que ficcionais, devem consultar obras que abordem os temas, de modo que o autor tenha um pouco

mais de conhecimento sobre o que fala para que não acabe invalidando toda a narrativa. É comum encontrarmos em originais de autores alguns enganos por falta de conhecimento sobre o tema, e se a história estiver sustentada por esse tema, acabará repercutindo o engano no resto da narrativa, fazendo com que toda a história se torne absurda.

As histórias sempre estarão ambientalizadas em algum lugar do planeta ou do universo, sempre estarão descrevendo pessoas, locais, situações, as quais precisam ter alguma veracidade para que a história possa ser aceita e contemplada pelo leitor. Vamos supor que você vá escrever um romance onde uma das personagens viveu em Paris. Mesmo que você tenha excursionado pela cidade, não vai conhecê-la como um habitante local. Só poderá ter informações consultando catálogos e lendo outros romances em que aparecem passagens pela cidade. Inverta a situação; você é francês e está descrevendo uma personagem muito refinada e nobre que morou no Brasil. Apenas consultando catálogos, você descobriria que a rua 25 de março é a mais movimentada rua de comércio do estado. Mas alguém muito esnobe se atreveria a fazer compras por ali? As que fazem, que perfil de pessoa são? Você poderá demonstrar as características da personalidade desse personagem apenas relacionando estes pontos: alguém que se diz muito nobre, fazendo compras na “vintecino”, mas dizendo ter feita no Shopping Iguatemi, por exemplo. Quanto mais você souber sobre a localidade, mais rica ficará sua descrição e sua caracterização.

Se vamos falar de uma cidade construída em Marte, é bom levantar detalhes sobre o planeta, suas condições climáticas e as dificuldades que precisariam ser superadas para sustentar a vida humana no planeta, aí sim o autor colocaria a sua criatividade para solucionar e contornar estas adversidades, com propostas aceitáveis, sustentadas por conceitos científicos, que por mais improváveis ou inviáveis, dariam veracidade à solução. Como desviar um asteroide formado de gelo até o planeta e depois estimular a criação de algas e plânctons para formação de uma atmosfera marciana; utilizar o próprio solo marciano para construção de paredes mais resistentes que o concreto, são algumas soluções que estão sendo idealizadas por estudiosos e que podem ser usadas pelo autor. Não poderia desprezar as violentas tempestades de poeira que ocorrem neste planeta, nem mesmo o grave problema que a poeira marciana causa nos equipamentos que para lá foram enviados.

Nem sempre precisamos oferecer o modo como se conseguiu a solução, algumas vezes basta apresentá-la sem explicações, mas o autor precisa tê-la em mente de modo a estabelecer as relações e implicações que esta solução proporcionará para todo o resto da narrativa, como no exemplo anterior, precisaria saber se uma atmosfera com mais oxigênio alteraria a cor vermelha do céu marciano, se o oxigênio acrescentado não reagiria aos elementos dispersos e outras

coisas, não que necessariamente comprometeriam a narrativa, mas com certeza traria grande elucidação e veracidade ao leitor. Se ele acusar alguma distorção na idéia apresentada, mesmo que inconsciente, perderá sua abstração, desviando sua concentração e não mais se envolverá na história, passando a lê-la como crítico e não mais como um viajante. Se começar a notar algumas incoerências, deixará a leitura e passará a menosprezar o autor pela sua ignorância. Se em uma cidade marciana, o casal romântico for passear sob o luar, vai parecer muito estranho, uma vez que Marte não tem lua!

Os filmes de ficção científica, só para ficar no mesmo assunto, que trazem erros de continuidade e muitas inconsistências que não são percebidas ou notadas pelo espectador, exceto se muito gritantes, em muitos casos chegam até a ser cômicas. Os filmes seguem a mesma estrutura e composição do livro, sendo que muitos são inspirados em romances publicados, mas a diferença básica entre os filmes e os livros é que os filmes apresentam a fantasia ao espectador, enquanto o livro desperta nele o poder de fantasiar.

É por essa razão que uma inconsistência em um livro causa ruído na narrativa, enquanto que no filme não, isto porque nos filmes a veracidade da ação é mostrada ao espectador, a “realidade” do fato é vista por ele, estamos vendo o super-homem voar, estamos vendo o Hulk se transformar, assim como na vida real vemos muitas coisas que aceitamos, mas desconhecemos seu funcionamento: como consegue o avião Airbus A380 voar; como aqueles pilotos de motos conseguem fazer piruetas que desafiam a gravidade etc.; na leitura, o autor terá de descrever a situação e o leitor precisará imaginá-la, para isso é quase impossível não colocar alguma explicação que convença o cérebro a entender e aceitar o fato, como o super-homem ser de outro planeta, o Hulk ter sido exposto à uma forte radiação que alterou sua genética e assim por diante.

Quando se cria um cenário com soluções inovadoras ou irreais, é preciso estabelecer corretamente seu funcionamento e suas implicações, não necessariamente para passar ao leitor, mas para que o autor não se perca em seu próprio mundo. Nas histórias em que se pretende dar um sentido maior de realidade, como dramas psicológicos, crítica social, suspense policial, romances, é fundamental que não haja inconsistências e ruídos na apresentação dos fatos e argumentos, de modo que a história possa ser lida como “real”. Devemos lembrar que a realidade muitas vezes supera em muito à fantasia!

No caso de obras mais técnicas e científicas, a pesquisa bibliográfica é indispensável ao autor, pois ele não poderá partir de premissas e argumentos totalmente originais e inéditos, uma vez que todo seu conhecimento foi adquirido através do saber que outros estudiosos transmitiram em seus textos. Mesmo que ele venha a debater uma idéia revolucionária, deverá refutar aquelas que se opõem a sua, fundamentando as premissas que sustentarão a nova idéia. A histó-

ria está cheia de exemplos nesse sentido, e o crescimento da ciência e, portanto, do conhecimento humano ocorre por este processo, sempre há uma evolução do pensamento, novos pontos-de-vista modificam e aperfeiçoam os antigos.

Mas a questão é saber se os autores estão acostumados ou sabem como realizar uma pesquisa bibliográfica. O acervo de livros é enorme, e as bibliotecas possuem milhares de obras, então como se faz? Por incrível que pareça, muitos autores nunca entraram em uma biblioteca, alguns sequer leram livros suficientes para se tornarem “escritores”. O fato é que há muitas pessoas dotadas de grande criatividade e inteligência, que só precisam adquirir mais conhecimento e cultura, e a hora em que forem escrever suas histórias é uma boa oportunidade para se familiarizarem com os livros e a leitura de modo útil e agradável. Mais uma vez aproveite a oportunidade de defender a idéia que *é escrevendo* que se estimula o gosto pela leitura e pela pesquisa. Quando sentimos a necessidade de conhecer melhor alguma coisa, buscamos com prazer as informações anotadas nos livros e documentos.

Se alguém descobriu algo novo, teve uma grande idéia, elaborou um conceito inovador, mas não o publicou, ele se perdeu e não possui nenhum valor para a humanidade. A descoberta da cura do câncer ou da AIDS, a história do sofrimento de um povo ou uma experiência pessoal, se guardada na mente do criador ou em sua gaveta, de nada servirá. Toda idéia deve ser trazida à público para que seja confrontada, avaliada, provada, aprovada e reconhecida pela sociedade e, então, empregada. Por essa razão você escreverá e publicará seu livro.

### 3.2.2. Entrando na biblioteca

Todo o conhecimento humano está registrado em livros, artigos, documentos. Para que se possa encontrar um determinado tema nesse universo da sabedoria humana, o homem classificou o conhecimento em áreas, e estas em subáreas, de maneira que alguém possa mais rapidamente localizar o conhecimento desejado. De modo geral, as publicações estão divididas em duas grandes áreas: ficção e não-ficção. Existe catalogação bibliográfica internacional que rege as divisões dessas áreas e utilizam códigos numéricos para cada assunto.

Para quem nunca entrou em uma biblioteca, o primeiro passo, depois de se registrar, é ir até o fichário onde se encontram as fichas catalográficas dos livros disponíveis, separados por assunto, autor e título. O segundo passo é estar de posse do seu sumário preliminar para saber sobre quais os assuntos que vai pesquisar, e começar a vasculhar as fichas atrás das informações, anotando as referências numéricas da catalogação do livro. Depois é ir até as estantes onde se encontram os livros, que estarão dispostos de acordo com a seqüência numérica da catalogação, ou pedir ao bibliotecário que o separe para você. Importante frisar que nunca, nunca, recolocar o livro que tirou no lugar. As bibliotecárias cos-

tumam dar chilikos quando alguém o faz, porque desconhecemos a localização exata do volume na estante, e poderemos estar colocando-o fora de ordem.

Como seu livro poderá abranger um vasto leque de assuntos, e você dificilmente conseguirá em um dia de consulta na biblioteca tomar ciência de todos eles, é produtivo fazer um roteiro de pesquisa em cima do sumário, para que comece a levantar primeiro as informações básicas que darão sustentação à história e depois passe para as informações secundárias e terciárias, pois certamente irá encontrar em sua pesquisa muitos detalhes que enriquecerão sua obra, independente se ela for de ficção ou não.

No caso de uma ficção, comece pelo ambiente, pela situação histórica, pela formação da sociedade, seus costumes e cultura, e depois comece a pesquisar sobre os perfis psicológicos das pessoas desta localidade, como se relacionam, como costumam resolver seus problemas, para construir seus personagens com maior fidedignidade e coerentes ao ambiente sociocultural em que vivem. Passe a pesquisar, então, os detalhes das cenas, os apetrechos usados, os costumes pessoais para dar maior “sabor” a sua história.

O mesmo vale para as obras não-ficcionais, onde o autor certamente encontrará em sua pesquisa informações e descrições que enriquecerão e darão maior credibilidade aos seus argumentos. Rever as publicações anteriores sobre os assuntos abordados será fundamental. Em ambos os casos, discernimento é a palavra-chave para que a pesquisa obtenha sucesso, que as informações levantadas tenham relevância com o tema e não que sejam destacadas apenas pelo gosto pessoal do autor, só porque ele achou legal aquela informação.

Lembre-se que toda a informação destacada você precisa anotar sua referência, colocando os dados bibliográficos, cujas normas estão apresentadas neste livro. Nos casos da redação técnica ou científica, é obrigatório indicar as fontes bibliográficas para que a obra tenha respaldo e o autor não seja considerado plagiador. Encontrando um trecho ou parágrafo que deseja separar e colocá-lo em seu livro, não tenha receio de fazê-lo, devendo transcrevê-lo da mesma forma que o autor referenciado o fez, destacando-o entre aspas ou em itálico, colocando a sua referência, como já dissemos anteriormente.

Na prática, como se pode fazer as anotações de modo a agilizar a pesquisa? Depois de separar os livros que acha que contêm as informações que precisa, faça um reconhecimento rápido pelos dados que o livro traz: orelha, prefácio, apresentação e índice. Assim você terá uma idéia de como cada autor abordou o assunto e em que profundidade e abrangência. Isto não significa que necessariamente o autor que se aprofundou em uma questão, ela será interessante para você. Dependerá do nível de informação que você precisa. Voltemos ao exemplo de uma cidade marciana; não lhe interessará um tratado geológico do planeta

nem as características químicas da atmosfera, apesar de serem interessantes e darem a você um maior conhecimento sobre o local em que vai ambientar sua narrativa. É bem provável que sejam mais relevantes informações mais superficiais e de senso comum sobre o planeta. No fundo, o nível da informação dependerá da profundidade e da relevância que ela terá para a sua narrativa. Por exemplo, descobrir que Marte é assolado por grandes tempestades em certas épocas ou em certas condições, poderá ser interessante para introduzir este fato em algum momento mais dramático de sua narrativa. E pode ser irrelevante para sua história o fato do planeta ser enferrujado devido à grande quantidade de ferro em seu solo.

Então, organize os livros na ordem crescente de interesse e comece a ler os capítulos que lhe chamarem a atenção. Munido de um caderno ou bloco de anotação, comece colocando no cabeçalho da página os dados bibliográficos do livro que está pesquisando. Vasculhe as páginas e vá anotando os trechos interessantes, as informações que acha relevante e as curiosidades que for encontrando, não se esquecendo de anotar a página onde foi encontrada a informação, para que você possa referenciar-la ou voltar a consultar o livro mais tarde. Quando encontra-se uma informação realmente significativa, podemos anotar sua referência diretamente em nosso sumário, facilitando a redação daquele tópico mais tarde.

O próximo passo é distribuir as informações pelos tópicos dos capítulos, mesmo que fora de ordem nesse momento. Dessa forma vamos tendo consciência do que já temos disponível e também evitaremos ser redundantes, duplicando dados e informações em outros tópicos. Nessa etapa já podemos reavaliar nosso roteiro e decidir se devemos introduzir novas divisões ou agrupar outras, e quantos dados ainda nos faltam e quais seriam interessantes acrescentar. Agora passaremos a pesquisar informações suplementares, pois dúvidas serão despertadas e precisaremos solucioná-las. Se nesta etapa as informações obtidas não estimularem seu raciocínio ou sua imaginação, se não despertar seu desejo de saber mais sobre aquele ponto, então sua obra não é tão interessante assim, pois é nessa etapa que nasce a verdadeira paixão em escrever o livro pretendido, é quando começamos a vê-lo pronto e acabado em nossa mente.

Levantadas as informações e dados preliminares que darão sustentação e servirão de guia para o desenvolvimento da nossa redação, o ponto seguinte é definirmos de que forma vamos narrar os acontecimentos.

### 3.3. Enfoques narrativo

O enfoque narrativo é sob que visão e em que tempo vai-se transcorrer a narração. A visão será dada pelo narrador, que não necessariamente é o autor. O tempo ou a época em que ocorreu os fatos será dado pelo tempo verbal das ações. À primeira vista parece coisa fácil e lógica, mas esses aspectos definem

todo o desenvolvimento da redação, e se não forem usados corretamente, não darão consistência nem coerência à narrativa.

Como há várias maneiras de se dar o ponto-de-vista e o tempo verbal, vamos começar por aquela que menos liberdade nos oferece, seguindo para as mais livres. A redação científica, usada em teses, monografias, artigos, geralmente narram um experimento testando fenômenos e deles obtendo certas conclusões que, para serem considerados científicos, não podem depender da interferência ou da opinião do autor, ou seja, o pesquisador deverá ter uma posição neutra e distante dos fatos por ele observados e relatados.

Sendo assim, a narrativa das observações feitas deve ser impessoal e atemporal, uma vez que os fenômenos deverão ser reproduzidos por qualquer pessoa e em qualquer época, o que obriga a usar o sujeito indeterminado e tempo verbal na voz passiva. Esta é a forma mais rígida e a mais difícil de redação. Poucos pesquisadores dominam este tipo de redação e acabam contornando esta falha usando os verbos na terceira pessoa, sem o pronome, como se isso caracterizasse o sujeito indeterminado: *fizemos; testamos, aplicamos* etc. Com um pouco mais de atenção à leitura e prática torna-se fácil utilizar a voz passiva: *fez-se um avanço, testou-se a técnica tal, aplicou-se uma dosagem* etc.

A voz passiva é quando o sujeito sofre a ação e não a pratica. Dessa forma, substitui-se o sujeito da ação por aquele que sofre a ação. Em vez do autor dizer *misturei este produto com aquele e consegui tal resultado*, deve omitir-se do relato e dizer *este produto foi misturado com aquele e obteve-se tal resultado*. A voz passiva pode ser conseguida em português por dois processos, que acabamos de exemplificar. A primeira forma é mediante o uso de verbos auxiliares *ser* e *estar* e o particípio de certos verbos ativos. A segunda é mediante o pronome apassivador '*se*', sendo este caso empregado sempre que o sujeito é um ser inanimado, incapaz de praticar a ação verbal, ou quando o sentido da oração mostra que o sujeito é apenas paciente: *alugam-se casas => casas são alugadas; restaurou-se a parede ou a parede foi restaurada em vez de restauramos a parede*. O importante é o autor manter-se independente dos argumentos e dos fatos apresentados, portanto, não deve aparecer um narrador.

Os textos técnicos já possuem um pouco mais de liberdade, podendo aparecer o autor como narrador, no entanto, ele deve aparecer em ocasiões especiais, preferencialmente quando a redação pretende uma conversação mais direta com o leitor. É dessa forma que este livro está sendo escrito. O recomendado é apresentar a maior parte dos assuntos com o sujeito indeterminado e referir-se ao destinatário na terceira pessoa, pois as técnicas e as informações são generalizadas e somente algumas devem ser dirigidas diretamente ao leitor, geralmente quando se deseja dar maior ênfase à passagem e estimular aquele que busca as técnicas apresentadas. Dessa forma, o autor não toma partido em todas as apre-

sentenças, tão pouco o leitor fica obrigado a cumprir todas as observações. Seria diferente se *eu* escrevesse este parágrafo, dizendo que é melhor *você*, ao escrever um texto técnico, não aparecer como narrador, pois *você* pode ser interpretado como prepotente e dono-da-verdade para o *seu* leitor. Mas torna-se diferente se *digo* que *pretendo* que *você* escreva uma grande obra com a ajuda deste livro.

Também *temos* de ter cuidado ao introduzirmos pensamentos e idéias próprias; não *podemos* omitir que são nossas nem darmos a impressão que elas são a expressão de um gênio. Quando transmito estas informações a *você*, elas evidentemente são frutos dos conhecimentos que *adquiri* ao longo dos anos que *trabalho* na redação e edição de publicações, mas a maioria delas é de senso comum a todos os profissionais da área, e *tenho* recorrido a outros autores para apresentá-las e complementá-las; *eu* apenas *estou* criterizando-as e ordenando-as de uma forma que *acho* ser a mais fácil para pessoas, como *você*, que desejam saber mais sobre como escrever e publicar um livro.

Na redação técnica estabelece-se uma conversa entre autor e leitor: o primeiro transmite um conhecimento e o segundo o aprende. Não se trata de um monólogo do autor pela impossibilidade de resposta do leitor, mas, assim como em uma palestra ou sala de aula, mesmo que ele esteja somente prestando atenção ao que é dito, o leitor responde ao autor por meio de outros canais que não o da via direta, podendo ser através de carta, de comentários feitos a seus pares, seja referenciando-o em seus futuros trabalhos, seja simplesmente aplicando os conhecimentos transmitidos. Portanto, é adequado que se vá criando uma certa proximidade entre eles, de forma que, ao chegarem ao fim do livro, tenha-se estabelecido uma amizade entre ambos, uma parceria. Este é o propósito deste livro!

Os textos de ficção são os que dão total liberdade ao autor para definir o enfoque narrativo e usar a figura do narrador e o tempo verbal da redação, liberdade que torna mais difícil optar e trabalhar devido à variedade de composição que oferece. É fácil cair nas ciladas que certas construções mais rebuscadas apresentam. Não é difícil, em originais, ver autores apresentarem lapsos temporais e se confundir com quem está narrando a história. É claro que para quebrar à expectativa é preciso tomar cuidados durante a apresentação dos fatos antecedentes e precedentes da quebra, tarefa pouco recomendada aos iniciantes ou àqueles que não planejaram muito bem esta suposta falha.

É o caso apresentado no filme “O sexto sentido”, com Bruce Willis, onde a personagem principal, um psiquiatra, é quem narra a história de como ele está ajudando a um garoto que vê pessoas mortas. Somente no final é apresentada a revelação que o narrador estava morto. É a quebra da expectativa pela narração no final que surpreendente o espectador e não a história em si. Esta é uma obra que desconheço se foi baseada em um livro, mas se o foi, deve ser interessante

comparar a narrativa do texto com a do filme. E não houve quem não desejou assistir o filme uma segunda vez para atentar à narrativa para saber como não descobriu antes este fato.

A criação de um narrador é um recurso utilizado pelo autor para isentar-se do fato contado, dando a este um clima maior de fantasia, mistério, suspense ou até de realismo. O narrador nada mais é que um autor simulado, um contador de história inventado, recurso utilizado desde os primórdios, principalmente nos contos fantásticos que recorrem sempre à temporalidade da história, através do tradicional início *Era uma vez...*, que dá à história um cunho de verdade, como se reiterasse: aconteceu em algum tempo.

Quando o narrador é um personagem, principal ou secundário, a narrativa é feita na primeira pessoa (eu ou nós), relatando apenas o que vê ou pode saber. No entanto, se for o protagonista poderá descrever com mais amplitude seus sentimentos e emoções, mas estará limitado a fazer alguns comentários superficiais, sob seu ponto-de-vista, sobre o que as outras personagens deixam transparecer. Essas características são perfeitamente visíveis pela fisionomia ou pela atitude da personagem. No entanto, ele pode ter traços de onisciência, pode conhecer as personagens em seu íntimo, revelar pensamentos e sentimentos delas, demonstrando ter um conhecimento profundo da personagem.

O narrador-observador já poderá ser onisciente e onipresente, relatando fatos como se estivesse presente em todos os momentos, como uma testemunha invisível de tudo quanto ocorre em todos os lugares, explorando com profundidade os sentimentos e emoções das personagens, vasculhando suas intimidades, podendo conhecê-las melhor que elas mesmas. Geralmente mantém-se o mais neutro possível, não expressando suas opiniões sobre os fatos e personagens, procurando dar a interpretação do próprio personagem que esta focando. Neste caso, serve-se o autor da terceira pessoa (ele, ela, eles, elas) para narrar os acontecimentos.

Quanto ao tempo da narrativa, geralmente ele é cronológico ou lógico. Nos textos técnicos e científicos, o autor apresenta seus argumentos em uma ordem lógica, de forma que o leitor possa assimilar o raciocínio transmitido. Os experimentos geralmente levam o pesquisador a uma reflexão posterior, ele irá refletir e buscar compreensão para entender os resultados apresentados, os porquês dos efeitos obtidos. O pesquisador fará suas anotações e seus relatórios cronologicamente, no entanto, ao escrever um artigo para transmitir os conhecimentos adquiridos para um público, mesmo que sejam seus pares, ele deverá fazê-lo de forma lógica, pois relatá-los de forma cronológica certamente seria uma leitura muito enfadonha e desinteressante para o leitor. A apresentação em ordem cronológica, relatando cada etapa da sua pesquisa e de suas descobertas, é forma muito utilizada em documentários e em relatórios. Nestes casos, o tempo

verbal geralmente é no pretérito, relatando algo que já ocorreu. Na forma lógica, o tempo deve estar no presente do indicativo, pois os argumentos apresentados são sempre válidos e estão sendo apresentados ao leitor no instante em que ele os lê.

Na narrativa de ficção, o tempo cronológico é sempre o mais indicado, haja vista que as histórias se resumem a uma sucessão de acontecimentos, que podem estar sendo contados ao leitor como se estivesse no presente. A linha temporal vai se estabelecer dentro da narrativa de acordo com o enfoque do narrador. O autor deve definir em que tempo o narrador se encontra: se ele se encontra no futuro da história e narra o passado, o tempo será o pretérito, mesmo que reconstitua algumas passagens no presente para impor-lhes mais realismo ou impacto; se ele estiver no presente, irá contar o que for acontecendo, portanto desconhecerá o futuro. Há também formas mistas, como o uso de *flash-back*, misturando a narrativa presente com a passada e com a futura, mas esta técnica precisa de certa habilidade e planejamento para que o autor não acabe se perdendo no desenvolvimento da narrativa, confundindo o leitor.

## 4. Preliminares da redação

### 4.1. Lógica narrativa

A esta altura já se tem o texto planejado, organizado e estruturado. Estabeleceu-se a expectativa para o leitor sobre o que ele vai adquirir com a leitura, definiu-se qual o conflito que vai permear o desenvolvimento da narrativa, como este conflito será solucionado, qual o desfecho gerado por esta solução e que avaliação o leitor fará para compreender e incorporar este aprendizado à sua vida.

Estes itens valem tanto para narrativas de ficção quanto para textos científicos e técnicos, pois um leitor especializado buscará em uma obra adquirir uma solução para algum problema que esteja tendo ou desejando se aprofundar em algum assunto, como por exemplo um tipo de doença ou a melhoria de um processo industrial.

A expectativa criada será que aquele texto dará a ele as respostas que ele procura para resolver certos problemas. O conflito será as oposições inerentes ao próprio problema ou as enfrentadas em outros métodos, como o combate ao câncer, cujo conflito é a metástase e os efeitos colaterais do tratamento; um pesquisador atualmente trabalha no sentido de vencer este conflito fortalecendo o sistema imunológico do paciente de modo que o câncer seja combatido pelo próprio organismo, sem causar danos ao paciente pelos tratamentos agressivos usados atualmente.

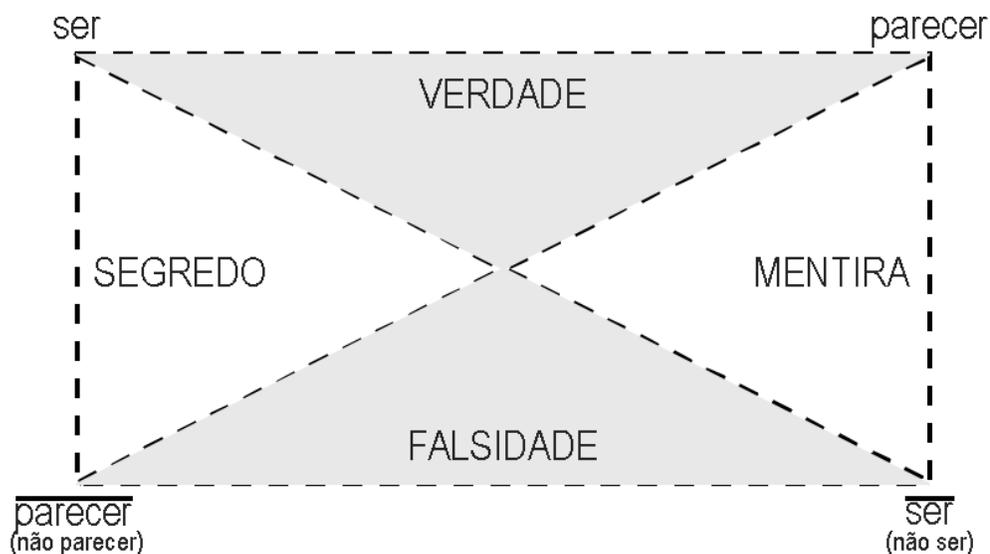
Veja que tanto para um paciente vítima dessa doença quanto para os oncologistas, esta notícia já gera a expectativa da solução de um conflito que preocupa os médicos há tempos. No entanto, a própria solução proposta trará seus conflitos e dificuldades a serem vencidas, restrições do próprio paciente ou das técnicas ainda não-desenvolvidas e coisas semelhantes, pois se estas oposições não existissem, esta doença já estaria erradicada dos compêndios médicos. Os ensinamentos apresentados servirão para que outros estudiosos assimilem estes resultados e oposições e busquem suas soluções, sem precisarem passar novamente por todo o processo, é o que dá continuidade à evolução da ciência e da humanidade.

Por mais insignificante ou pequena que possa parecer sua participação na solução de alguma dificuldade humana, ela trará uma grande contribuição, pois será um passo a mais que outros economizarão no caminho. Para isto é importante que sua obra ou texto “seja e pareça” honesto e convincente na apresentação dos argumentos, independente deles estarem na forma científica ou na forma ficcional; a verdade é que precisa estar apresentada de forma determinante na avaliação final, na moral da história. Assim como há ficções que em nada contribuem para o aprimoramento pessoal do leitor por não conter uma “verdade”, há muitas pesquisas científicas que também são consideradas fraudes, ou pior, trazem enganos que desviam o curso de trabalhos sérios.

Esta “verdade” é transmitida ao leitor por alguns meios, sendo a coerência a mais importante delas, pois é ela que dá ao texto uma unidade, um corpo único, um só propósito, onde tudo se encaixa e por meio da qual a mensagem é veiculada. Isto é passado através da caracterização dos personagens, e vamos entender também como personagens, na área não-ficcional, os elementos inanimados envolvidos, sejam eles bactérias, peças mecânicas ou processos operacionais. Esta caracterização é feita através das ações que estes personagens apresentam durante a narrativa. São as ações que estabelecem se um personagem é herói ou vilão, se ele contribui para a solução ou se é opositor a ela. Voltando para o lado científico, a quimioterapia é um vilão que auxilia na solução do problema, poderíamos dizer que é um mal necessário. Assim como nas histórias, um personagem mal poderá contribuir para a solução do problema ou para revelar a verdade.

A personagem pode mudar seu comportamento no meio da narrativa, na tentativa de solucionar o conflito, o que não implica na quebra da coerência do texto, já que a personagem e seu objetivo continuam os mesmos. Esta mudança tem a ver com a própria alteração na atitude da personagem, ao descobrir, em relação à verdade que atribuíra ao seu intento, um valor de falsidade, de segredo ou de mentira. Quando a personagem muda seu modo de agir, muda também sua atitude, a qual pode ser avaliada como verdadeira ou falsa, secreta ou men-

tirosa. Esse tipo de modalidade é chamado *veridictório*, que opera com valores de verdade e pode ser assim esquematizado: (Figura 1)



Relações	Valores
ser + parecer	VERDADE (é e parecer ser)
não ser + não parecer	FALSIDADE (não é e não parecer ser)
ser + não parecer	SEGREDO (é mas não parece ser)
não ser + parecer	MENTIRA (não é mas parece ser)

Se contarmos a história de um sujeito que foi a uma festa e dançou, bebeu, divertiu-se e depois saiu e suicidou-se, perceberemos que ele guardava um segredo: era, mas não aparecia ser um suicida, uma vez que acobertou seu estado com emoções de alegria e euforia. E assim teremos diversos exemplos, como um homem que chega de máscara e arma em punho parecerá ser um criminoso, e será verdade se ele anunciar um assalto, ou poderá ser mentira se for um herói enfrentando o criminoso, apesar de se parecer com um criminoso. Disso decorre situações onde o herói é visto por alguns (personagens) como sendo um criminoso e o vilão como um bom sujeito até ser revelada a verdadeira intenção que o motiva.

Em uma obra de ficção, estas relações lógicas vão dar andamento à narrativa pelas atitudes dos personagens, ora mentindo, ora guardando segredos, ora sendo falsa e, geralmente, na conclusão a verdade é revelada. Nos textos

técnicos-científicos, a relação ‘*ser e parecer ser*’ é a única que deve ser mantida durante todo o processo, no entanto, não é difícil o autor deixar-se levar pelo desenvolvimento e apresentar argumentos que levam ao leitor creditar como verdade algo que não é, mas parece ser, ou ainda, não ser reconhecido por ter apresentado o seu raciocínio de forma não-convicente (não-parece ser). Então, todo trabalho científico e técnico precisa ser verdadeiro, e, ao mesmo tempo, parecer verdadeiro, provando que é.

#### 4.2. Falácias na comunicação

Ainda que cometamos um número infinito de erros, só há, na verdade, do ponto-de-vista lógico, duas maneiras de errar: raciocinar mal com dados corretos ou raciocinar bem com dados falsos. Certamente haverá uma terceira forma que é raciocinar mal com dados falsos. O primeiro modo pode ser resultado de um vício de forma: raciocinar mal com dados corretos; o segundo é resultado de um vício de matéria: raciocinar bem com dados falsos. Não se deve, no entanto, confundir o erro em si, a opinião falsa, com o raciocínio que o produziu. Não cabe à Lógica investigar as causas do erro, que é atribuição de outras ciências, como a psicologia ou a metafísica, mas descrever-lhe as formas. As credices, superstições e os tabus são erros, mas não compete à Lógica debatê-los, mas apenas mostrar que as falsas opiniões deles decorrentes tiveram como ponto de partida um raciocínio ilegítimo ou vicioso.

Este raciocínio vicioso ou falacioso é designado por *sofisma* pela Lógica, que significa falso raciocínio com a intenção de enganar. O sofisma que não tem a intenção de enganar, isto é, que não é intencionalmente falacioso, é chamado de *paralogismo*.

Para que haja erro, é necessário haver julgamento, uma declaração ou uma opinião expressa que negue o que é ou afirme o que é. Não há raciocínio quando apenas expressamos nossos afetos ou impressões, pois faltou uma análise dos fatos e tais valores não foram obtidos por um juízo pautado na razão.

Declarações, apreciações, julgamentos, pronunciamentos expressam opinião pessoal, indicam aprovação ou desaprovação, mas sua validade deve ser demonstrada ou provada. Só os fatos provam; sem eles, que constituem a essência dos argumentos convincentes, toda declaração é gratuita, por isso facilmente contestável. Dizer “Fulano é ladrão” vale tanto quanto sua contestação: “Não, Fulano não é ladrão”; e nenhum dos dois convence, limitando-se apenas em afirmar ou negar sem fundamentação, sem prova dos fatos. Expressam opiniões pessoais não isentas de prevenções ou preconceitos, respeitáveis ou não, essa opinião pode ser colocada de lado até que seja provado o que se nega ou se afirma.

Sua validade é muito relativa, pois neste caso não se pode invocar o que se costuma chamar de ‘testemunho autorizado’, uma opinião balizada de quem, pela reputação baseada no saber e na experiência, merecesse tal crédito, de tal forma que a prova dos fatos se tornasse desnecessária. Nenhum dos interlocutores seria mais convincente se declarasse que “Fulano é ladrão porque Beltrano disse que é”. No entanto, se afirmasse que ele o é porque foi preso em flagrante quando assaltava uma joalheira na madrugada de ontem, a declaração teria credibilidade, pois estaria sustentada por um fato comprovado.

Toda declaração ou juízo que expresse opinião pessoal ou que pretenda estabelecer a verdade só terá validade se devidamente demonstrada, apoiada ou fundamentada nas evidências dos fatos. Mas há certas ordens de declaração que prescindem de prova:

- quando a declaração é uma verdade universalmente aceita;
- quando é evidente por si mesma (axioma ou postulados);
- quando tem o apoio de autoridade (testemunho autorizado);
- quando escapa ao domínio puramente intelectual:
  - é de natureza puramente sentimental;
  - implica apreciação de ordem estética;
  - diz respeito à fé religiosa (não se provam dogmas).

Não se discute sobre fatos. Fatos são coisas observadas e verificadas que podem levar à certeza absoluta. Não se pode confundir fato com indício, pois este permite apenas inferir uma certeza relativa, pois expressa apenas probabilidade ou possibilidade. Os indícios podem persuadir, mas não provam. Inferir é concluir, deduzir pelo raciocínio apoiado apenas em indícios. Dizer que “Fulano é ladrão porque começou a ostentar um padrão de vida que seu salário não lhe poderia proporcionar”, é inferir a partir de certos indícios. O que se declara é possível e até mesmo muito provável, mas não é certo porque não está provado.

O grau de probabilidade de certas inferências varia com as circunstâncias: há inferências que são prováveis e outras que são extremamente improváveis. É o maior ou menor grau de probabilidade que condiciona o nosso comportamento diário e o nosso juízo diante das coisas e pessoas. Se o céu está carregado de nuvens densas que escurecem o Sol, é provável que irá chover, então levo o guarda-chuva. No entanto, pode não chover. Nosso comportamento diante dos indícios foi pura inferência, daí os enganos que verificamos quando nos deparamos com os fatos: não choveu. Agimos por presunção porque inferimos baseados em indícios.

Por outro lado, os fatos em si mesmos às vezes não bastam. Para que provem é preciso que sua observação seja acurada e que eles (os fatos) sejam

adequados, relevantes, típicos, característicos, suficientes e fidedignos. Uma pessoa não pode, ao visitar Copacabana por uma semana, afirmar que todo carioca veste shorts; o número de fatos considerados foi insuficiente e a área observada foi muito restrita para concluir tal verdade, constituindo o que se chama enumeração imperfeita. Os fatos apresentados como razões para validar os argumentos são inadequados. Portanto, conclusões baseadas em fatos circunstanciais serão muito provavelmente falsas.

#### – Falsos axiomas

O axioma é um princípio necessário, comum a todos os casos, evidente por si mesmo, não propriamente indemonstrável, mas de demonstração desnecessária, tal é a evidência do que se declara. Rousseau declarou “É um axioma geralmente admitido que, cedo ou tarde, se descobre a verdade.” Essa máxima será um axioma verdadeiro ou falso? Muitas sentenças ou máximas assumem, às vezes, a imponência de axiomas, e aquele que tenta construir o seu raciocínio sobre essa aparência de verdade, ou de verdade relativa, acaba sofismando. Muitos oradores “armam” a sua argumentação com essas verdades aparentes, dando como evidente por si mesmo, dando como demonstrável aquilo que é apenas o resultado da sua presunção, ignorância, malícia ou insuficiência de argumentação.

#### – Ignorância da questão

Esta é uma das falácias mais comuns nas polêmicas ou debates, principalmente quando a paixão desvia o foco da questão, substituindo-o por outro não-pertinente, mas capaz de comover ou irritar o ouvinte ou o leitor. Foge-se aos fatos e ao raciocínio frio e apela-se para a emoção, e, nada provando, sofisma.

A ignorância da questão assume outros aspectos muito comum, quando pessoas demagogas, por lhes faltarem argumentos válidos para rebater a evidência dos fatos apresentados pelo oponente, passam para o insulto, impropérios e a calúnia. Não argumentam, sofismam. Também sofisma aquele cuja resposta apresenta uma desculpa ou uma defesa não-balizada em fatos, caso típico de políticos quando suas atitudes ilícitas ou suspeitas são confrontadas, e apresentam uma série de alegações e explicações que fogem da verdadeira questão e que em nada comprovam a razão de suas ações

#### – Petição de princípios

A petição de princípios é o argumento de quem não tem argumentos. Apresenta a própria declaração como prova dela, tomando como coisa demonstrada aquilo que deveria ser demonstrado, ou seja, admitindo como verdadeiro exatamente aquilo que está em discussão. Geralmente usado por gracejo ou com o propósito de encerrar o assunto, diria alguém: “Fulano morreu de velho porque viveu muitos anos”, ou “O sujeito morreu pobre porque não tinha dinheiro”; o emprego do “porque” é a própria declaração disfarçada.

O emprego dessas proposições não é argumentar, mas alinhar palavras que nada acrescentam à própria declaração, não a fundamentam nem a justificam. Aqueles que buscam a arte de escrever devem evitar o emprego dessa falsa argumentação, a menos, é claro, que seja propositadamente colocada como característica de uma personagem, no entanto, na redação didática, técnica e científica jamais deverá ser empregada, e é preciso estar atento, pois estes exemplos são óbvios, mas na prática elas podem aparecer de modo rebuscado na apresentação dos argumentos. A gramática chama esta forma de *tautologia*, dizer a mesma coisa com outras palavras, e também de *redundância*, repetir pormenores já implícitos na declaração.

#### – Observação inexata

O erro de julgamento resultante da falta de exatidão na observação é antes um paralogismo que um sofisma, a menos que se trate de um escamoteamento dos fatos para falsear a conclusão. São os erros que os iniciantes cometem em suas conclusões depois de examinarem um processo qualquer por não terem atentado a certos detalhes significativos, ou o redator que, ao descrever a utilização de um equipamento, ou de um cientista ao relatar o modo como obteve aquele resultado, omite certos estágios ou certas partes que impossibilitam confirmar ou reproduzir o mesmo resultado, dando a impressão de falsidade ou engodo.

#### – Falsa analogia

Quando queremos fazer-nos compreender melhor, servimo-nos de um exemplo constituído por fato ou objeto mais familiar ao leitor ou ouvinte, através da semelhança entre coisas parecidas. Se o cão do vizinho se coçava por estar com pulgas, o meu também deve estar porque está se coçando. No entanto, o meu cão pode estar se coçando por diversos outros motivos. Levamos em consideração as semelhanças entre casos particulares, sem termos em mente as possíveis diferenças que nos remeteriam a outras conclusões. Isso é até corriqueiro, quando certas pessoas nos encontram adoentados e insistem em prescrever o mesmo tratamento que ela ou alguém próximo a ela recebeu por apresentar, aparentemente, os mesmos sintomas.

Analogia é semelhança: ela pode nos levar a uma conclusão pela indução, mas indução parcial ou imperfeita; estabelece-se uma relação entre coisas em que o raciocínio conclui através de certas semelhanças observadas em outras não-observadas, ou seja, parte da coisa conhecida para explicar a desconhecida. A analogia produz hipóteses e não certezas; produz uma conclusão provisória sujeita à confirmação resultante da observação de outros fatos. O raciocínio por analogia é uma forma de indução que parte de um caso singular para outro singular.

Embora exerça papel considerável na descoberta da verdade, a analogia só nos fornece probabilidade. Por se tratar de uma inferência a partir de um fato isolado para outro isolado, é melhor nos servirmos do silogismo ou da indução de enumeração completa para buscar a verdade que procuramos.

### 4.3. Revelando a verdade

A verdade é o que todo escritor busca revelar em seus textos, seja na área técnica, científica ou de ficção. Na ciência ela deve ser a mais impessoal e precisa possível, revelando a verdade sobre fenômenos naturais ou humanos. Na ficção, a verdade será revelada sob o ponto-de-vista do autor, passará para o leitor a moral-da-história sobre aquilo que ele concluiu através de suas reflexões e percepções. No entanto, todos os métodos de raciocínio e as formas de apresentá-los são praticamente idênticos tanto para ficção quanto para não-ficção. Ambos precisam persuadir e convencer outra pessoa que suas conclusões foram estabelecidas a partir de uma lógica consistente e estão fundamentadas pelos argumentos apresentados.

O espírito humano não se contenta apenas com a observação dos fatos, busca conhecer suas causas, as explicações e as razões deles ocorrerem. É característica predominante do ser humano querer saber sempre não apenas *o que acontece*, mas também *porque as coisas acontecem*. Essa curiosidade, a ânsia de querer saber sempre as causas dos fatos, pode nos levar a erros de julgamentos quando nosso raciocínio é falho em qualquer dos seus estágios. Erramos quando atribuímos como verdadeira causa o que é simplesmente aparência ou coincidência. Disso decorrem as superstições e os preconceitos: se em um dia, ao vermos um gato preto, tropeçamos, afirmamos que gato preto dá azar ou que nos faz tropeçar; se um político é envolvido em um caso de corrupção, generalizamos que todo político é corrupto; se um médico comete um erro, dizemos que todo médico é incompetente.

Erramos quando acreditamos que o que vem antes é a causa do que vem depois. Esta é uma maneira simplista de explicar os eventos, uma vez que o que vem antes não é necessariamente a causa do que vem depois, mas somos levados a raciocinar dessa forma motivados pela preguiça ou pela malícia, chegando a conclusões apressadas ou que vão de encontro com aquilo que desejamos pensar.

A busca da relação de causa-efeito e motivo-consequência caracteriza o mais eficaz, e talvez o único, método verdadeiramente científico de se conhecer a verdade das coisas. As conclusões serão parciais até que se estabeleça a relação entre fato declarado e o que se considera como sua causa. No entanto, isso nem sempre é possível, pois alguns fatos de natureza espiritual, social, política e até econômica não podem ser atribuídos a uma única causa, mas a um complexo

delas, nem sempre identificáveis, porque nem sempre constituem fatos materiais mensuráveis ou ponderáveis, o que acaba levando a muitas generalizações falsas.

A verdade é obtida através do raciocínio que fazemos dos fatos observados, tomando como experiência o conhecimento precedente e a lembrança de observações passadas. Ao observamos um fato, criamos uma hipótese e a verificamos ou a testamos, chegando a uma generalização, a uma Lei ou princípio científico. Estes são os estágios normais do método experimental.

Nas ciências experimentais, o observador (cientista, pesquisador, estudioso) procura a relação constante entre fenômenos simultâneos ou sucessivos. Ao descobrir essa relação, descobre a lei ou princípio científico, estabelecendo assim a relação de causa-efeito: o que determinou o outro é *causa* e o determinado é o *efeito*.

Nas ciências humanas, a descoberta das causas não se faz necessariamente com a mesma segurança, razão pela qual muitos contestam serem elas verdadeiras ciências, já que suas conclusões parecem simples opiniões pessoais ou menos plausíveis. No entanto, os fenômenos estudados deixam de ter suas causas e suas leis que são relações necessárias quer entre fatos quer entre atos. Suas conclusões podem ter assim um incontestável caráter de certeza, ainda que de outra ordem, diversa das ciências experimentais.

#### – Métodos de raciocínio

De maneira simples, pode-se dizer que *método* é a melhor forma de se fazer as coisas. Quando se diz que alguém tem método de trabalho, significa que ele se serve de meios adequados para realizar as suas tarefas, por isso consegue ser mais eficaz e produtor. No sentido da Lógica, *método* é o conjunto dos meios ou processos empregados para a investigação, a descoberta e a comprovação da verdade. Implica, assim, em uma direção, um rumo, regularmente seguido nas operações mentais.

Há dois métodos de raciocínio para a busca da verdade: a indução (que vai do particular para o geral) e a dedução (que parte do geral para o particular). No entanto, há também métodos subsidiários que contribuem para a descoberta e comprovação da verdade, conhecidos como *modus sciendi* ou modos de saber: a análise, a síntese, a classificação e a definição. Além disso, existem ainda os métodos particulares de algumas ciências, em que a indução e a dedução, sem desobedecer às leis imutáveis do conhecimento, adaptam o seu processo à natureza variável da realidade, assim, cada ciência tem seu método próprio: demonstrativo, comparativo, histórico, normativo etc.

Pelo método da *indução* partimos da observação e da análise dos fatos concretos e específicos para chegarmos à conclusão, ou seja, chegar a uma norma, lei ou regra. Este método leva à generalização; parte-se de dados particulares

conhecidos para princípios de ordem geral desconhecidos. Vale dizer, parte do efeito para a causa, da consequência para o motivo, é um raciocínio *a posteriori*. Este processo é regularmente utilizado sempre que se pretende tomar uma decisão sobre a implantação ou adoção de algo geral que ainda se desconhece. Parte-se, então, de levantamentos das situações existentes e os confrontam com os idealizados para a nova proposição.

Exemplo disso é a questão em debate sobre o rebaixamento da maioria penal, de modo a condenar criminosos menores de 18 anos. A polêmica se estabelece discutindo os pontos-de-vista dos interlocutores, uns a favor, outros contra, baseando-se em alguns casos concretos, tanto uns quanto outros, procurando cada qual provar que a implantação da sua solução final será a que trará sucesso à questão. No entanto, nenhuma conclusão poderá garantir tal sucesso apenas pelos argumentos apresentados, por mais relevantes e fidedignos que sejam, pois são desconhecidos os reais efeitos que tal lei ou regra provocará ao ser implantada. No caso em questão, a solução de se rebaixar a maioria penal em nada poderá influenciar na redução da violência ou na diminuição da delinquência juvenil, podendo apenas retardar o reingresso desse criminoso à sociedade, que, diante do atual sistema penitenciário, o tornará especialista em algum tipo de crime. Como já foi colocado, podemos observar como certas discussões indutivas, procurando soluções generalizadas para problemas específicos, podem facilmente levar a resultados falaciosos por não considerarem os complexos fatores envolvidos.

Caso necessite utilizar o raciocínio indutivo, procure primeiro saber o que há sobre a questão: o que é, o que se faz, o que se fez, o que se diz; enfim, observe os fatos, colha o maior número de dados possíveis, analise-os criteriosamente e imparcialmente, classifique-os, discuta-os e conclua se a sua generalização é válida ou não.

Talvez não consiga ou mesmo não seja necessário examinar todos os fatos pessoalmente, pois outros já podem tê-lo feito em condições satisfatórias, mesmo que visando outros propósitos ou chegando a outras conclusões. Podemos aproveitar o resultado dessas pesquisas e acrescentar os nossos. O Conhecimento humano não é obra exclusivamente individual, mas resultado de um esforço coletivo ao longo do tempo, pelo acúmulo de pesquisas e conclusões parciais, provisórias e definitivas. Quando nos baseamos em afirmações dignas de crédito, nos servimos do que chamamos de método de testemunho autorizado ou métodos de autoridade. Este processo é indispensável ao progresso da ciência e do conhecimento, como já nos referimos na pesquisa bibliográfica, apesar que neste processo, os resultados não necessitam estar publicados, podem estar disponíveis na forma de anotações ou em relatórios de pesquisa.

No método dedutivo fazemos o caminho inverso do indutivo, vamos do geral para o particular, da generalização para o específico, da causa para o efeito, do motivo para a consequência. A expressão formal deste método é o *silogismo*, que é uma argumentação na qual se infere uma conclusão pela associação de uma premissa a outra. Diz-se que a primeira premissa é a maior, que deve ser de caráter universal (*todo* ou *nenhum*; não pode ser *alguns*), e a segunda a menor, devendo haver entre elas uma idéia ou termo comum, o termo médio, indispensável ao silogismo verdadeiro. Exemplo: Todo candidato condenado por fraude é inelegível (premissa maior); Fulano foi condenado por fraude (premissa menor); logo, Fulano é inelegível (conclusão).

O silogismo pode ser válido quanto aos seus aspectos formais, e verdadeiro quanto à matéria, ou ser uma coisa e não a outra. A conclusão só poderá ser verdadeira se as premissas também o forem. A conclusão poderá ser falsa se as premissas não estiverem fundamentadas, como por exemplo: Todo comunista lê Kal Max; Fulano lê Max; logo ele é comunista. Provavelmente a generalização não seja verdadeira, foi baseada no que se chama de enumeração imperfeita, fez-se uma observação insuficiente dos fatos: será que todo comunista lê Max? Se a premissa maior pode não ser verdadeira, não importa se a menor o seja, apesar de se poder provar que Fulano o lê, a conclusão é falsa: não se pode afirmar que Fulano é comunista só pelo fato de estar lendo Max. Com certeza muitos que perseguiram comunistas o leu! Este silogismo é válido quanto à forma por ter sido bem apresentado, mas é falso quanto à matéria.

Outro tipo de silogismo muito utilizado na prática é chamado *epiquirema*, que se caracteriza por ter uma ou ambas premissas seguidas ou munidas de prova, acompanhadas de uma preposição causal ou explicativa. A necessidade de provar ou justificar nossas opiniões faz parte da natureza humana. A curiosidade humana diante da realidade sempre leva a perguntar “que é?” e “por que é?”, sendo a primeira resolvida em definições e a segunda em indicações de causa ou motivo.

Quando se pretende convencer, aconselhar ou sugerir determinada atitude, muitas vezes serve-se de epiquiremas, principalmente em linguagem coloquial, caso em que nem mesmo o silogismo se completa, limitando-se à premissa maior, sendo as outras duas proposições facilmente subtendidas pela situação ou contexto.

Podemos afirmar que, na prática, a busca pela verdade se faz ao mesmo tempo pela indução e pela dedução. Raramente se chega à verdade apenas por um ou outro método: os dois conjugam-se para o mesmo fim. [Como regra, as proposições do silogismo são separadas por ponto-e-vírgula, formando um só período.]

#### 4.4. Análise e síntese

A análise, a síntese, a classificação e a definição constituem processos de raciocínio, organizando e ordenando as idéias com o propósito de sistematizar a pesquisa da verdade. A análise corresponde à indução e a síntese à dedução.

Todo método é, em essência, analítico ou sintético. Análise é decomposição de um todo em suas partes. A grande dificuldade do conhecimento decorre da complexa natureza das coisas. Para perceber as relações entre as idéias, fatos, fenômenos ou objetos, a inteligência humana precisa discriminar, dividir e isolar as dificuldades para resolvê-las. O espírito analítico caracteriza-se pelo senso do detalhe, da exatidão, preocupando-se mais com as diferenças entre os objetos que com suas semelhanças.

A busca da verdade não se alcança só com a análise, as operações mentais precisam também da síntese, que é a reconstrução do todo decomposto pela análise. Se sem a análise todo o conhecimento é confuso e superficial, sem a síntese é incompleto. O espírito sintético permite uma visão de conjunto, que, contrário da análise, apoia-se nas semelhanças ou analogias entre os fatos ou idéias. Esses dois processos, inversos, mas complementares, estão na base de todos os métodos científicos, sem exceção.

Existem dois tipos de análises: a formal e a informal. A formal é científica ou experimental, peculiar às ciências exatas e biológicas, baseia-se nas relações constantes e invariáveis entre os seres ou fenômenos e seus comportamentos. A informal não pode ser completa nem caracterizar-se pela exatidão absoluta, consiste em discernir, por vários atos distintos, os elementos de um todo, empregada na abstração e na formação de idéias gerais, comum nas ciências humanas.

Pela análise decompõem-se o todo em suas partes para classificar as relações de dependência e hierarquia entre essas partes. A formação de qualquer idéia geral é um ato de classificação, que tanto pode consistir em um processo prático, mas arbitrário, que permite coordenar, esclarecer e transmitir o conhecimento, quanto representar as relações intrínsecas, essenciais e invariáveis entre as idéias. A análise e a classificação estão tão interligadas, que é fácil de serem confundidas, sendo muitas vezes empregadas como sinônimos, o que não é totalmente verdadeiro, pois distinguem-se: análise é decomposição; classificação é hierarquização.

Com foi dito anteriormente, ao desejarmos comunicar nossa idéia ou pensamento a outro, temos primeiro a síntese dessa idéia, e passamos a decompô-la em partes, classificando-as de modo que possamos explicar, justificar e fundamentar cada passagem do pensamento, de forma que o leitor, ao tomar conhecimento de nossa análise, possa sintetizar novamente as idéias e compreender a nossa mensagem. Iniciamos com a idéia geral do livro, definindo seu propósito

principal, e passamos a estabelecer as divisões em que iremos apresentar nossos argumentos, separando-os em capítulos, tópicos, itens, ou em atos e cenas, até os parágrafos.

#### 4.5. Formatos de redação

As noções precedentes sobre análise, síntese e classificação fornece a qualquer pessoa as bases indispensáveis ao planejamento e ao desenvolvimento de qualquer tipo de composição. Geralmente as pessoas acabam redigindo alguns parágrafos sem consistência, sem coerência e sem objetivo determinado, contentando-se com generalidades. Embora pressentem que há muita coisa a dizer, não sabem como fazê-lo; as idéias lhe ocorrem de maneira esparsa, caótica, desordenada. Como vimos, se a elaboração da redação for precedida pela observação atenta, pela análise e classificação dessa idéias, seu plano irá se delineando e acabará sabendo facilmente *o que* dizer e também *como* dizer.

Os principais formatos de redação são a descrição, a narração, a dissertação e a argumentação. Dependendo do objetivo e do estilo do autor, um desses formatos será o principal, no entanto os outros também serão empregados em sua justa medida e propósito. Apresentaremos resumidamente cada um deles para que você possa saber qual o mais adequado à forma que pretende apresentar suas mensagens, e como melhor mesclá-los em sua redação.

### 5. Redação

Agora que você já definiu o que pretende conquistar em seu leitor e está municiado com projeto, planejamento e informações sobre o quê e a maneira como pretende transmitir sua mensagem, é hora de começar a estruturar a sua comunicação, ou seja, começar a redigir seus argumentos.

Provavelmente você já redigiu alguma coisa durante sua pesquisa e fez anotações sobre pontos que julgou relevantes ou que deseja abordar em sua redação. Coloque de lado tudo isto e comece do zero. Assim como um edifício, você começa a construir seu livro iniciando pela fundação, segue levantando a estrutura que o sustentará e por fim preencherá os espaços com frases, como o empreiteiro assenta tijolo por tijolo para preencher as paredes entre as colunas de sustentação. No entanto, lembre-se que seguirá a arquitetura que definida no planejamento.

A imagem de escritor nos filmes é falsa, pelo menos para a maioria dos escritores, alguém que senta em frente a uma janela e começa, em um frenesi, a escrever um livro, datilografando página por página, continuamente. Vê-se a personagem no início datilografando o título e depois amassando várias folhas, até que a inspiração lhe venha, sobrenaturalmente. Sabemos que não é assim que os escritores trabalham. Podemos até supor que alguns, artistas da palavra, depois de refletirem por tempos, elaboram seus escritos na mente, e apenas os

registram em letras, mas certamente fizeram mentalmente aquilo que faremos na prática.

Não há um modo correto de se iniciar um livro, mas assim como um filme, ele pode começar a ser filmado em qualquer parte, e depois ser editado na seqüência desejada, seguindo, é claro, um roteiro predeterminado. É sempre mais produtivo começar pela parte central da narrativa, ou seja, pelo seu desenvolvimento, uma vez que é essa a parte em que o escritor estará, no princípio, mais concentrado e preocupado em apresentar. As etapas antecedentes e precedentes serão mais fáceis de serem escritas, uma vez que só restará introduzir as informações necessárias para o leitor compreender o que já foi escrito e os acontecimentos que decorrerão da situação central. No entanto, é preciso estar atento para não ser redundante e cair na tentação de, ao escrever primeiro a parte central, ficar colocando explicações e descrições que devem estar nas partes antecedentes.

Deixe para os capítulos iniciais as descrições e apresentações, e concentre-se na trama central, procurando dar-lhe todo ritmo e cadência necessário para transmitir ao leitor seu raciocínio, despertando nele as emoções que o levarão, na conclusão, à reflexão que você deseja, de modo que ele possa elevar a compreensão da mensagem para além do que você planejou.

Essa atitude vale tanto para obras de ficção como para as de não-ficção. No texto técnico é até mais fácil iniciar pelo foco principal, uma vez que neste tipo de literatura as informações são complementares e não seqüenciais como no romance, onde as ações de um personagem interfere no comportamento de outros; o funcionamento de um experimento está restrito às causas diretas e seus efeitos, mas as relações humanas, o que é geralmente tema da literatura de ficção, estão interligadas e as situações vão determinando os motivos dos personagens e as conseqüências de seus atos influenciam as situações futuras de toda a trama. Um televisor pode funcionar perfeitamente em uma bancada estando desprovido de seu gabinete, mas o ser humano é afetado diretamente pelas condições de seu meio ambiente, ou seja, o funcionamento do homem é afetado pelo tipo de “gabinete” que o reveste e pela “bancada” em que se apoia.

#### 5.1. Tipos de textos

Os tipos de textos, são classificados de acordo com sua estrutura, objetivo e finalidade.

De maneira geral, a tipologia textual é dividida em: texto narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo.

##### – Texto Narrativo

A marca fundamental do Texto Narrativo é a existência de um enredo, do qual se desenvolvem as ações das personagens, marcadas pelo tempo e pelo espaço.

Assim, a narração possui um narrador (quem apresenta a trama), as personagens (principais e secundárias), o tempo (cronológico ou psicológico) e o espaço (local que se desenvolve a história).

Sua estrutura básica é: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho.

#### – **Texto Descritivo**

O Texto Descritivo expõe apreciações e observações, de modo que indica aspectos, características, detalhes singulares e pormenores, seja de um objeto, lugar, pessoa ou fato.

Dessa maneira, alguns recursos linguísticos relevantes na estruturação dos textos descritivos são: a utilização de adjetivos, verbos de ligações, metáforas e comparações.

#### – **Texto Dissertativo**

O Texto Dissertativo busca defender uma ideia e, logo, é baseado na argumentação e no desenvolvimento de um tema.

Para tanto, sua estrutura é dividida em três partes fundamentais:

- Tese (introdução): define o modelo básico para apresentar uma ideia, tema, assunto.
- Antítese (desenvolvimento): explora argumentos contra e a favor.
- Nova tese (conclusão): sugere uma nova tese, ou seja, uma nova ideia para concluir sua fundamentação.

Os textos dissertativos-argumentativos, além de ser um texto opinativo, buscam persuadir o leitor.

#### – **Texto Expositivo**

O Texto Expositivo pretende apresentar um tema, a partir de recursos como a conceituação, a definição, a descrição, a comparação, a informação e enumeração.

Dessa forma, uma palestra, seminário ou entrevista são consideradas textos expositivos, cujo objetivo central do emissor é explicar, discutir, explicar sobre um assunto.

São classificados em: texto informativo-expositivo (transmissão de informações) ou texto expositivo-argumentativo (defesa de opinião sobre um tema). Outros exemplos de textos expositivos são os verbetes de dicionários e as enciclopédias.

#### – **Texto Injuntivo**

O Texto Injuntivo ou instrucional está pautado na explicação e no método para a realização de algo. Temos como exemplos: uma receita de bolo, bula de remédio, manual de instruções e propagandas.

Dessa forma, um dos recursos linguísticos marcantes desse tipo de texto, é a utilização dos verbos no imperativo, de modo a indicar uma “ordem”.

Como exemplo temos: receita de bolo “misture todos os ingredientes”; bula de remédio “tome duas cápsulas por dia”; manual de instruções “aperte a tecla amarela”; propagandas “vista essa camisa”.

## 5.2. Narração

Estamos nos referindo à narrativa desde o início deste livro no sentido geral do que vem a ser narração. Como foi explicado, basicamente todo texto que pretende levar uma mensagem ele é em essência um relato ou uma história. O cientista vai narrar como realizou sua experiência, o romancista vai narrar uma aventura e assim por diante.

Neste tópico veremos que a narrativa, em seu sentido mais estrito, segue certas características que procuram distinguir a narração das outras formas de redação, no entanto, estas outras formas são partes da narrativa, portanto, apresentarei esta modalidade pois é assim que a encontramos nas gramáticas e nos livros sobre linguagem. Vai perceber que há certa redundância nas informações, pois muitas dessas características foram abordadas nos tópicos antecedentes.

Os estudiosos definiram um modelo, não rígido, que apresenta que toda narrativa segue um esquema onde há inicialmente uma ordem estabelecida, que é quebrada ou perturbada e depois volta a ser restabelecida. Neste processo, alguns tipos de personagens vão interagir: a vítima (objeto da perturbação); o vilão (sujeito da perturbação), e o herói (quem restabelece a ordem). Há também os personagens secundários que serão adjuvantes, ajudando o herói, ou oponentes, ajudando o vilão. A narrativa termina com um desfecho ou avaliação: o que se pretendeu mostrar com essa história? O que se pode aprender com isso?

Alguns críticos adotam a distinção entre *ficção* e *narração*. A ficção é o conjunto de elementos da narrativa propriamente dita: circunstâncias, fatos, personagens; é a parte resumível da narrativa, manifestando-se nos elementos referenciais do texto. Na ficção pergunta-se: *O que é que se conta?* A narração é a organização verbal da narrativa. Pergunta-se: *Quem conta?* É a manifestação do narrador que organiza e apresenta os elementos da narrativa em uma certa ordem, num certo tom e segundo intenções particulares. Percebe-se que com os mesmos elementos de ficção, por exemplo, uma menina, um lobo, uma avó, caçadores, em um lugarejo com floresta, pode-se construir diversas narrativas, o que alguns também designam como *versões*.

Cada item da organização da narrativa: expectativa, resolução, desfecho e avaliação, é descrito pelo estabelecimento de um percurso narrativo, que no seu conjunto forma o texto como um todo coerente, o que possibilita o cum-

primento de sua finalidade. O percurso narrativo se organiza a partir de uma personagem que tem instaurado para si, por vontade própria ou por obrigação, um determinado objetivo a alcançar ou a cumprir. A este percurso deverá ser introduzido um opositor, o qual dará a característica básica da narrativa que é a criação de um conflito.

Não há narrativa no relato de alguém ir ao supermercado, fazer compras e voltar para casa, ou de alguém ir ao hospital, fazer exames e constatar que está saudável. O opositor não precisa, como já dissemos, ser animado, pode ser um sentimento, uma incapacidade física ou intelectual, uma inabilidade qualquer, fenômenos naturais (terremotos, furacões, enchentes etc.) ou até uma peça ou sistema operacional. Como por exemplo: “Gostaria de ir ao baile, mas a mãe não deixou”, a mãe, ser animado, é o opositor; “Gostaria de ir ao baile, mas não tinha roupa”, a roupa, ser inanimado, é o opositor, ou o pensamento de não ter a roupa adequada pode ser o opositor. “Gostaria de ter convidado aquela garota para o baile, mas não teve coragem”, a falta de coragem é o opositor.

Para que o conflito seja resolvido, o personagem precisa lançar mão de algum artifício, e é o que faz com que a narrativa se expanda. Aquele ou aquilo que auxilia a personagem a cumprir seu intento, é o auxiliador: “Gostaria de ir ao baile, mas a mãe não deixou, por isso pulou a janela”; “Gostaria de ir ao baile, mas não tinha roupa, então pediu emprestada a uma amiga”. A tentativa de resolver um problema ou dificuldade vai gerar o desenvolvimento da narração, criando uma sucessão de conflitos que precisam ser resolvidos pela personagem, que acabarão gerando outras tantas, até que o autor decida que seja hora de restabelecer a normalidade.

O desenvolvimento também é chamado de *enredo*, *intriga* ou *história* propriamente dita, onde a idéia principal é apresentada através de peripécias, fatos ou acontecimentos, que pela forma como serão abordadas terá um caráter de humor, de drama, de suspense, de mistério, de ação ou de aventura. O enredo é o suporte que despertará a curiosidade do leitor, prendendo-lhe a atenção por mantê-la em suspenso, na expectativa de episódios futuros, permitindo construir a idéia principal na mente do leitor no seu desenrolar.

No restabelecimento da normalidade, aparece a avaliação da narrativa, a mensagem final, a moral da história. Se a menina que deseja ir ao baile, mas proibida pela mãe, resolve o seu problema pulando a janela, acabará se metendo em encrencas, e acabará sendo descoberta pela mãe, que de opositora poderá tornar-se heroína, trazendo a normalidade para a vida da filha. No entanto, o castigo dado pela mãe ou a própria situação em que se meteu servirá de aprendizado para o leitor, trazendo a verdade (idéia principal) que se desejava demonstrar.

A narração vai incorporar outras formas de redação, como a descrição, fundamental para a compreensão da história ou do relato; a argumentação, imprescindível para convencer e fundamentar a narrativa, como veremos a seguir.

### 5.2.1. Texto Narrativo

Texto narrativo é um tipo de texto que esboça as ações de personagens num determinado tempo e espaço.

Geralmente, ele é escrito em prosa e nele são narrados (contados) alguns fatos e acontecimentos.

Alguns exemplos de textos narrativos são: romance, novela, conto, crônica e fábula.

#### – Estrutura da Narrativa

- Apresentação: também chamada de introdução, nessa parte inicial o autor do texto apresenta os personagens, o local e o tempo em que se desenvolverá a trama.
- Desenvolvimento: aqui grande parte da história é desenvolvida com foco nas ações dos personagens.
- Clímax: parte do desenvolvimento da história, o clímax designa o momento mais emocionante da narrativa.
- Desfecho: também chamada de conclusão, ele é determinado pela parte final da narrativa, onde a partir dos acontecimentos, os conflitos vão sendo desenvolvidos.

#### – Elementos da Narrativa

- Narrador - é aquele que narra a história. Dividem-se em: narrador observador, narrador personagem e narrador onisciente.
- Enredo - trata-se da estrutura da narrativa, ou seja, a trama em que se desenrolam as ações. São classificados em: enredo linear, enredo não linear, enredo psicológico e enredo cronológico.
- Personagens - são aqueles que compõem a narrativa sendo classificados em: personagens principais (protagonista e antagonista) e personagens secundários (adjuvante ou coadjuvante).
- Tempo - está relacionado com a marcação do tempo dentro da narrativa, por exemplo, uma data ou um momento específico. O tempo pode ser cronológico ou psicológico.
- Espaço - local (s) onde a narrativa se desenvolve. Podem ocorrer num ambiente físico, ambiente psicológico ou ambiente social.

#### – Tipos de Narrador

Os tipos de narrador, também chamado de foco narrativo, representam a “voz textual” da narração, sendo classificados em:

- Narrador Personagem - a história é narrada em 1ª pessoa onde o narrador é um personagem e participa das ações.
- Narrador Observador - narrado em 3ª pessoa, esse tipo de narrador conhece os fatos, porém, não participa da ação.

- Narrador Onisciente - esse narrador conhece todos os personagens e a trama. Nesse caso, a história é narrada em 3ª pessoa. No entanto, quando apresenta fluxo de pensamentos dos personagens, ela é narrada em 1ª pessoa.

### 5.2.2. Tipos de Discurso Narrativo

- Discurso Direto - no discurso direto, a própria personagem fala.
- Discurso Indireto - no discurso indireto o narrador interfere na fala da personagem. Em outras palavras, é narrado em 3ª pessoa uma vez que não aparece a fala da personagem.
- Discurso Indireto Livre - no discurso indireto livre há intervenções do narrador e das falas dos personagens. Nesse caso, funde-se o discurso direto com o indireto

#### – Discurso Direto

No discurso direto, o narrador dá uma pausa na sua narração e passa a citar fielmente a fala do personagem.

O objetivo desse tipo de discurso é transmitir autenticidade e espontaneidade. Assim, o narrador se distancia do discurso, não se responsabilizando pelo que é dito.

Pode ser também utilizado por questões de humildade - para não falar algo que foi dito por um estudioso, por exemplo, como se fosse de sua própria autoria.

As características do discurso direto é a utilização dos verbos da categoria dicendi, ou seja, aqueles que têm relação com o verbo “dizer”. São chamados de “verbos de elocução”, a saber: falar, responder, perguntar, indagar, declarar, exclamar, dentre outros.

Utilização dos sinais de pontuação - travessão, exclamação, interrogação, dois pontos, aspas. Inserção do discurso no meio do texto - não necessariamente numa linha isolada.

#### – Discurso Indireto

No discurso indireto, o narrador da história interfere na fala do personagem preferindo suas palavras. Aqui não encontramos as próprias palavras da personagem. O discurso é narrado em terceira pessoa.

Algumas vezes são utilizados os verbos de elocução, por exemplo: falar, responder, perguntar, indagar, declarar, exclamar. Contudo não há utilização do travessão, pois geralmente as orações são subordinadas, ou seja, dependem de outras orações, o que pode ser marcado através da conjunção “que” (verbo + que).

#### – Transposição do Discurso Direto para o Indireto

Nos exemplos a seguir verificaremos as alterações feitas a fim de moldar o discurso de acordo com a intenção pretendida.

Discurso Direto	Discurso Indireto
Preciso sair por alguns instantes. (Enunciado na 1.ª pessoa)	Disse que precisava sair por alguns instantes. (Enunciado na 3ª pessoa)
Sou a pessoa com quem falou há pouco. (Enunciado no presente)	Disse que era a pessoa com quem tinha falado há pouco. (Enunciado no imperfeito)
Não li o jornal hoje. (Enunciado no pretérito perfeito)	Disse que não tinha lido o jornal. (Enunciado no pretérito mais que perfeito)
O que fará relativamente sobre aquele assunto? (Enunciado no futuro do presente)	Perguntou-me o que faria relativamente sobre aquele assunto. (Enunciado no futuro de pretérito)
Não me ligue mais! (Enunciado no modo imperativo)	Pediu que não lhe ligasse mais. (Enunciado no modo subjuntivo)
Isto não é nada agradável. (Pronome demonstrativo em 1ª pessoa)	Disse que aquilo não era nada agradável. (Pronome demonstrativo em 3ª pessoa)
Vivemos muito bem aqui. (Advérbio de lugar aqui)	Disse que viviam muito bem lá. (Advérbio de lugar lá)

#### – Discurso Indireto Livre

- Liberdade sintática.
- Aderência do narrador ao personagem.

No discurso indireto livre há uma fusão dos tipos de discurso (direto e indireto), ou seja, há intervenções do narrador bem como da fala dos personagens.

Não existem marcas que mostrem a mudança do discurso. Por isso, as falas dos personagens e do narrador - que sabe tudo o que se passa no pensamento dos personagens - podem ser confundidas.

Narração ou texto narrativo é o relato feito por alguém de algo, de uma sequência de acontecimentos. Essa sucessão de acontecimentos é chamada de enredo, e considera um período de tempo e de espaço (quando e onde acontece).

Quem assume o papel de narrar, contar ou relatar algo é chamado de narrador. O narrador relata os acontecimentos vividos pelos personagens.

### 5.2.3. O personagem

O personagem é o objeto principal sobre o qual toda a narrativa vai-se desenrolar. Consideramos que o personagem na literatura de não-ficção pode ser

um ser vivo ou um aparelho, cujas características vão sendo reconhecidas pelo leitor durante o percurso narrativo. Na leitura de um romance, fica claro que as situações são vividas pelos personagens, são eles que traçam o enredo e exprimem os intuítos da história, a visão da vida que decorre deles, os significados e valores que os animam.

É através dos personagens, pelos mecanismos de identificação, projeção e transferência, que o leitor se identifica e vivência as relações afetivas e intelectuais aprendendo os valores e reflexões que o autor transmite no enredo. O personagem é um ser fictício, o que parece um paradoxo, pois ele se torna real ao vivenciar o enredo e as idéias. Mesmo que se retrate a vida de uma pessoa real, ele sempre será um personagem, portanto, um ser fictício. Então, como pode existir o que não existe?

A criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, criação da fantasia, comunicar a impressão da mais pura verdade existencial. Podemos dizer que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através do personagem, que é a concretização deste.

Verifiquemos que há afinidades e diferenças essenciais entre o ser vivo e os entes de ficção, e que as diferenças são tão importantes quanto as afinidades para criar o sentimento de verdade, que é a verossimilhança. As características do personagem são conhecidas da mesma maneira como se apresenta uma pessoa real, isto é, através de informações fragmentadas do seu modo de agir, pensar e viver. Todavia há uma diferença básica: na vida, a visão fragmentária é inerente à nossa própria experiência, é uma condição que não estabelecemos, mas a que nos submetemos. No romance, ele é criado e estabelecido racionalmente pelo escritor, que delimita e encerra a aventura que é, na vida, o conhecimento do outro.

Parte daí a necessária simplificação, que pode consistir numa escolha de gestos, frases, objetos significativos, marcando o personagem para identificação do leitor, sem com isso diminuir a impressão de complexidade e riqueza. Não precisamos mais que alguns elementos essenciais e a sua combinação, repetição e evocação nos mais variados contextos para formar uma idéia completa, suficiente e convincente daquela forte criação fictícia.

Na vida, estabelecemos uma interpretação de cada pessoa, a fim de podermos conferir certa unidade à sua diversificação essencial, à sucessão dos seus modos-de-ser. No romance, o escritor estabelece algo mais coeso, menos variável, que é a lógica do personagem. A nossa interpretação dos seres vivos é mais fluida, variando de acordo como tempo ou as condições da conduta. No romance, podemos variar relativamente a nossa interpretação do personagem,

mas o escritor lhe deu, desde logo, uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo-de-ser. Daí ser ele mais lógica, mais fixa do que nós, o que não quer dizer que seja menos profunda, mas que sua profundidade é um universo cujos dados estão à mostra, foram preestabelecidos pelo seu criador, que os selecionou e limitou em busca lógica.

A força dos grandes personagens vem do fato que o sentimento que temos da sua complexidade é máximo, mas isso devido à unidade e à simplificação estrutural que o escritor lhe deu. Graças aos recursos de caracterização, isto é, os elementos que o escritor utiliza para descrever e definir a personagem de maneira que ela possa apresentar-se viva diante do leitor, o autor é capaz de dar a impressão de um ser ilimitado, contraditório, infinito na sua riqueza, mas nós apreendemos essa riqueza e temos a personagem como um todo coeso ante a nossa imaginação. Portanto, a compreensão que nos vem do romance é muito mais precisa do que a que nos vem da existência, daí podermos dizer que o personagem é mais lógico, embora não mais simples que o ser vivo.

O romance moderno procurou aumentar cada vez mais esse sentimento de dificuldade do ser fictício, diminuir a idéia de esquema de seleção do romancista. Isto é possível justamente porque o trabalho de seleção e posterior combinação permite uma decisiva margem de experiência, de maneira a criar o máximo de complexidade e variedade, com um mínimo de traços psíquicos, de atos e de idéias. O personagem é complexo e múltiplo porque o escritor pode combinar com perícia os elementos de uma caracterização, cujo número é sempre limitado se os compararmos com o máximo de traços humanos que pululam a cada instante no modo-de-ser das pessoas.

Estabelecidas as características do personagem, ele deve dar a impressão de um ser vivo, mantendo certas relações com a realidade do mundo, participando de um universo de ação e sensibilidade que se possa equiparar ao que conhecemos na vida. No entanto, o autor não consegue captar todo o modo de ser de uma pessoa, por isso, quando toma um modelo na realidade, o autor sempre acrescenta uma explicação no plano psicológico que não corresponde à pessoa real, mas que é a interpretação de seu mistério, interpretação esta que lhe é conferida pela sua capacidade de clarividência e pela onisciência própria de criador. Então, um personagem se parece real quando o escritor sabe tudo a seu respeito, ou dá esta impressão, mesmo que não o diga. É como se o personagem fosse totalmente explicável, e isto lhe confere uma originalidade maior que a da vida, onde sabemos que o conhecimento do outro é fragmentário e relativo. No cotidiano, quase nunca sabemos as causas e os motivos das ações das pessoas, mas, no romance, eles são desvendados pelo autor.

Daí o conforto e a sensação de poder que nos dá o romance, proporcionando a experiência de uma raça humana mais manejável. Se o autor quiser narrar sua história igual à realidade, seu romance fracassará, pois ele precisa, para ser convincente, criar um mundo próprio, acima e além da ilusão de fidelidade. Neste mundo fictício, as personagens obedecem a uma lei própria. São mais nítidas, mais conscientes, têm contornos definidos, ao contrário do caos da vida, pois há nelas uma lógica preestabelecida pelo autor, que as torna paradigmas e eficazes.

O vínculo entre o autor e o seu personagem estabelece um limite à possibilidade de criar, à imaginação de cada romancista, que não é absoluta nem totalmente livre, mas depende dos limites do criador. O romancista deve conhecer seus limites e criar dentro deles, e isso é uma condição de angústia, pois impede certos vôos da imaginação, que nunca é tão livre quanto se supõe. Cada escritor procura criar um tipo ideal, do qual seus personagens apenas se aproximam ou não passam de um esboço. Os personagens são criados a partir da realidade do seu criador e a do mundo que o cerca, conferindo a eles uma constância em seus aspectos e características, sempre refletindo a visão do autor.

A verdade do personagem não depende apenas da relação de origem com a vida, com modelos propostos pela observação interior ou exterior, direta ou indireta, depende antes da função que exerce na estrutura do romance. A verossimilhança, que depende da possibilidade de comparar o mundo do romance com o mundo real, acaba dependendo da organização estética. Mesmo que a matéria narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá como tal na medida em que for organizada em uma estrutura coerente.

Portanto, originada ou não da observação, baseada ou não na realidade, a vida do personagem dependerá da situação em fase dos demais elementos que constituem o romance, das demais personagens, ambiente, duração temporal, idéias e assim por diante. Daí a caracterização depender de uma escolha e distribuição conveniente de traços limitados e expressivos, que se entrossem na composição geral e sugiram a totalidade de um modo-de-ser e de uma existência.

Quando, ao lermos um romance, dizemos que um fato, um ato ou um pensamento é inverossímil, estamos dizendo que na vida seria impossível ocorrer semelhante coisa. Entretanto, na vida tudo é praticamente possível, no romance é que a lógica da estrutura impõe limites mais apertados, resultando, paradoxalmente, que as personagens são menos livres e que a narrativa é obrigada a ser mais coerente do que a vida. O que julgamos inverossímil, segundo padrões da vida corrente, é na verdade incoerente em face à estrutura do romance. Vemos que, embora o vínculo com a vida, o desejo de representar o real seja a chave mestra da eficácia de um romance, a condição do seu pleno funcionamento dos personagens depende do critério estético de organização interna. Se esta funcionar, aceitaremos inclusive o que é inverossímil em fase das concepções coerentes.

Os romancistas do século XVIII aprenderam que a noção de realidade se reforça pela descrição de pormenores, e sabemos que o detalhe sensível é um elemento poderoso de convicção. A evocação de uma mancha no paletó ou de uma verruga no queixo é tão importante, neste sentido, quanto a discriminação dos móveis em um aposento ou o ranger de um degrau. É a técnica de convencer pelo exterior, pela proximidade com o aspecto da realidade observada. O mesmo ocorre com os traços psicológicos, revelando a consciência do personagem através da revelação de seus pensamentos, monólogos internos e reações. Dessa forma, teremos estabelecido relação entre os traços de modo que o todo se configure, ganhando significado e poder de convicção.

Cada traço adquire sentido em função do outro, de tal modo que a verossimilhança, o sentimento de realidade, dependerá da unificação dos fragmentos pela organização do contexto. Esta organização é o elemento decisivo da verdade dos seres fictícios, o princípio que lhes infunde vida e os faz parecer mais coesos, mais apreensíveis e atuantes do que os próprios seres vivos.

É preciso destacar que a verossimilhança é conseguida não somente com relação à realidade concreta, mas também com a realidade interior das pessoas, vontades e fantasias que permeiam os seres humanos, como o desejo de possuir superpoderes que permitam alterar a realidade de acordo com sua vontade, fazer a justiça, salvar pessoas, impedir desastres, características próprias dos super-heróis. Apesar de ser impossível um homem, seja terrestre ou de outro planeta, voar sem propulsão, o super-homem estabelece uma relação com a realidade interior das pessoas que fantasiam e se realizam se projetando naquele personagem. As explicações ou justificativas que dão razão para a realização desses poderes, impossíveis na verdade, servem apenas para aquietar a razão do leitor, e serão verossímeis se de fato conseguirem passar uma lógica adequada.

Como aplicação prática na elaboração de um romance, sugiro que faça fichas com as características físicas e psicológica dos personagens, assim quais e como serão as relações que manterá com outros personagens, seu envolvimento na trama e sua função na narrativa. Mesmo que haja mudanças durante a narrativa, atualize as fichas. Desse modo, você não corre o risco de se deixar levar pela história e acabar distorcendo o comportamento dos personagens sem uma razão lógica para tal.

Certa vez, analisando um original, o autor colocou logo no início que a personagem principal havia sofrido um acidente e ficara paraplégica, sendo obrigada a se locomover em cadeira-de-rodas, o que acabava sendo o foco principal de toda a trama: a mudança de vida e atitude que ela teria de passar. Mas depois, na metade da história, a narrativa abordava uma outra situação existencial que, na verdade, superava o fato dela estar ou não em cadeiras-de-rodas, mas esqueceu que esta nova situação se deveu ao fato dela estar impedida de se locomover,

e acabou descrevendo situações onde a personagem andava, sem fazer nenhuma referência de como ou quando ela readquiriu a capacidade de andar. Isto tornava a “moral da história” irreal e sem propósito. Isto pode ocorrer porque o autor passa muito tempo escrevendo a sua história e acaba resolvendo as situações sem se prender aos seus antecedentes por não estar constantemente relendo o que já foi escrito antes. Com um sistema de fichas, elas ajudarão a manter o foco e as características das personagens ao longo do tempo de redação.

#### 5.2.4. Localidade e época

Assim como é necessário apresentar os personagens e suas características físicas e psicológicas ao leitor, também é preciso colocá-los em um ambiente, em uma localidade real ou fictícia, e para isso usa-se essencialmente a descrição, apresentando a paisagem, o cenário, os objetos, a estação climática, ou seja, tudo que for preciso para o leitor se envolver e se identificar com os personagens.

Lembre-se que o leitor está fantasiando, se imaginando vivenciar aquela situação, e a ambientação é fundamental para que ele também sinta o clima e a atmosfera física e psicológica por que passa o personagem.

Estes aspectos podem ser apresentados durante a narrativa, mas é bom você criá-los antecipadamente, e para isso, como já foi falado, irá recorrer à pesquisa para ser o mais fidedigno possível, independente se for um cenário real ou fictício. Sugiro que faça mesmo um esboço ou busque um referencial que ilustre para você aquele local, mesmo que seja composto por vários locais diferentes, principalmente se for um ambiente que você está criando, como uma estação lunar ou um lugar como o Éden.

Para isso recomendo que levante, então, qual o local dos acontecimentos, se tudo se passará em um único local ou se haverá outros; quais os aspectos físicos predominantes desses locais: se é natureza, cidade, campo, espacial ou fantástico; qual o agrupamento social que se encontra nele: ambiente de fábrica, industrial, agrícola, científico; qual a atmosfera do ambiente, isto é, como as pessoas se relacionam, qual é o clima psicológico da população.

Definindo os aspectos do cenário, você deverá decidir o nível de detalhamento da descrição; se vai apresentá-los aglomeradamente ou espaçá-los durante a narrativa, referindo-se a eles conforme a necessidade da passagem. Irá definir se seu estilo será uma descrição mais concreta, com realismo e sendo direto e exato nos detalhes, ou mais dramática, descrevendo o cenário com sensações e aspectos psicológicos. Nisto não há uma forma mais certa que outra ou uma mais recomendada, pois isso vai variar de acordo com o estilo do autor e dos aspectos daquela narrativa.

Para exemplificar um pouco, quero reproduzir uma passagem de autoria de Guimarães Rosa, em seu livro “Ave, palavra”:

“Onde eu estava ali era um quieto. O ameno âmbito, lugar entre-as-gueras e invasto territorinho, fundo de chácara. Várias árvores. A manhã se-a-si bela: alvoradas aves. O ar andava, terso, fresco. O céu – uma blusa. Uma árvore disse quantas flores, outra respondeu dois pássaros. Esses, limpos. Tão lindos, meigos, quê? Sozinhos adeuses. E eram o amor em sua forma aérea. Juntos voaram, às alamedas frutíferas, voavam com uniões e discrepâncias. Indo que mais iam, voltavam. O mundo é todo encantado. Instante estive lá, por um evo, atento apenas ao auspício.”

Uma ambientação interessante é a que foi feita pelo diretor Brian Helgeland no filme *Coração de Cavaleiro*, que narra uma história que se passa na França no século 14, com cavaleiros e combates de lanças em torneios, que manteve os aspectos físicos e a arquitetura da época, mas deu roupagem moderna aos personagens, com vestuário arrojado, falas atuais e até fundo musical composto por rock. A proposta do diretor foi trazer para nós a mesma impressão que as pessoas da época tinham, pois para elas, o vestuário, o linguajar e as músicas eram coisas modernas.

Estes aspectos também valem para a redação técnica e científica, onde é fundamental apresentar o ambiente em que foi ou deverá ser feito o experimento; como estava distribuído os equipamentos; como os observadores estavam colocados em relação ao objeto estudado. Mesmo se tratar de uma técnica que o leitor pretende aprender para aplicá-la, precisará saber corretamente como deve ser o ambiente necessário para obter o resultado desejado. Muitas vezes esta apresentação é feita de uma única vez, no início do livro ou do manual, nem sempre é muito extensa e visa a apresentar ao leitor as condições ideais para reproduzir aquela informação. Ao longo da narrativa, o técnico ou o cientista acabará por fazer referências a alguns detalhes e complementar as condições excepcionais em que se pode aplicar a informação sem prejuízo dos resultados, são os conselhos e dicas que podem facilitar ou que não devem ser feitos para não prejudicar os resultados.

É comum neste tipo de redação o autor se utilizar de ilustrações para melhor apresentar o ambiente, mas a descrição verbal é imprescindível para detalhar aspectos que não podem vistos ou mostrados nas figuras e fotos.

O que disse para a redação de ficção vale para a técnica-científica: o leitor irá imaginar o cenário e as circunstâncias em que se dá aquele evento enquanto o lê, razão pela qual a ambientação é fundamental para a perfeita compreensão da mensagem transmitida, evitando equívocos ou maus resultados quando ele for aplicar o conhecimento apresentado.

A época está intrinsecamente ligada à localidade, pois toda narrativa se passa em um local e em algum momento. Como no exemplo do filme acima,

o cenário se estabeleceu em uma época; o diretor para fazer a ruptura e passar a sua intenção, precisou ambientar a história na idade média, mas poderia ter ambientado em uma época futura, onde a civilização teria regredido e voltado às práticas medievais, só que nesse cenário o vestuário e a linguagem atuais não serviriam de elementos contrastantes, e talvez fazer com que estes personagens futuristas usassem roupas e linguajar do século 14 não traria nenhuma contribuição significativa para a história e poderia parecer falta de imaginação do autor.

Lembre-se que cada localidade, em épocas distintas, possui características próprias e singulares, o que era costume do norte da França na idade média, por exemplo, não seria, necessariamente, costume no sul, da mesma forma que deferiria de outros países. Somente hoje com a globalização da informação é que houve uma padronização de certos costumes e atitudes em várias partes do mundo, mesmo assim, também há adaptações e aspectos singulares que cada localidade imprimiu aos padrões dominantes. Estes aspectos é que muitas vezes motivam e justificam as atitudes e comportamentos dos personagens diante dos acontecimentos. Então, se um personagem é originário de outra localidade, seus valores culturais poderão fazê-lo reagir de forma diferente e até contraditória para aquela cultura onde ele se encontra; por essa razão é que estes traços culturais precisam ser apresentados ao leitor, o que certamente agregará valores e pontos-de-vista que enriquecerá a narrativa e possibilitará ao leitor fazer reflexões mais profundas e interessantes.

No entanto, a época não se limita apenas a um momento da história, mas em que tempo ela é narrada. E isto é fornecido pelo tempo verbal do narrador, e o autor precisa estar atento para este aspecto, pois durante a narrativa é normal se utilizar tempos verbais diferentes de acordo como o personagem e o narrador vai relatar algum acontecimento. A gramática nos ensina que há três tempos fundamentais: passado, presente e futuro.

O presente é aquele curto momento que separa o passado do futuro, que não tem duração precisa, mas que na realidade pode ser concebido como um lapso de tempo mais ou menos longo, embora indivisível, e nisto se distingue do passado e do futuro que admitem épocas mais próximas ou mais remotas do momento em que se fala. Há um passado anterior a outro, mais distante do presente, que se traduz por pretérito mais-que-perfeito, e há também um futuro do passado ou do pretérito. O futuro possui um anterior a outro, o futuro composto.

Além do tempo, existe a categoria de aspecto; embora sejam coisas diferentes, se inter-relacionam e muitas vezes se confundem em uma mesma forma verbal, como é o caso do pretérito imperfeito do indicativo que indica tempo passado, mas aspecto durativo. Aspecto é a representação mental que o sujeito falante faz do processo verbal como duração. É a modalidade da ação, a sua ma-

neira de ser, que não se deve confundir com o modo verbal propriamente dito (indicativo, imperativo etc.).

Há uma grande diferença entre duas formas que indicam ação praticada no presente: eu trabalho e eu estou trabalhando. Na segunda, a idéia de duração é muito mais viva do que na primeira. O pretérito imperfeito, por exemplo, que expressa fato passado, encerra também a idéia de duração, de contemporaneidade ou simultaneidade com outro: enquanto eu trabalhava, você se divertia. O próprio pretérito perfeito composto, apesar de indicar fato consumado, concluso, revela muito claramente a idéia de continuidade da ação, desde certo tempo até o momento da comunicação: tenho trabalhado muito este ano; ou seja, trabalhei continuamente durante este ano, até agora.

O português, como algumas outras línguas, não dispõe de conjugação verbal de formas exclusivas para indicar o aspecto ou as têm em quantidade insignificante, e se serve de locuções verbais ou de utensílios gramaticais para este propósito, sendo as mais comuns as que denotam:

- a) Duração, progressão, frequência – constituídas pelo verbo auxiliar estar ou outros que exerçam esta função, como andar, viver, continuar, ficar, seguidos por um gerúndio ou por um infinitivo: estou trabalhando; ele anda falando mal de você; ela vive reclamando; nós continuamos esperando.
- b) Repetição, iteração – Aspecto variante de duração, traduzido comumente em uma locução verbal formada pelos verbos auxiliares tornar a, voltar a e seus equivalentes: tornou a disser; voltou a tocar no assunto. O prefixo ‘re-’muitas vezes acrescenta ao sentido do radical a idéia de repetição: reler; refazer; retransmitir.
- c) Em andamento – A idéia de ação iniciada, mas ainda não concluída, é, de regra, expressa em uma perífrase formada pelo auxiliar começar a (ou seu equivalente), seguido de infinitivo: eles começaram a discutir. O sufixo -ecer ou -escer tem sentido incoativo: envelhecer (começar a ficar velho); amadurecer (começar a ficar maduro).
- d) Cessação; terminação – Estabelece que a ação terminou. Usa-se auxiliares modais ou aspectuais ‘acabar de’, ‘terminar de’, ‘cessar de’: acabaram de chegar os suprimentos; o coração cessou de bater; esta batalha terminou com a guerra. Para a idéia de término recente emprega-se o prefixo recém, forma acoplada de ‘recente’ (mente): suprimentos recém-chegados; ele é recém-chegado ao País.

### 5.3. Dissertação

A dissertação é a forma utilizada nas redações técnicas e científicas, onde o autor demonstra os conhecimentos sobre determinado assunto, como faço

neste livro. Neste tipo de redação o autor apresenta informações que ele sabe ou dados necessários para sustentar um argumento que esteja defendendo, também conhecido por “tese” no meio acadêmico. A dissertação é uma argumentação velada, pois o autor procura expor suas idéias através de declarações e informações obtidas de outras fontes, diferente da argumentação onde ele defende abertamente uma posição e busca sustentá-las com dados e provas. Aqui ele esmiuça um assunto, apresentando os prós e contras e, de certa forma, deixa com que o leitor tire suas próprias conclusões.

Vê-se que na dissertação a pesquisa bibliográfica é indispensável, pois todos as informações precisam estar balizadas em provas e trabalhos aceitos e reconhecidos, uma vez que o autor está demonstrando o domínio que tem sobre aquele assunto.

Na argumentação, dificilmente não se apresentará uma parte dela com o formato dissertativo, uma vez que alguns argumentos, para poderem ser aceitos e compreendidos pelo leitor, precisará ser detalhado e analisado com certa profundidade.

Na dissertação, a parte de um todo é analisada e apresentada com unidade e independência, estrutura simples, lógica, harmoniosa, baseando-se em divisões e enumeração dos assuntos apresentados, seguidos de sua comprovação e justificação.

A estrutura da redação dissertativa apresenta as divisões: introdução, onde se apresenta o resumo ou a síntese da idéia núcleo e justifica-se sua abordagem e limitação; o desenvolvimento, onde se apresenta as divisões do assunto principal; e a finalização, que não necessariamente é apresentada a conclusão, uma vez que não se está defendendo uma idéia e sim apenas apresentando o conhecimento sobre um determinado assunto, podendo-se na finalização sintetizar o que foi transmitido ou passar ao leitor como ele poderá fazer uso daquele conhecimento.

As divisões ou os tópicos seguem praticamente a mesma estrutura: cada tópico inicia-se com uma introdução, depois o desenvolvimento e a finalização; apresentaremos mais detalhadamente quando abordarmos sobre a estrutura dos parágrafos.

#### 5.4. Descrição

Na descrição usamos essencialmente a classificação, relacionando os tópicos importantes de acordo com suas afinidades e características. Esta forma é fundamental em qualquer tipo de redação, seja de ficção ou não, pois é a descrição que irá apresentar ao leitor o panorama em que se encontram os fatos observados. Ela não se restringe a um relato frio e material das situações, como

devem ser as descrições científicas, mas possibilita o emprego de adjetivos e de figuras de linguagem que traduzem e enriquecem os aspectos observados e vividos em determinadas circunstâncias.

Via de regra, a descrição é empregada na introdução do livro ou dos capítulos, criando de início o panorama em que se dará a narração da história ou o relato do experimento. Famosa é a introdução dos contos-de-fadas com “Era uma vez, em certa época, em certo localidade, em um lugarzinho, uma pessoa assim-assado etc.” O mesmo ocorre nos textos técnicos e científicos, colocando-se na introdução a descrição da situação observada e os elementos utilizados nessa observação.

A descrição deve relacionar os aspectos daquilo que se deseja mostrar: sua forma, textura, cor, cheiro, altura, largura, ornamentos, como está disposta, onde se localiza, que sentimentos e emoções se manifestam e tudo aquilo que o autor julgar necessário para que o leitor possa compreender o que se está falando. É claro que nem sempre é preciso fazer uma descrição pormenorizada da coisa ou da personagem de uma só vez. A descrição poderá ser feita ao longo da redação, fornecendo as características necessárias em cada etapa.

Dizem que uma imagem vale por mil palavras, mas não é verdade. Uma boa descrição é que vale por mil imagens. Pode-se mostrar a imagem de uma pessoa diante de uma situação, mas ela será sempre estática, enquanto a descrição será dinâmica, pois possibilita passar ao leitor as sensações que aquela pessoa está sentindo, transportar o leitor de modo que ele vivencie a mesma situação. Uma coisa é ver a foto de uma pessoa se afogando, outra é descrever o seu testemunho. Particularmente, acho José Saramago um dos autores que utiliza a descrição com arte, levando o leitor não só a visualizar o ambiente, como também a reviver as sensações dos personagens. Reproduzo um exemplo, escolhido por acaso, do seu livro “*O Evangelho segundo Jesus Cristo*”:

*“Viviam José e Maria num lugarejo chamado Nazaré, terra de pouco e de poucos, na região de Galileia, em uma casa igual a quase todas, como um cubo torto feito de tijolos e barro, pobre entre pobres. Invenções de arte arquitetônica, nenhuma, apenas a banalidade uniforme de um modelo incansavelmente repetido. Com o propósito de economizar alguma coisa nos materiais, tinham-na construído na encosta da colina, apoiada ao declive, escavado pelo lado de dentro, deste modo se criando uma parede completa, a fundeira, com a vantagem adicional de ficar facilitado o acesso à açoteia que formava o teto.”*

Outro exemplo interessante de descrição do mesmo autor e obra: “*A noite ainda tem muito para durar. A candeia de azeite, dependurada de um prego ao lado da porta, está acessa, mas a chama, como pequena amêndoa luminosa pairando, mal consegue, trêmula, instável, sustentar a massa escura que a rodeia e enche de cima a baixo a casa, até os últimos recantos, lá onde as trevas, de tão espessas, parecem ter-se tornado sólidas.*”

Outro autor que fazia descrições detalhadas era Júlio Verne, que possibilitou o desenvolvimento real de seus inventos e a perfeita reconstrução dos aparatos descritos, onde em seu livro “*Mil léguas submarinas*”, até os parafusos puderam ser reproduzidos em filmes graças a sua meticulosa descrição, sem, no entanto, fazer com que essas descrições se tornassem enfadonhas e desnecessárias.

Todo autor terá de utilizar a descrição em algum momento da sua redação. Uns poderão fazer maior uso dela que outros, principalmente em relatórios de pesquisa, em manuais ou artigos científicos, mas os romancistas também poderão utilizá-la abundantemente, como Saramago o faz, criando uma visão mais intimista dos personagens e das cenas. No entanto, dificilmente um autor conseguirá escrever sua história sem empregá-la. Ambientar o leitor é fundamental, assim como caracterizar os personagens, e isso só se consegue com a descrição dos seus aspectos e atitudes.

Lembre-se, entretanto, o que abordei anteriormente sobre as descrições baseadas em marcas e modelos, como se todos soubessem do que se trata. Se seu livro pretende ser universalmente reconhecido, leve em conta que em muitas regiões as coisas possuem um referencial diferente da região em você habita. Os esquimós, por exemplo, têm dezenas de denominações para cada tipo de gelo, assim como os ingleses têm para os diversos tipos de chuva, que para nós, brasileiros, pouco ou nada esclareceria.

Enquanto a descrição nas ciências deve ser a mais impessoal e objetiva possível, nas obras de ficção ela até deve ser mais pessoal e subjetiva. Um cientista não deve relatar que utilizou um “lindo” tubo de ensaio ou que submeteu a “pobrezinha” da cobaia ao teste, mas o inverso serve para o romancista, que utilizará de adjetivos e analogias para enriquecer as suas passagens.

### 5.4.1. Texto Descritivo

O texto descritivo é um tipo de texto que envolve a descrição de algo, seja de um objeto, pessoa, animal, lugar, acontecimento, e sua intenção é, sobretudo, transmitir para o leitor as impressões e as qualidades de algo.

Em outras palavras, o texto descritivo capta as impressões, de forma a representar a elaboração de um retrato, como uma fotografia revelada por meio das palavras.

Para tanto, alguns aspectos são de suma importância para a elaboração desse tipo textual, desde as características físicas e/ou psicológicas do que se pretende analisar, a saber: cor, textura, altura, comprimento, peso, dimensões, função, clima, tempo, vegetação, localização, sensação, localização, dentre outros.

#### – Características do texto descritivo

- Retrato verbal
- Ausência de ação e relação de anterioridade ou posterioridade entre as

frases

- Predomínio de substantivos, adjetivos e locuções adjetivas
- Utilização da enumeração e comparação
- Presença de verbos de ligação
- Verbos flexionados no presente ou no pretérito (passado)
- Emprego de orações coordenadas justapostas

#### – Estrutura Descritiva

A descrição apresenta três passos para a construção:

1. Introdução: apresentação do que se pretende descrever.
2. Desenvolvimento: caracterização subjetiva ou objetiva da descrição.
3. Conclusão: finalização da apresentação e caracterização de algo.

#### – Tipos de Descrição

Conforme a intenção do texto, as descrições são classificadas em:

- Descrição Subjetiva: apresenta as descrições de algo, todavia, evidencia as impressões pessoais do emissor (locutor) do texto. Exemplos são nos textos literários repletos de impressões dos autores.
  - Interferência emocional
  - Transmissão de visão pessoal
  - Utilização de muitos adjetivos
  - Utilização de substantivos abstratos
  - Utilização da função poética da linguagem, de sentido conotativo
- Descrição Objetiva: nesse caso, o texto procura descrever de forma exata e realista as características concretas e físicas de algo, sem atribuir juízo de valor, ou impressões subjetivas do emissor. Exemplos de descrições objetivas são os retratos falados, manuais de instruções, verbetes de dicionários e enciclopédias.
  - Descrição direta, neutra
  - Valorização da imparcialidade
  - Transmissão dos detalhes com exatidão
  - Utilização de substantivos concretos
  - Utilização da função referencial da linguagem, de sentido denotativo

### 5.5. Argumentação

A argumentação é a forma de redação onde o autor procura formar a opinião do leitor, tentando persuadi-lo e convencê-lo, mediante a apresentação de

razões apoiadas em evidências e à luz de um raciocínio coerente e consistente, de que tem razão naquilo que apresenta, ou seja, que as idéias que expõe são verdadeiras. Por essa razão, a argumentação deve basear-se nos princípios da lógica e buscar ser construtiva na sua finalidade, cooperativa em espírito e socialmente útil.

Embora seja exato que os ignorantes discutem pelas razões mais tolas, isto não é motivo para que homens inteligentes se omitam em advogar idéias e projetos que valham a pena.

A argumentação baseia-se em dois pontos principais: a consistência do raciocínio e a evidência das provas. O primeiro ponto já discorremos bastante e abordaremos agora o segundo. A evidência era considerada por Descartes como o critério da verdade, que é a certeza a que se chega pelo raciocínio, evidência de razão, ou pela apresentação dos fatos, evidência de fato, independente de toda teoria.

Cinco são os tipos mais comuns de evidência: os fatos, os exemplos, as ilustrações, os dados estatísticos e o testemunho. Os fatos têm sentido muito amplo, costumando-se designar toda a evidência, sendo o elemento mais importante da argumentação em particular, assim como o da dissertação ou da explanação de idéias em geral. Já dissemos que só os fatos provam e só eles convencem. No entanto, nem todos os fatos são irrefutáveis; seu valor de prova é relativo e estão sujeitos à evolução da ciência, das técnicas e dos próprios conceitos. O que era verdade ontem pode não o ser hoje. De forma que é indispensável levar em conta essa relatividade para que eles sejam convincentes e realmente funcionem como prova.

Os exemplos são fatos típicos ou representativos de determinada situação. As ilustrações são empregadas quando o exemplo se alonga em narrativa detalhada e entremeada de descrições. Há duas espécies de ilustrações: a real e a hipotética. Esta última narra o que poderia acontecer em determinadas circunstâncias, que nem por ser imaginária pode dispensar a condição de verossimilhança, de consistência e adequação à idéia que se defende. Seu propósito é tornar mais viva e mais impressiva uma argumentação sobre temas abstratos. É um recurso de valor didático incontestável, capaz de tornar mais clara e mais convincente uma tese ou uma opinião. Entretanto, seu valor como prova é relativo e, em certos casos, até mesmo duvidoso.

A ilustração real descreve em detalhes um fato verdadeiro. É mais eficaz e mais persuasiva, pois vale por si mesma como prova. Espera-se da ilustração real que sustente, apoie ou justifique determinada declaração. Para isto, é preciso que seja clara, objetiva, sintomática e obviamente relacionada com a proposição. Sua feição dramática deve ser tanto quanto possível explorada, desde que o exagero

não a transforme em dramalhão. Muitas vezes a ilustração se faz por referência a episódios históricos ou obras de ficção, cujo enredo se pode ligeiramente resumir.

Os dados estatísticos são também fatos específicos e possuem grande valor de convicção, constituindo quase sempre prova ou evidência incontestável. Entretanto, é preciso ter cautela na sua apresentação já que sua validade também é relativa, pois com os mesmos dados estatísticos tanto se pode provar quanto refutar uma declaração, ou seja, pode-se chegar a conclusões opostas com os mesmos dados.

O testemunho é o fato trazido por terceiros, e terá valor de prova inegável se for autorizada ou fidedigna. No entanto, sua eficácia também é relativa, principalmente se for visual, pois o mesmo fato presenciado por várias pessoas poderá ter diversas versões. Mesmo assim, apesar de suas falhas, o testemunho continua a merecer fé até mesmo nos tribunais.

Quando a natureza da declaração implica desenvolvimento de idéias abstratas, a argumentação assume estrutura mais complexa. Uma declaração que envolve opinião se torna argumentável por admitir divergência, portanto, pode-se argumentar para provar a validade da declaração ou para contestá-la.

Para que a argumentação tenha eficácia, pode-se apresentá-la em três ou quatro estágios:

#### – **Proposição**

A proposição ou o que se declara deve ser definida e inconfundível quanto ao que se afirma ou se contesta. É indispensável que seja argumentável, isto é, que não seja uma verdade universal indiscutível e incontestável. É como se alguém desejasse provar que de fato é o Sol que gira em torno da Terra; só se for com propósito humorístico. Argumentar é tentar convencer outra pessoa sobre certa idéia, portanto, é inútil argumentar sobre algo que já se está convencido, o que implica que só haverá necessidade de argumentação se houver divergência de opinião. Isto significa que questões técnicas fogem à argumentação, desde que os fatos já tenham provado a verdade da tese ou princípio, pois sobre fatos não se discute.

A proposição deve ser afirmativa e suficientemente específica para permitir uma tomada de posição contra ou a favor. Não há como argumentar sobre generalidades como a Previdência Social, a Propaganda, a Democracia etc. Proposições vagas que não permitam tomada de posição só admitem dissertação. Para submetê-las à argumentação é necessário delimitá-las e apresentá-las em termos de opção; é possível argumentar desde que a proposição colocada permita que alguém possa discordar ou ter um ponto-de-vista diferente sobre determi-

nado ponto, por exemplo: A contribuição à Previdência Social deve ser feita por todos? Quem tem Previdência Privada deve receber aposentadoria da Social?

#### Análise da proposição

Antes de começar a discutir, é indispensável definir com clareza o sentido da proposição ou de alguns de seus termos de modo a evitar mal-entendidos, a fim de impedir que o debate se torne estéril ou inútil, sem possibilidade de conclusão.

Além da definição dos termos, o autor precisa também definir de início a sua posição de maneira inequívoca e que declare o que pretende provar.

#### Formulação dos argumentos

A formulação dos argumentos constitui a argumentação propriamente dita; é o estágio em que o autor apresenta as provas ou razões, o suporte de suas idéias. É neste estágio que a coerência do raciocínio mais se impõe.

O autor deve lembrar que só os fatos provam. Além disso, é de suma importância a ordem em que as provas são apresentadas. O autor deve escolher a que melhor se ajuste à natureza da sua tese, a que seja a mais capaz de impressionar o leitor. Quase sempre adota-se a ordem gradativa crescente ou climática, isto é, aquela em que se parte das provas mais fáceis para as mais fortes, mais irrefutáveis.

Outro recurso de convicção consiste em manter o leitor como que em suspense quanto às conclusões, até que elas acabem impondo-se por si mesmas, momento em que devem ser enunciá-las. Existem outros artifícios que o argumentador pode se servir para convencer e influenciar o leitor: confrontos flagrantes, comparações adequadas e elucidativas, testemunho autorizado, alusões históricas pertinentes a até mesmo anedotas.

Cabe lembrar dois fatores relevantes. O primeiro é a respeito à conveniência do autor frisar, nas ocasiões oportunas, os pontos principais da sua tese, pontos que ele englobará na sua conclusão final, de maneira tanto quanto possível enfática. O segundo refere-se à necessidade de se antecipar ou prevenir possíveis objeções do opositor ou do leitor, refutando-as a seu tempo.

#### Conclusão

A conclusão brota naturalmente das provas arroladas, dos argumentos apresentados. Sendo um arremate, a conclusão não é uma simples recapitulação ou mero resumo, mas colocar em termos claros, insofismáveis, a essência da proposição.

### 5.5.1. Contestação

Quando se deseja contestar ou refutar uma declaração, que também é uma forma de argumentação, segue-se alguns estágios.

#### – Proposição

Como se trata de contestar, é evidente que a declaração deve ser atribuída a outrem, através de uma forma verbal do tipo: *Dizem que... Acredita-se que... Fulano defende a idéia que.. É possível que em certos caso isto seja verdade...*

#### – Concordância parcial

Na concordância parcial o autor reconhece que *em certos casos, excepcionais, é possível que* a tal declaração possa ser verdadeira... Esta concordância reflete uma atitude natural de assumir que certas proposições não podem ser consideradas como verdade única, que existem sempre a possibilidade de haver outros pontos-de-vista, forçando assim o opositor aceitar a contestação dos argumentos. Muitas idéias admitem concordância ou contestação parcial, basta encará-las do ponto-de-vista geral ou particular e atentar em certas circunstâncias e fatores.

Em seguida, juntam-se as razões, provas, fatos, exemplos que parecem confirmar a tese, a qual se vai contestar adiante. Para dispormos de argumentos favoráveis à nossa tese, convém dosar bem ou restringir, sem escamotear, o número de casos excepcionais. Sem essa cautela, corre-se o risco de ser contraditórios ou de oferecer as melhores razões à parte contraditória, e a argumentação pode-se voltar contra o contestador.

Também é possível que não haja razões para uma concordância parcial, então passa-se da proposição diretamente para a contestação propriamente dita.

#### – Contestação ou refutação

A forma verbal assume feição típica, já que se trata de opor aos argumentos favoráveis precedentes ou à proposição toda, o período ou o parágrafo iniciam com uma conjunção adversativa ou expressão equivalente: *Mas, por outro lado... Entretanto, na maioria dos casos...*

Segue-se a esta frase inicial as razões expressas em orações encabeçadas geralmente por conjunções explicativas ou causais. A série de razões deste terceiro estágio deve ser mais numerosa e mais ponderável, pois é evidente que não se contesta com provas frágeis do que aquelas com que se justificou a concordância parcial.

#### – Conclusão

Não existe argumentação sem conclusão, que decorre naturalmente das provas ou argumentos apresentados. As partículas típicas da conclusão são : *logo;*

*portanto; por conseqüência; de forma que;* que encabeçam períodos ou parágrafos em que negamos ou confirmamos o teor da proposição.

#### – Sugestões para refutar argumentos

- 1) Comece refutando o argumento que lhe pareça mais forte.
- 2) Procure atacar os pontos fracos da argumentação contrária.
- 3) Utilize a técnica de “redução às últimas conseqüências”, levando os argumentos contrários ao máximo de sua extensão.
- 4) Veja se o opositor apresentou uma evidência adequada ao argumento apresentado.
- 5) Escolha uma autoridade que tenha dito exatamente o contrário.
- 6) Aceite os fatos, mas demonstre que foram mal empregados.
- 7) Ataque a fonte na qual se basearam os argumentos do seu opositor.
- 8) Cite outros exemplos semelhantes, que provem exatamente o contrário dos argumentos apresentados.
- 9) Demonstre que a citação feita foi deturpada, com a omissão de palavras ou de toda a sentença que diria o contrário do que quis dizer o opositor.
- 10) Analise cuidadosamente os argumentos contrários, dissecando-os para revelar as falsidades que contêm.

### 5.5.2. Texto Dissertativo-Argumentativo

Este tipo de texto consiste na defesa de uma ideia por meio de argumentos e explicações, à medida que é dissertativo; bem como seu objetivo central reside na formação de opinião do leitor, ou seja, caracteriza-se por tentar convencer ou persuadir o interlocutor da mensagem, sendo nesse sentido argumentativo.

No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) esse é o tipo de texto solicitado aos alunos, cujo tema ronda questões de ordem social, científica, cultural ou política.

#### – Planejamento

A produção textual requer planejamento. Assim, antes de começar a escrever, convém elaborar um plano daquilo que será abordado e de que forma (estratégia).

Essa planificação servirá de ponte para o sucesso do texto, embora o mais importante para se alcançar esse resultado seja observar atentamente os fatores de coesão e coerência.

Para melhor exemplificar, as etapas necessárias para produzir um texto dissertativo-argumentativo são:

- Problema: No momento inicial busca-se o problema, ou seja, os fatos sobre o tema pretendido e, ademais a tese (ideia central do texto).
- Opinião: A opinião pessoal sobre o tema reforçará a argumentação, por isso é importante buscar uma verdade pessoal ou juízo de valor sobre o assunto abordado.
- Argumentos: O mais importante de um texto dissertativo-argumentativo é a organização, clareza e exposição dos argumentos. Para tanto, é importante selecionar exemplos, fatos e provas a fim de assegurar a validade de sua opinião, sem deixar de justificar.
- Conclusão: Nesse momento busca-se a solução para o problema exposto. Assim, é interessante apresentar a síntese da discussão, a retomada da tese (ideia principal) e além disso, a proposta de solução do tema com as observações finais.

#### – Estrutura

O texto dissertativo-argumentativo segue o padrão dos modelos de redação, ou seja, introdução, desenvolvimento e conclusão.

Introdução - Na introdução devem ser mencionados os temas que são abordados no texto - ou o problema - de modo a situar o interlocutor. Esta parte deve compreender cerca de 25% da dimensão global do texto.

Desenvolvimento - Todas as ideias mencionadas na introdução devem ser desenvolvidas de forma opinativa e argumentativa nessa parte do texto, cuja dimensão deve compreender cerca de 50% do mesmo.

Conclusão - A conclusão deve ser uma síntese do problema abordado mas com considerações que expressam o resultado do que foi pensado ao longo do texto. A sua dimensão contempla cerca de 25% do texto.

### 5.5.3. Como fazer um bom texto dissertativo-argumentativo

As principais ferramentas para elaborar um bom texto dissertativo-argumentativo são: dominar a escrita formal, o uso de palavras que nomeiam ideias e conceitos, a ausência de temporalidade, o encadeamento de ideias e presença de marcadores argumentativos.

O objetivo do texto argumentativo-dissertativo é convencer o receptor das ideias apresentadas pelo autor. Assim, o primeiro passo é buscar conhecimento sobre o tema.

Também é preciso ter em mente que argumentar não é informar, mas convencer o leitor por meio de argumentos convincentes, baseados em fatos. O texto dissertativo argumentativo discorre sobre ideias.

A construção de um bom texto dissertativo-argumentativo segue a seguinte ordem de importância:

- Domínio da gramática
- Conhecimento sobre o tema
- Compreensão de ideias sobre o tema
- Exposição das ideias
- Capacidade de síntese
- Posicionamento pessoal
- Desenvolvendo a argumentação

Para um trabalho escolar, com tempo, o meio para buscar informações sobre o tema do texto argumentativo-dissertativo é a pesquisa em livros, jornais, revistas, internet, filmes e documentários que tratem do assunto.

Se o levantamento sobre o tema ficar limitado à internet, é aconselhável buscar fontes oficiais, bibliotecas de universidades, instituições de pesquisa e páginas do governo, dos estados ou municípios.

Além da leitura sobre as pesquisas que tratem do tema, é aconselhável recorrer a documentários e filmes sempre que houver disponibilidade para ampliar o leque de argumentos.

#### 5.5.4. Operadores Argumentativos

Operadores argumentativos são palavras que oferecem o encadeamento dos enunciados. Têm a função de introduzir vários tipos de enunciados e orientam o receptor para determinadas conclusões sobre o assunto. São responsáveis pela coesão do texto.

Entenda como funcionam os operadores argumentativos no texto:

- Exemplificam o argumento
- Reforçam o argumento
- Fazem comparações com a base do argumento
- Graduam o argumento usando para isso outro argumento
- Reafirmam o argumento
- Retificam o argumento
- Apresentam um argumento contrário
- **Estratégia para desenvolver o argumento:**
  - Enumerar
  - Confrontar

- Exemplificar
- Indicar as causas
- Indicar os efeitos
- Indicar os motivos
- Indicar as consequências

#### – **Estratégias no desenvolvimento dos textos:**

Exemplos de palavras que nomeiam ideias: trabalho, dever, direito, capacidade, solidariedade, retribuição, satisfação, respeito.

#### – **Encadeamento de ideias**

O encadeamento de ideias ocorre nas relações lógicas existentes entre os segmentos que compõem os enunciados relacionando-se por causa, consequência, oposição, conclusão e outros.

#### 5.5.5. Conectivos

O uso adequado dos conectivos (conjunções) é de fundamental importância para o bom desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo. Os conectivos ligam os termos das orações e não desenvolvem função sintática.

Esse instrumento permite ao leitor ter noções sobre o tema e se forem usados de maneira inadequada podem dar ideia contrária ao objetivo de quem escreve.

- **Indicam prioridade e relevância os seguintes conectivos:**
  - Em primeiro lugar, antes de mais nada, antes de tudo, em princípio, primeiramente, acima de tudo, principalmente, primordialmente, sobretudo, a priori, a posteriori, precipuamente.
- **Conectivos que indicam tempo, frequência, duração, ordem ou sucessão:**
  - Então, enfim, logo, logo depois, imediatamente, logo após, a princípio, no momento em que, pouco antes, pouco depois, anteriormente, posteriormente, em seguida, afinal, por fim, finalmente, agora, atualmente, hoje, frequentemente, constantemente, às vezes, eventualmente, por vezes, ocasionalmente, sempre, raramente, não raro, ao mesmo tempo, simultaneamente, nesse ínterim, nesse meio tempo, nesse hiato, enquanto, quando, antes que, depois que, logo que, sempre que, assim que, desde que, todas as vezes que, cada vez que, apenas, já, mal, nem bem.
- Conectivos que indicam semelhança, comparação ou conformidade:
  - Igualmente, da mesma forma, assim também, do mesmo modo, similarmente, semelhantemente, analogamente, por analogia, de maneira idêntica, de conformidade com, de acordo com, segundo, conforme, sob o mesmo ponto de vista, tal qual, tanto quanto, como, assim como, como

se, bem como.

- **Indicam condição ou hipótese:**
  - Se, caso, eventualmente.
- **Conectivos que indicam continuação ou adição ao pensamento:**
  - Além disso, demais, ademais, outrossim, ainda mais, por outro lado, também, e, nem, não só, como também, não apenas, bem como.
- **Conectivos que indicam dúvida:**
  - Talvez, provavelmente, possivelmente, quiçá, quem sabe, é provável, não certo, se é que.
- **Conectivos que indicam certeza e buscam enfatizar o pensamento:**
  - Por certo, certamente, indubitavelmente, inquestionavelmente, sem dúvida, inegavelmente, com certeza.
- **Conectivos que indicam surpresa e apontam imprevistos:**
  - Inesperadamente, de súbito, subitamente, de repente, imprevistamente, surpreendentemente.
- **Conectivos que indicam ilustração ou esclarecimento:**
  - Por exemplo, isto é, ou seja, aliás.
- **Conectivos que indicam propósito, intenção e finalidade:**
  - Com o fim de, a fim de, como propósito de, com a finalidade de, com o intuito de, para que, a fim de que, para, ao propósito.
- **Conectivos que indicam lugar, proximidade ou distância:**
  - Perto de, próximo a ou de, justo a ou de, dentro, fora, mais adiante, aqui, além, acolá, lá, ali, este, esta, isto, esse, essa, isso, aquele, aquela, aquilo, ante, a.
- **Conectivos que indicam conclusão:**
  - Em suma, em síntese, enfim, em resumo, portanto, assim, dessa forma, dessa maneira, desse modo, logo, pois, assim sendo, nesse sentido.
- **Conectivos que indicam causa, consequência e explicação:**
  - Por consequência, por conseguinte, como resultado, por isso, por causa de, em virtude de, assim, de fato, com efeito, tão, tanto, tamanho, que, porque, porquanto, pois, já que, uma vez que, visto que, como (no sentido de porque), portanto, que, de tal forma que, haja vista.
- **Conectivos que indicam contraste, oposição, restrição, ressalva:**
  - Pelo contrário, em contraste com, salvo, exceto, menos, mas, contudo, todavia, entretanto, no entanto, embora, apesar de, ainda que, mesmo

que, posto que, ao passo que, em contrapartida.

- **Conectivos que indicam ideias e apresentam alternativas:**
  - Ou, quer, ora.
- **Palavras que nomeiam ideias**
  - É importante o uso de palavras que nomeiam ideias e conceitos para ilustrar o pensamento, tais como: trabalho, dever, direito, capacidade, solidariedade, retribuição, satisfação e respeito.

### 5.5.6. A contra argumentação na produção de textos

A contra argumentação (ou o contra-argumento) é uma parte fundamental na produção de textos opinativos sobretudo, dos textos dissertativos argumentativos.

Ao contrário da Argumentação, utilizada para expressar o ponto de vista do escritor e conferir maior propriedade nos textos, a contra argumentação apresenta ideais opostas a argumentação.

Diante dessa estrutura, podemos afirmar que a contra argumentação é explorada sobretudo no desenvolvimento do texto, também chamado de antítese ou anti-tese.

Para tanto, vale lembrar que a tese, apresentada na introdução do texto, refere-se ao assunto que será explorado e a antítese, por sua vez, vem apresentar os argumentos a favor e contra a tese inicial.

Dessa forma, ou seja, ao apresentar os argumentos a favor, bem como os contrários, o escritor do texto apresenta um debate, oferecendo maior propriedade ao texto e garantindo sua persuasão com os leitores.

Ou seja, a partir das ideias contrárias (contra-argumento) o escritor tece sua proposta que será concluída no final do texto, apresentando geralmente uma nova ideia, ou seja, uma nova tese.

### 5.5.7. Conclusão

Nessa fase o leitor vai conhecer de maneira explícita o pensamento do autor. A conclusão deve conter os fatos indicados no texto e apontar uma solução ou proposta de intervenção para os problemas apontados na argumentação.

Um bom texto dissertativo-argumentativo remete a conceitos genéricos, abstratos e, por isso, exhibe grandes quantidades de substantivos abstratos. É importante lembrar da ausência de temporalidade. Não há progressão de acontecimentos no tempo. Predominam os verbos no presente do indicativo com valor atemporal.

## 5.5. Texto Expositivo

O texto expositivo é um tipo de texto que visa a apresentação de um conceito ou de uma ideia. Muito comum esse tipo de texto ser abordado no contexto escolar e acadêmico, uma vez que inclui formas de apresentação, desde seminários, artigos acadêmicos, congressos, conferências, palestras, colóquios, entrevistas, dentre outros.

No texto expositivo, o objetivo central do locutor (emissor) é explicar sobre determinado assunto, a partir de recursos como a conceituação, a definição, a descrição, a comparação, a informação e enumeração.

### – Classificação dos textos expositivos

De acordo com seu objetivo central, os textos expositivos são classificados em dois tipos:

- Texto Expositivo-argumentativo
  - Nesse caso, além de apresentar o tema, o emissor foca nos argumentos necessários para a explanação de suas ideias.
  - Dessa forma, recorre aos diversos autores e teorias para comparar, conceituar e defender sua opinião.
- Texto Expositivo-informativo
  - Nesta ocasião, o objetivo central do emissor é simplesmente transmitir as informações sobre determinado tema, sem grandes apreciações e, por isso, com o máximo de neutralidade.
  - Podemos pensar numa apresentação sobre os índices de violência no país, de modo que o conjunto de informações, gráficos e dados sobre o tema, apresentam tão somente informações sobre o problema, sem defesa de opinião.

## 5.6. Texto Injuntivo

O texto injuntivo ou instrucional está pautado na explicação e no método para a concretização de uma ação. Ele indica o procedimento para realizar algo, por exemplo, uma receita de bolo, bula de remédio, manual de instruções, editais e propagandas.

Com isso, sua função é transmitir para o leitor mais do que simples informações, visa sobretudo, instruir, explicar, todavia, sem a finalidade de convencê-lo por meio de argumentos.

São textos os quais incitam a ação dos destinatários, controlando, assim, seu comportamento, ao fornecer instruções e indicações para a realização de um trabalho ou a utilização correta de instrumentos e/ou ferramentas.

Há quem estabeleça uma relação entre os textos injuntivos e prescritivos e, por outro lado, há os que defendem que são textos sinônimos e pertencem à mesma categoria, compartilhando funções e finalidades.

No entanto, os linguistas que preferem dividi-los em dois tipos de textos informam que o texto injuntivo, instrui sem uma atitude coercitiva, recurso marcante nos textos ditos prescritivos.

Para esse grupo de estudiosos, um texto injuntivo pode ser um manual de instruções ou uma receita, enquanto os textos prescritivos asseguram um tipo de atitude coercitiva, por exemplo, os editais dos concursos, contratos e leis.

A linguagem dos textos injuntivos é simples e objetiva. Um dos recursos linguísticos marcantes e recorrentes desse tipo de texto é a utilização dos verbos no imperativo, os quais indicam uma “ordem”, por exemplo:

- na receita de bolo: “misture todos os ingredientes”;
- na bula de remédio: “tome duas cápsulas por dia”;
- no manual de instruções: “aperte a tecla amarela”;
- nas propagandas: “vista essa camisa”.

## 5.7. Texto Jornalístico

Os textos jornalísticos são os textos veiculados pelos jornais, revistas, rádio e televisão, os quais possuem o intuito de comunicar e informar sobre algo.

Nos dias atuais, o texto jornalístico é provavelmente o gênero textual mais lido, pois possui o maior alcance nos diversos setores da sociedade.

Uma característica importante dos textos jornalísticos é sua efemeridade, visto que favorecem o conhecimento de informações atuais com o propósito de difundir o que acontece de novo.

A composição de um texto jornalístico é dividida em:

1. Pauta: escolha do tema ou assunto.
2. Apuração: recolha das informações, dados e verificação da veracidade dos fatos.
3. Redação: transformação das informações num texto.
4. Edição: correção e revisão dos textos.

A linguagem jornalística é em prosa e deve ser clara, simples, imparcial e objetiva de modo a expor para o emissor as informações mais relevantes sobre o tema.

O jornalista possui a função de “traduzir” e transmitir as informações para o público em geral, utilizando um método de desenvolvimento textual baseado no critério básico ao responder as perguntas:

- “O quê?” (acontecimento, evento, fato ocorrido);
- “Quem?” (qual ou quais personagens estão envolvidos no acontecimento);
- “Quando?” (horário em que ocorreu o fato);
- “Onde?” (local que aconteceu o episódio);
- “Como?” (modo que ocorreu o evento);
- “Por quê?” (qual a causa do evento).

No tocante à sua estrutura gramatical, normalmente o texto jornalístico apresenta frases curtas e ideias sucintas, as quais favorecem a objetividade do texto.

Além disso, trabalham com o recurso das repetições que auxiliam na memorização e assimilação das informações. O mais comum é o uso da ordem direta nas construções frasais, ou seja: sujeito + verbo + complementos e adjuntos adverbiais.

Esses textos possuem uma linguagem denotativa, ou seja, isenta de ambiguidades e que possui um único sentido,

Aquí, vale lembrar que o jornal é um veículo portador de diferentes gêneros textuais. Portanto, eles podem apresentar uma linguagem conotativa (figurada), na medida em que desenvolve os diversos tipos de textos:

- narrativo
- descritivo
- dissertativo-opinativo
- injuntivo
- expositivo
- **Lide**

Um recurso jornalístico muito utilizado é o “lide” (forma aportuguesada) ou “lead” (no inglês), que significa “guia”, “principal”, “liderança” ou “o que vem à frente”.

O “lide” representa a primeira parte do texto jornalístico que se encarrega de apresentar as principais informações da matéria, essenciais para destacar “aos olhos do leitor” o acesso à informação.

Assim, o “lide” é um recurso jornalístico essencial e que deve ser bem elaborado, objetivo e coerente. Isso porque favorece o interesse do leitor, sendo comum que muitos dos leitores leiam apenas o lide de cada matéria jornalística.

#### – Pirâmide Invertida

A Pirâmide Invertida é um dos recursos jornalísticos utilizados a fim de hierarquizar as informações no espaço do jornal, onde prevalece a ordem decrescente de importância.

Sendo assim, o conteúdo mais importante localizado na base da pirâmide (parte mais larga), permanece na parte de cima da folha. Por outro lado, o conteúdo mais superficial ou menos relevante, chamado de “ápice” ou “vértice”, está situado embaixo do texto.

### 5.7.1. Texto Informativo

Os textos informativos é um dos gêneros mais presentes nos textos jornalísticos. Eles englobam as produções textuais objetivas em prosa, baseadas na linguagem clara e direta (linguagem denotativa).

São textos que têm como objetivo principal transmitir informação sobre algo, estando isento de duplas interpretações. Assim, o emissor (escritor) dos textos informativos preocupa-se em expor brevemente um tema, fatos ou circunstâncias a um ou vários receptor (leitor).

### 5.7.2. Gêneros Jornalísticos

O jornal abriga diversos textos jornalísticos, vulgarmente chamados de “matérias”, sendo divididos em seções, compostas pelos mais variados gêneros textuais:

- editorial
- notícia
- reportagens
- entrevistas
- textos publicitários
- classificados
- artigos
- crônicas
- resenhas
- charges
- **Reportagem**

A Reportagem é um tipo de texto que tem o intuito de informar ao mesmo tempo que prevê criar uma opinião nos leitores, portanto, ela possui uma função social muito importante como formadora de opinião.

A Reportagem pode ser um texto expositivo, informativo, descritivo, narrativo ou opinativo. Desse modo, ela pode tanto se aproximar da notícia quanto dos artigos opinativos, porém não deve ser confundida com eles.

Expositivo e Informativo porque ele expõe sobre um determinado assunto, com o intuito principal de informar o leitor. Podem também ser textos descritivos e narrativos, uma vez que descrevem ações e incluem tempo, espaço

e personagens. E por fim, é um texto opinativo, ou seja, o repórter apresenta juízos de valor sobre o que está sendo discorrido.

Geralmente são textos mais longos, opinativos e assinados pelos repórteres, enquanto as notícias são textos relativamente curtos e impessoais que possuem o intuito de somente informar o leitor de um fato atual ocorrido.

Em resumo, podemos dizer que a notícia faz parte do jornalismo informativo, enquanto as reportagens fazem parte do chamado jornalismo opinativo.

Por esse motivo, a reportagem é um texto que precisa de mais tempo para ser elaborado pelo repórter, donde se desenvolve um debate sobre um tema, de modo mais abrangente que a notícia.

#### – Estrutura da Reportagem

Embora apresenta uma estrutura similar à da notícia, a reportagem é mais ampla e menos rígida na estrutura textual.

Ela pode incluir as opiniões e interpretações do autor, entrevistas e depoimentos, análises de dados e pesquisa, causas e consequências, dados estatísticos, dentre outros.

#### – Estrutura Básica

Vale lembrar que a estrutura básica dos textos jornalísticos é dividida em três partes:

- Título Principal e Secundário: as reportagens, tal qual as notícias, podem apresentar dois títulos, um principal e mais abrangente (chamado de Manchete), e outro secundário (uma espécie de subtítulo) e mais específico.
- Lide: na linguagem jornalística a Lide corresponde aos primeiros parágrafos dos textos jornalísticos, os quais devem conter as informações mais importantes que serão discorridas pelo autor. Portanto, a Lide pode ser considerada uma espécie de resumo, donde as palavras chave serão apontadas.
- Corpo do Texto: Desenvolvimento do texto, sem perder de vista o que foi apresentado na Lide. Nessa parte, o repórter reúne todas as informações e as apresenta num texto coeso e coerente.

#### – Principais Características da Reportagem

Segue abaixo as principais características do gênero reportagem:

- Textos em primeira e terceira pessoa
- Presença de títulos
- Temas sociais, políticos, econômicos
- Linguagem simples, clara e dinâmica

- Discurso direto e indireto
- Objetividade e subjetividade
- Linguagem formal
- Textos assinados pelo autor

### 5.8. Linguagem, língua e fala

Linguagem, língua e fala são três conceitos indissociáveis no processo comunicativo, porém individualmente diferenciáveis entre si.

Linguagem é um conceito usado com frequência no dia a dia: linguagem formal, linguagem informal, linguagem coloquial, linguagem gestual, linguagem de programação, ...

A linguagem pode ser definida como um conjunto de signos ou símbolos usados na comunicação, ou seja, na transmissão de uma mensagem. É a capacidade de expressar pensamentos, opiniões, ideias, experiências, sentimentos, desejos, informações, ...

Existem dois tipos de linguagem: linguagem escrita ou verbal, recorrendo a palavras como forma de comunicação, e linguagem não-verbal, utilizando outros meios comunicativos, como gestos, sons, imagens.

A língua é um conjunto de palavras organizadas por regras gramaticais específicas. É uma convenção que permite que a mensagem transmitida seja sempre compreensível para os indivíduos de um determinado grupo. Assim, tem um caráter social e cultural, sendo usada por uma comunidade específica:

- Língua portuguesa;
- Língua inglesa;
- Língua francesa;
- Língua alemã;
- Língua chinesa;

**Nota:** A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma língua com estrutura gramatical própria e não uma linguagem, sendo reconhecida, também, como língua oficial de sinais do Brasil desde 2002.

A fala é a forma pessoal de expressão de cada indivíduo, que possui uma organização própria de pensamentos, ideias, opiniões... A fala segue as regras gramaticais da língua, mas deixa margem para a criatividade e diferenciação na comunicação em função de quem fala.

É influenciada pelo contexto, vivências, personalidade e conhecimentos linguísticos do falante, apresentando diversos níveis, desde o mais informal ou coloquial, até o mais formal ou culto.

### – Níveis da fala:

- Nível formal ou culto;
- Nível informal, coloquial ou popular;
- Nível regional;
- Nível vulgar;
- Nível técnico ou profissional;
- Nível literário ou artístico.

## 5.8.1. Linguagem e comunicação

Linguagem e comunicação são conceitos indissociáveis, não existindo um sem o outro. Para que haja comunicação, é impreterível que haja linguagem.

O processo de comunicação é formado por seis elementos essenciais:

- emissor;
- receptor;
- mensagem;
- canal;
- código;
- contexto.

Assim, para estabelecer comunicação, um emissor transmite uma mensagem a um destinatário, que é o receptor da mensagem.

Por sua vez, essa mensagem apresenta um determinado conteúdo que está codificado num código específico que tem que ser conhecido pelos interlocutores do processo comunicativo, podendo ser verbal ou não verbal, bem como mais ou menos formal.

Além disso, a mensagem tem que ser transmitida por um canal igualmente acessível a todos os interlocutores, num determinado contexto, ou seja, na situação que envolve os interlocutores, como revista, rádio, celular, carta, ...

As funções da linguagem são os diferentes recursos comunicativos utilizados na comunicação, conforme o objetivo do emissor naquele determinado momento. Com aquela mensagem pretenderá apenas informar algo ou pretenderá também expor seus sentimentos ou persuadir o receptor?

Existem seis funções da linguagem diferentes:

- **Função referencial ou denotativa:** relacionada com o contexto comunicativo, tem como objetivo informar sobre um determinado assunto.
- **Função emotiva ou expressiva:** relacionada com o emissor da mensagem, tem como objetivo transmitir as ideias e os sentimentos do

emissor.

- **Função apelativa ou conativa:** relacionada com o receptor da mensagem, tem como objetivo influenciar e persuadir o destinatário da comunicação.
- **Função poética:** relacionada com a própria mensagem, tem como objetivo transmitir uma mensagem cuidada, estruturada, esteticamente bela.
- **Função fática:** relacionada com o canal comunicativo, tem como objetivo manter funcional o canal de comunicação entre o emissor e o receptor, para haver continuidade da comunicação.
- **Função metalinguística:** relacionada com o código comunicativo, tem como objetivo explicar esse próprio código.

As funções da linguagem são diferentes recursos de comunicação que, conforme o objetivo do emissor, dão ênfase à mensagem transmitida, em função do contexto em que o ato comunicativo ocorre.

Existem seis funções da linguagem. Estas encontram-se diretamente relacionadas com os elementos da comunicação.

Funções da linguagem	Elementos da comunicação
Função referencial ou denotativa	contexto
Função emotiva ou expressiva	emissor
Função apelativa ou conativa	receptor
Função poética	mensagem
Função fática	canal
Função metalinguística	código

### A) Função referencial ou denotativa

A função referencial, também chamada de função denotativa, tem como principal objetivo informar sobre um determinado assunto. Assim, a ênfase é dada ao contexto comunicativo.

A função referencial ou denotativa da linguagem é usada para transmitir uma informação clara, objetiva e direta sobre um determinado assunto. Apoiar-se em fatos e dados concretos, excluindo elementos que confirmam subjetividade e emotividade à mensagem.

Privilegia o uso de uma linguagem denotativa estruturada em orações na ordem direta, de forma a evitar ambiguidades e diferentes interpretações. A impessoalidade da mensagem fica marcada pelo uso da 3.<sup>a</sup> pessoa do discurso, sendo isenta de opiniões pessoais.

Dando ênfase ao contexto comunicativo, a função referencial ou denotativa é a função da linguagem mais utilizada no dia a dia. Está presente em:

- notícias de jornal;
- correspondências comerciais;
- livros didáticos;
- documentos oficiais;
- textos técnicos;
- artigos científicos.

Características da função referencial ou denotativa:

- Transmite uma informação de forma clara, objetiva e direta;
- Informa sobre a realidade, tendo como base fatos e dados concretos;
- É impessoal, não apresentando a opinião do emissor;
- Utiliza uma linguagem denotativa;
- Utiliza a 3.<sup>a</sup> pessoa do discurso.

### **B) Função emotiva ou expressiva**

A função emotiva, também chamada de função expressiva, tem como principal objetivo transmitir as emoções e sentimentos do emissor. Assim, a ênfase é dada ao emissor da mensagem. A mensagem transmitida é subjetiva e pessoal, sendo construída conforme a visão do seu emissor.

A pessoalidade da mensagem fica marcada pelo uso da 1.<sup>a</sup> pessoa do discurso - eu. Transmitindo opiniões pessoais, recorre a diversas marcas que acentuam a entonação emotiva do discurso, como interjeições, exclamações e reticências.

A função emotiva ou expressiva dá ênfase ao emissor da mensagem, sendo muito usada na poesia. Apesar disso, é frequentemente utilizada no dia a dia, estando presente em:

- poemas;
- cartas pessoais;
- memórias;
- autobiografias;
- depoimentos;
- entrevistas;
- músicas.

Características da função emotiva ou expressiva:

- A mensagem transmitida é subjetiva, conforme a visão do emissor.

- É pessoal, sendo utilizada a 1.<sup>a</sup> pessoa do discurso.
- Há a presença de interjeições que enfatizam o discurso.

Utiliza pontuação que acentua a sua entonação emotiva, como os pontos de exclamação e as reticências.

### **C) Função apelativa ou conativa**

A função apelativa, também chamada de função conativa, tem como principal objetivo influenciar e persuadir o receptor, levando a que este tenha um determinado comportamento, pensamento ou atuação. Assim, a ênfase é dada ao receptor da mensagem.

Para direcionar a mensagem ao receptor, privilegia o uso da 2.<sup>a</sup> ou 3.<sup>a</sup> pessoa do discurso, referindo-se diretamente ao você e ao tu. Utiliza também vocativos, verbos no imperativo e pontos de exclamação que enfatizam o discurso e incitam a atuação do interlocutor.

Dando ênfase ao receptor da mensagem, a função conativa ou apelativa é usada predominantemente em textos publicitários. Além disso, é usada em diversas situações comunicativas que se dirigem diretamente com o receptor.

Características da função apelativa ou conativa:

- Predomina o uso de verbos no imperativo.
- Utiliza a 2.<sup>a</sup> ou 3.<sup>a</sup> pessoa do discurso (tu e você).
- Há a presença de vocativos que direcionam a mensagem.
- Recorre a pontos de exclamação para enfatizar o discurso.

Onde se usa a função apelativa ou conativa:

- publicidades;
- propagandas;
- discursos políticos;
- sermões religiosos;
- livros de autoajuda;
- horóscopo.

### **D) Função poética**

A função poética tem como principal objetivo transmitir uma mensagem elaborada, formalmente estruturada, com as palavras cuidadosamente selecionadas e uma estrutura formal para produzir um resultado estético. A ênfase dada à própria mensagem.

Há uma preocupação em transmitir uma mensagem bela e inovadora, que fuja a expressões cotidianas, clichês, bordões... Para tal, são usadas figuras de

linguagem e é valorizado o sentido conotativo das palavras, bem como o seu ritmo, melodia e sonoridade.

Dando ênfase à própria mensagem, a função poética é usada majoritariamente na poesia. Além disso, é usada também na prosa e em outras formas de comunicação.

Características da função poética:

- Utiliza uma linguagem elaborada e cuidada.
- Dá importância ao ritmo, melodia e sonoridade das palavras.
- Procura o que é belo e inovador.

Onde se usa a função poética:

- poemas;
- obras literárias;
- letras de músicas;
- publicidade;
- propaganda.

### E) Função fática

A função fática da linguagem ocorre quando há o objetivo e a preocupação de estabelecer e manter um canal de comunicação entre o emissor e o receptor. A ênfase é, assim, dada ao canal comunicativo.

A função fática está presente quando os interlocutores emitem palavras e frases com o objetivo de iniciar a transmissão da mensagem e de verificar que a mensagem está sendo entendida. A função fática está, assim, presente em cumprimentos e saudações, bem como em conversas de telefone e diversas conversas de circunstância.

Características da função fática:

- Recorre a frases interrogativas para obter resposta do receptor.
- Utiliza interjeições e onomatopéias para manter o discurso.
  - Alô! Alô?
  - Bom dia!
  - Não é mesmo?
  - Sei...
  - Hum... hum...

### F) Função metalinguística

A função metalinguística da linguagem ocorre quando o código comunicativo é utilizado para explicar o próprio código comunicativo. Tem, assim,

uma função explicativa. A ênfase da comunicação é dada ao próprio código comunicativo.

A função metalinguística está presente em dicionários, gramáticas e aulas de línguas, mas também em qualquer conversa em que haja a explicação de um conceito, em qualquer assunto que seja explicado pelas próprias palavras do emissor, em qualquer poesia que fale sobre a poesia, em qualquer filme que ensine a fazer filmes ...

Características da função metalinguística:

- Utiliza o código como tema da mensagem.
- Tem uma função explicativa.

Onde se usa a função metalinguística:

- dicionários;
- gramáticas.

### 5.8.2. Níveis de linguagem

Os níveis da linguagem, também chamados de níveis da fala, são os diferentes registros em que a linguagem pode ser utilizada pelos falantes, conforme o contexto comunicativo, o nível de escolarização dos falantes, a interação com diferentes interlocutores, ...

Existem dois níveis da linguagem principais: o culto e o coloquial.

O registro culto, chamado de norma culta, linguagem formal e registro formal, é usado na linguagem escrita, na escola e no trabalho, na comunicação social, em situações que requerem uma maior seriedade, quando não há familiaridade entre os interlocutores da comunicação.

O registro coloquial, também chamado de linguagem coloquial, linguagem informal e linguagem popular, é a linguagem falada em situações cotidianas de comunicação e em conversas descontraídas entre familiares, amigos, conhecidos, vizinhos, ...,

A) Características da linguagem coloquial

- Usada em situações informais ou familiares;
- É uma linguagem falada, espontânea e despreocupada;
- Responde a necessidades de comunicação imediata do dia a dia;
- Aceita a existência de algumas incorreções linguísticas;
- Há um maior relaxamento em relação às regras gramaticais;
- Apresenta um vocabulário simples e expressões populares;

- Ocorre o uso de gírias e de palavras não dicionarizadas;
- Utiliza estruturas sintáticas simples;
- Permite a liberdade de expressão do falante;
- Está sujeita a variações regionais, culturais e sociais.

#### B) Características da norma culta

- Usada em situações formais, principalmente na escrita;
- É uma linguagem planejada, cuidada e elaborada;
- Privilegia a correção gramatical;
- Apresenta um vocabulário rico e diversificado;
- Utiliza estruturas sintáticas complexas;
- Ensinada na escola e usada na comunicação social.

#### C) Outros níveis de linguagem

Além dessa divisão principal entre linguagem culta e linguagem coloquial, existem outras classificações de níveis de linguagem, conforme diferentes autores, como:

- nível regional;
- nível vulgar;
- nível técnico ou profissional;
- nível literário ou artístico.

#### • **Nível não é hierarquia**

Apesar de classificados em níveis, não significa que haja uma hierarquia entre a linguagem formal e a linguagem informal, ou seja, uma não pode ser considerada melhor ou mais importante do que a outra.

Um falante que saiba adaptar o seu discurso às diferentes situações comunicativas e aos diferentes interlocutores irá usar, necessariamente, a linguagem culta e a linguagem coloquial no seu dia a dia, como linguagens complementares. Este é um exemplo de variação situacional, ou seja, uma variação linguística em função do contexto.

Existem outras variações linguísticas que ocorrem conforme alterações geográficas, temporais e sociais, como variações regionais, variações históricas e variações sociais.

### 5.8.3. Variações linguísticas

A língua portuguesa encontra-se em constante alteração, evolução e atualização, não sendo um sistema estático e fechado. O uso faz a regra e os falantes

usam a língua de modo a suprir suas necessidades comunicativas, adaptando-a conforme suas intenções e necessidades.

Sendo uma sociedade complexa, formada por diferentes grupos sociais, com diferentes hábitos linguísticos e diferentes graus de escolarização, ocorrem variações na língua, principalmente de caráter local, temporal e social.

Nem todas as variações linguísticas usufruem do mesmo prestígio, sendo algumas consideradas menos cultas. Contudo, todas as variações devem ser encaradas como fator de enriquecimento e cultura e não como erros ou desvios.

#### – **Tipos de variação**

As variações linguísticas ocorrem principalmente nos âmbitos geográficos, temporais e sociais.

#### • **Variações regionais** (diatópicas ou geográficas)

São variações que ocorrem de acordo com o local onde vivem os falantes, sofrendo sua influência. Este tipo de variação ocorre porque diferentes regiões têm diferentes culturas, com diferentes hábitos, modos e tradições, estabelecendo assim diferentes estruturas linguísticas.

- Diferentes palavras para os mesmos conceitos;
- Diferentes sotaques, dialetos e falares;
- Reduções de palavras ou perdas de fonemas.

#### • **Variações históricas** (diacrônicas)

São variações que ocorrem de acordo com as diferentes épocas vividas pelos falantes, sendo possível distinguir o português arcaico do português moderno, bem como diversas palavras que ficam em desuso.

- Expressões que caíram em desuso;
- Grafemas que caíram em desuso;
- Vocabulário típico de uma determinada faixa etária.

#### • **Variações sociais** (diastráticas)

São variações que ocorrem de acordo com os hábitos e cultura de diferentes grupos sociais. Este tipo de variação ocorre porque diferentes grupos sociais possuem diferentes conhecimentos, modos de atuação e sistemas de comunicação.

- Gírias próprias de um grupo com interesse comum, como os skatistas.
- Jargões próprios de um grupo profissional, como os policiais.

#### • **Variações situacionais** (diafásicas)

São variações que ocorrem de acordo com o contexto ou situação em que decorre o processo comunicativo. Há momentos em que é utilizado um registro formal e outros em que é utilizado um registro informal.

- Linguagem formal, considerada mais prestigiada e culta, usada quando não há familiaridade entre os interlocutores da comunicação ou em situações que requerem uma maior seriedade.
- Linguagem informal, considerada menos prestigiada e culta, usada quando há familiaridade entre os interlocutores da comunicação ou em situações descontraídas.

#### 5.8.4. Sincronia e diacronia

Sincronia e diacronia são conceitos distintos, mas complementares, usados na linguística para indicar diferentes perspectivas de estudo da língua: o estudo na língua num momento específico (sincronia) e o estudo da língua através do tempo (diacronia).

Esses dois conceitos foram inicialmente abordados pelo linguista Ferdinand de Saussure, que defendia que a língua poderia e deveria ser estudada como uma realidade autônoma num determinado ponto no tempo, sem que fosse necessária a análise dos seus processos evolutivos. Afirmava que a única realidade linguística conhecida do falante era a língua em atual funcionamento.

Um estudo completo e efetivo da língua teria que contemplar essas duas vertentes, focando tanto nas mudanças ocorridas na língua, como no funcionamento da língua num determinado momento.

##### – Sincronia

Um estudo sincrônico da língua incide nas características que a língua apresenta durante um dado período do tempo. Assim:

- é momentâneo, não sendo estudada a evolução da língua no tempo, mas apenas um momento específico inserido nesse processo evolutivo;
- apresenta características estáticas e descritivas, referindo o estado da língua naquele momento específico;
- estuda apenas as variações da língua que coexistem numa determinada época, como variações regionais, sociais e situacionais;
- analisa a língua como um conjunto fechado que apresenta regularidade e homogeneidade própria de uma determinada época.

##### – Diacronia

Um estudo diacrônico da língua incide nas mudanças que a língua apresenta ao longo do tempo. Assim:

- apresenta a evolução que as palavras sofrem através do tempo, anali-

sando as transformações ocorridas até à palavra atual;

- apresenta características dinâmicas e históricas, remontando à origem das palavras;
- ao incidir sobre o processo evolutivo da língua, caracteriza-se como o estudo da sucessão de diversas diacronias, possibilitando comparações.

#### 5.8.5. Sentido próprio e figurado das palavras

O sentido próprio e o sentido figurado da linguagem estão relacionados com a função denotativa e conotativa da linguagem, ou seja, com a capacidade que as palavras têm de apresentar uma pluralidade de significados, desde um mais objetivo e literal, até um subjetivo e simbólico.

##### A) Sentido próprio

O sentido próprio das palavras é também chamado de sentido literal ou sentido denotativo.

Apresenta as seguintes características:

- Transmite o significado original da palavra, normalmente associado ao primeiro significado que aparece na definição do dicionário;
- Transmite o sentido mais comum da palavra, sendo aquele que é imediatamente reconhecido;
- Transmite o significado mais objetivo da palavra, independentemente do contexto frásico em que ocorre;
- A principal função da mensagem é transmitir uma informação clara e objetiva.
  - Minha avó faz um pão salgado delicioso.
  - Ganhei o jogo com o ás de copas.
  - Não sei se acredito em anjos...

##### B) Sentido figurado

O sentido figurado das palavras é também chamado de sentido conotativo.

Apresenta as seguintes características:

- Surge em situações particulares de uso da língua, estando dependente do contexto frásico em que ocorre;
- Transmite um significado subjetivo da palavra, sujeito à interpretação dos interlocutores;
- Apresenta um sentido simbólico da palavra, influenciado por associações e ideias que ampliam o sentido original de uma palavra;
- A principal função da mensagem é ser expressiva para provocar senti-

mentos nos interlocutores.

- Meu avô era um pão quando era novo.
- Sempre fui um ás na matemática.
- Meus netos são uns anjos.

Figuras de linguagem, também chamadas de figuras de estilo, são recursos estilísticos utilizados na linguagem oral e escrita que aumentam a expressividade da mensagem.

Existem várias figuras de linguagem: umas são mais conhecidas; outras, menos conhecidas. Umas são mais utilizadas na linguagem oral; outras, na linguagem escrita. Umas são mais usadas na prosa; outras, na poesia.

### 5.8.6. Figuras de linguagem

Existem diversas figuras de linguagem. Estão subdivididas em: figuras de palavra, figuras de construção, figuras de pensamento e figuras de som.

Figuras de palavras	Alegoria, perífrase ou antonomásia, catacrese, comparação ou símile, metáfora, metonímia, sinédoque, sinestesia.
Figuras de construção	Anacoluto, anáfora, anástrofe ou inversão, hipérbato, sínquise, assíndeto, polissíndeto, eclipse, zeugma, silepse, hipálage, pleonasma ou redundância.
Figuras de pensamento	Antítese, apóstrofe, eufemismo, gradação ou clímax, hipérbole, ironia, paradoxo ou oxímoro, prosopopeia ou personificação.
Figuras de som	Aliteração, assonância, onomatopeia, paronomásia.

#### A) Metáfora

A metáfora é uma comparação implícita entre dois elementos que apresentam uma ou mais características em comum, sem que essa característica esteja salientada. A comparação é feita de modo subentendido, não havendo também um termo comparativo explícito. Surge a partir de uma tendência humana de associar novos fatos a fatos já conhecidos e tem como principal objetivo tornar uma característica mais expressiva.

Exemplos de metáforas:

- Essa notícia foi um balde de água fria.
- Minha filha está uma girafa!
- Aquele atleta é um touro.
- Esta informação será a chave do problema.

É uma das mais importantes ferramentas linguísticas da comunicação humana e a mais frequente das figuras de linguagem, sendo usada a quase todos

os minutos pelos falantes da língua. Há metáforas na linguagem cotidiana, em poemas, músicas, histórias infantis, textos sagrados e até na publicidade. Além de palavras, existem também expressões e textos com sentido metafórico, como “difícil de engolir”, “ter o rei na barriga”, “ir para o olho da rua” e “a ponta do iceberg”, bem como as parábolas da bíblia e outras fábulas tradicionais.

A metáfora se desenvolve no âmbito da linguagem conotativa, ou seja, apresenta diferentes significados, sujeitos a diferentes interpretações, dependendo do contexto frásico em que aparece, assumindo um sentido figurado e simbólico. É usada por diversos profissionais como um método de autoconhecimento e aprendizagem, através da análise de histórias metafóricas, conceitualização das mesmas e adaptação das mesmas à própria realidade.

#### B) Metonímia

A metonímia se caracteriza pela substituição de uma palavra por outra com sentido próximo. Pode ser referido o efeito em vez da causa, a parte em vez do todo, a marca em vez do produto e o autor em vez da obra, entre outros.

- Todos os anos, nas férias, leio Cecília Meireles.
- Bebi dois copos de água para matar a sede.
- Perdi minha gilete!

Como qualquer figura de linguagem, a metonímia é um recurso utilizado na linguagem oral e escrita que aumenta a ênfase e a expressividade da mensagem, evitando a repetição de palavras em textos, ao mesmo tempo que permite a redução de expressões extensas.

#### – Tipos de metonímia

- O efeito pela causa (ou a causa pelo efeito)
  - Não respeitam nada, nem ninguém. Não respeitam meus cabelos brancos. (idade avançada)
- A parte pelo todo (ou o todo pela parte)
  - Vou sair de casa de meus pais e ter meu próprio teto. (casa)
- O autor pela obra
  - Estou lendo Jorge Amado. (um livro de Jorge Amado)
- O concreto pelo abstrato (ou o abstrato pelo concreto)
  - Qual será o futuro da humanidade? (dos seres humanos)
- A marca pelo produto
  - Vou pedir à empregada para arear essas panelas com bombril. (esponja de aço)
- O singular pelo plural

- O aluno deverá manter o silêncio na biblioteca. (todos os alunos)
- O continente pelo conteúdo
  - Meu filho comeu um prato de arroz com feijão e bebeu um copo de groselha. (o arroz com feijão que estava no prato e a groselha que estava no copo)
- A classe pelo indivíduo (ou o indivíduo pela classe)
  - Quanto mais o Homem constrói, mais o Homem destrói. (os seres humanos)
- O instrumento pelo utilizador
  - Os computadores trabalhavam incessantemente, dia e noite. (os informáticos)
- A matéria pelo objeto
  - Usou todo o ouro que tinha para impressionar os convidados. (as joias de ouro)
- O sinal pela coisa significada
  - A coroa espanhola está sendo comentada nas redes sociais. (a família real espanhola)
- O proprietário pela propriedade
  - Vou ao veterinário com minha cadela. (ao consultório do veterinário)
- O lugar pelo produto
  - Vamos beber um Porto? (vinho do Porto)
- Metonímia na literatura e imprensa
  - “E o médico veio de Chevrolé” (Oswaldo de Andrade)
  - “Trabalhava ao piano, não só Chopin como ainda os estudos de Czerny.” (Murilo Mendes)
  - “Entretanto a cidade, que durante uns dois ou três dias parecia nos haver esquecido, voltava subitamente a atacar.” (Rubem Braga)
  - “No cinema, só quem fala são os atores do filme. Nós calamos para que eles possam falar. Nossa vida cala para que outra fale.” (Eliane Brum)
  - “A nuvem carregada, espanto do marujo” (Victor Hugo)
- Metonímia x metáfora
  - Na metáfora ocorre uma comparação.
  - Na metonímia ocorre uma substituição.
  - Na metáfora há uma associação de ideias entre os termos, feita pelo falante, dependendo dele.

- Na metonímia há uma relação de dependência e contiguidade entre os sentidos dos termos, independentemente do falante.

### – Comparação ou símile

A comparação, também chamada de símile, se caracteriza pela comparação de dois elementos que têm características comuns. A comparação é estabelecida através de um conectivo comparativo (como, tal qual, que nem).

- Meu filho é teimoso como uma mula!

### C) Perífrase ou antonomásia

A perífrase, também chamada de antonomásia, se caracteriza pela utilização de uma expressão simbólica para indicar indiretamente algo que poderia ser diretamente nomeado com apenas uma ou poucas palavras.

- Se eu fosse um animal, gostaria de ser o rei da selva.

### D) Sinestesia

A sinestesia se caracteriza pela mistura de diferentes sensações, provenientes de diferentes sentidos. Ocorre a combinação de sensações auditivas, olfativas, gustativas, visuais e táteis.

- Bebi o perfume das rosas, recordando o jardim da velha casa.

### E) Sinédoque

A sinédoque se caracteriza pela substituição de um termo por outro que amplie ou reduza o seu sentido, estabelecendo uma relação desigual. Pode ser referido o singular em vez do plural, a classe em vez do indivíduo e a parte em vez do todo (e vice-versa).

- O carioca adora uma boa praia.

### F) Alegoria

A alegoria se caracteriza como um conjunto simbólico criado para a transmissão de uma mensagem conotativa que ultrapassa o sentido literal das palavras.

- Em terra de cego, quem tem um olho é rei.

### G) Catacrese

A catacrese se caracteriza pela utilização de uma palavra fora do seu significado original para nomear outra coisa por falta de um termo específico ou até por desconhecimento do termo adequado.

- Tive uma câibra muito dolorosa na batata da perna.

### F) Pleonasmismo

Pleonasmismo é o uso excessivo de palavras na transmissão de uma ideia, ocorrendo repetição e redundância. Pode atuar como uma figura de linguagem - pleonasmismo literário - ou como um vício de linguagem - pleonasmismo vicioso.

### – Pleonismo literário

No pleonismo literário há uma repetição de ideias que visa intensificar o valor expressivo das palavras, reforçando o que está sendo transmitido, e assim despertar sentimentos e captar a atenção do leitor. É uma figura de linguagem.

- “Chovia uma triste chuva de resignação” (Manuel Bandeira)
- “Ó mar salgado, quanto do teu sal/ São lágrimas de Portugal!” (Fernando Pessoa)
- “Morrerás morte vil na mão de um forte.” (Gonçalves Dias)
- “E rir meu riso e derramar meu pranto” (Vinicius de Moraes)
- “Me sorri um sorriso pontual” (Chico Buarque)

### – Pleonismo vicioso

No pleonismo vicioso, a repetição das ideias é supérflua e inútil, sendo desnecessária para a transmissão do conteúdo da frase. Os vícios de linguagem ocorrem, normalmente, por falta de atenção e pouco conhecimento dos significados das palavras pelos falantes.

- entrar para dentro;
- sair para fora;
- subir para cima;
- descer para baixo;
- adiar para depois;
- surpresa inesperada;
- outra alternativa;
- ver com os olhos;
- protagonista principal;
- elo de ligação;
- encarar de frente;
- conclusão final;
- há muito tempo atrás;
- planejar antecipadamente;
- repetir de novo;
- consenso geral;
- fatos reais.

Enquanto alguns pleonismos são inaceitáveis pelos falantes, sendo considerados erros crassos, como “subir para cima” e “entrar para dentro”, outros são aceitos, sendo muito frequente sua utilização, como os pleonismos de negação: “não encontrei ninguém”, “não falei com ninguém”, “não vi nada”, “não sei nada”.

A grande maioria é pleonismo?

A expressão “a grande maioria” não é um pleonismo, sendo diferente indicarmos se foi a maioria ou a grande maioria (ou esmagadora maioria, expressiva maioria, ...), dado que a maioria indica apenas que é o maior número e a grande maioria indica que são quase todos.

### 5.8.7. Vícios de linguagem

Embora frequentes no dia a dia dos falantes, os vícios de linguagem são desvios gramaticais, ou seja, palavras, expressões e construções que fogem às regras da norma padrão ou norma culta. Os vícios de linguagem ocorrem, normalmente, por falta de atenção e pouco conhecimento dos significados das palavras pelos falantes.

Confira alguns vícios de linguagem:

#### A) Barbarismo

Erros de pronúncia, acentuação, ortografia, flexão e significação são considerados barbarismo.

- Erros de pronúncia:
  - pograma (correto = programa)
  - reintero (correto = reitero)
  - beneficente (correto = benéfico)
- Erros de acentuação:
  - rúbrica (correto = rubrica)
  - grátuito (correto = gratuito)
  - púdico (correto = pudico)
- Erros de ortografia:
  - mecher (correto = mexer)
  - quizeram (correto = quiseram)
  - geito (correto = jeito)
- Erros de flexão:
  - deteu (correto = deteve)

- proporam (correto = propuseram)
- cidadãos (correto = cidadãos)
- Erros de significação:
  - meus cumprimentos (correto = meus cumprimentos)
  - o concerto da Rita Lee (correto = o concerto da Rita Lee)
  - o acento da bicicleta (correto = o assento da bicicleta)

## B) Solecismo

Erros de sintaxe (concordância, regência e colocação pronominal) são considerados solecismo.

- Erros de concordância:
  - a gente vamos (correto = a gente vai)
  - fazem dois dias (correto = faz dois dias)
  - haviam muitas vagas (correto = havia muitas vagas)
- Erros de regência:
  - chegamos no colégio (correto = chegamos ao colégio)
  - sempre obedeci meu pai (correto = sempre obedeci ao meu pai)
  - vamos na praia (correto = vamos à praia)
- Erro de colocação pronominal:
  - não enganei-me (correto = não me enganei)
  - foi ela que chamou-me (correto = foi ela que me chamou)
  - compraremos-te um carro (correto = comprar-te-emos um carro)

## C) Pleonasma vicioso ou redundância

Ocorre pleonasma vicioso ou redundância quando há uma repetição de ideias desnecessária para a transmissão do conteúdo da frase.

- Vamos entrar para dentro.
- Vamos adiar para depois.
- Vamos encarar de frente.

## D) Ambiguidade ou anfibologia

Nas frases sem clareza ou com duplo sentido ocorre ambiguidade ou anfibologia.

- A professora levou o aluno para sua sala. (de quem é a sala?)
- Paula conversou com Helena sobre seu trabalho. (de quem é o trabalho?)

- A cachorra da sua prima é mal-humorada. (a prima é uma cachorra ou tem uma cachorra?)

## E) Cacofonia ou cacófato

Ocorre cacofonia ou cacófato quando a pronúncia de palavras seguidas produz um som desagradável ou sugere outra palavra menos apropriada.

- Eu beijei a boca dela.
- Eu não vi ela.
- Me dá uma mão.

## F) Eco

Dissonâncias causadas por terminações iguais nas palavras são consideradas eco.

- Tem gente que, por mais que tente, não consegue ser diferente.
- Nesta cidade não há honestidade, apenas vaidade.

## G) Hiato

Dissonâncias causadas por sequências de vogais idênticas ou semelhantes são consideradas hiato.

- Ana a ama muito.
- Ou eu ou ele estaremos lá.

## H) Colisão

Dissonâncias causadas por sequências de consoantes idênticas ou semelhantes são consideradas colisão.

- Essa saia suja é da Sara.
- Fazendo fiado fico freguês.

## I) Vulgarismo

O uso de expressões que não se enquadram no padrão culto é considerado vulgarismo.

- Vulgarismo fonético:
  - Vamo brincá? (correto = Vamos brincar?)
  - Brincadera boba! (correto = Brincadeira boba!)
  - Põe mais sau, por favor. (correto = Põe mais sal, por favor.)
- Vulgarismo morfológico e sintático:
  - Custa cinco real! (correto = Custa cinco reais!)
  - Os menino vem aí. (correto = Os meninos vêm aí.)
  - Eu vi ele na rua. (correto = Eu vi-o na rua.)

## J) Plebeísmo

Refere-se a gírias, calão e expressões populares que indicam falta de instrução e erudição.

- Fala mané!
- Fiquei bolado com essa parada.

**Nota:** Também a utilização de chavões é considerada por muitos autores como vício de linguagem, por empobrecer o discurso e limitar a autonomia do pensamento humano.

- A união faz a força.
- Cada macaco no seu galho.

## K) Estrangeirismo

Considerado por alguns autores como barbarismo, o estrangeirismo consiste no uso exagerado e desnecessário de palavras de outros idiomas em vez das formas equivalentes em português.

- show (em português = espetáculo)
- drink (em português = bebida ou drinque)
- delivery (em português = entrega em domicílio)

## L) Neologismo

Consiste na criação exagerada de novas palavras, muitas vezes desnecessárias, por já haver palavras análogas no português.

- Já chega de tuitar.
- Deleta essa informação, por favor.
- Manjo bem esse assunto.

## M) Arcaísmo

Refere-se à utilização de palavras ou expressões em desuso.

- Venha, menina, asinha!
- Vosmecê precisa de ajuda?

## N) Preciosismo e prolixidade

Referem-se a uma linguagem exacerbada para referir ideias normais, bem como ao excesso de palavras para transmitir ideias simples, prejudicando a clareza e naturalidade do discurso.

- Minha progenitora, transtornada com meu insubmisso agir, procrastinou nossa viagem intercontinental.
- Estivesse eu rejubilante e álcere em vez de apreensiva e inconformada com as vicissitudes de meu viver.

Existem ainda outros vícios de linguagem como: gerundismo (uso excessivo e desnecessário do gerúndio), queísmo (uso excessivo e desnecessário do

pronome que) e paraquema (sílabas final e inicial iguais em palavras seguidas – uma marca), entre outros.

## O) Gradação ou clímax

Gradação é uma figura de linguagem caracterizada por um encadeamento de ideias que pode seguir uma ordem crescente ou uma ordem decrescente. Seguindo uma ordem crescente, a gradação apresenta uma progressão ascendente, intensificando e exagerando a mensagem transmitida. Seguindo uma ordem decrescente, a gradação apresenta uma progressão descendente, suavizando a mensagem transmitida.

Alguns autores defendem que gradação e clímax são conceitos sinônimos, outros defendem que clímax é apenas sinônimo de gradação ascendente, sendo o anticlímax o sinônimo da gradação descendente.

– Exemplos de gradação ascendente:

- Em menos de um ano passou de estagiário, a funcionário, a chefe e a tirano.
- Minha prima sempre se achou bonita, linda, deslumbrante. Sempre se achou a mulher mais vistosa do mundo.
- Do passo passou ao trote e do trote ao galope. Assim, o cavalo se sentiu livre correndo pelos campos.

– Exemplos de gradação descendente:

- Ela berrou, gritou, falou, sussurrou, murmurou... já não havia mais nada que pudesse fazer.
- A famosa atriz já foi milionária, rica, classe média e até remediada. Quem diria que acabaria sua vida na miséria?
- Depois da tempestade, dos relâmpagos e trovões, a chuva continuou caindo durante dias, até se transformar num suave chuvisco.

## P) Anástrofe ou inversão

A anástrofe (ou inversão) é uma figura de linguagem, ou seja, um recurso utilizado na linguagem oral e escrita que aumenta a expressividade da mensagem. A anástrofe se refere a uma inversão leve da ordem normal das palavras numa frase, ocorrendo essa inversão predominantemente por antecipação de uma palavra que complementa outra palavra, ou seja, em palavras correlativas. Vários autores defendem que na anástrofe ocorre também a inversão entre o sujeito e o predicado.

Através da utilização de anástrofes, é possível realçar uma palavra ou ideia, bem como criar um efeito surpresa na frase. Na poesia, esta figura de linguagem

é muitas vezes utilizada para cumprir as exigências do verso relativamente à métrica e às rimas.

- Ao filho, a mãe deu um sorvete.
- Para todos os familiares mandou lembranças.
- Que faço eu com essa indecisão minha?
- Correto, eu acho que é!

### Q) Anástrofe x hipérbato x sínquise

Anástrofe, hipérbato e sínquise são figuras de construção ou de sintaxe, estando relacionadas com a estrutura das frases. Estas três figuras se caracterizam pela inversão da ordem normal das palavras numa frase. São apenas diferenças pela intensidade com que essa inversão ocorre.

- Na anástrofe ocorre uma inversão suave que cria apenas um ligeiro efeito surpresa e enfático na frase.
- No hipérbato ocorre uma inversão brusca que, embora possa prejudicar a clareza da mensagem, não compromete o entendimento e sentido da mesma.
- Na sínquise ocorre uma inversão tão intensa e excessiva que compromete a clareza e sentido da mensagem, tornando-a obscura e ininteligível.

### 5.8.8. Coerência e coesão textual

Coerência e coesão são duas ferramentas essenciais e inseparáveis na construção textual. Graças à coerência e à coesão, é possível transformar seqüências de palavras num todo organizado, ou seja, num texto.

- Coerência estabelece a lógica interna de um texto e cria uma linha de pensamento.
- Coesão cria uma seqüência harmoniosa entre os diversos momentos do texto.

#### A) Como criar coerência textual?

Para cumprir o seu propósito de transmissão de mensagens, um texto deve apresentar certas características que facilitem a apreensão do sentido pelo leitor, seguindo uma linha de pensamento que possa ser seguida e compreendida.

Aspectos essenciais na coerência textual:

- Escrita com clareza, simplicidade, objetividade e concisão;
- Estruturação de uma ideia principal e de ideias secundárias;
- Criação de uma linha de raciocínio e pensamento lógico;

- Entrelaçamento de ideias e harmonia entre fatos;
- Transmissão de informação relevante com ênfases nas partes mais importantes;
- Apresentação de informação suficiente sobre o assunto;
- Demonstração de um domínio total do assunto;
- Construção de um todo significativo.

Aspectos a evitar na coerência textual:

- Utilização desnecessária de palavras;
- Repetição de palavras;
- Redundância de ideias;
- Contradição de fatos;
- Existência de fatos isolados;
- Utilização de frases muito extensas;
- Uso de frases feitas, clichês, jargões, estrangeirismos;
- Uso de outros elementos que empobrecem o discurso.

#### B) Como criar coesão textual?

Para a correta compreensão de um texto, é essencial também que haja uma ligação harmoniosa entre as suas diversas partes. Essa ligação é feita através de diversas estratégias, havendo assim diversos tipos de coesão textual.

##### – Coesão referencial

Na coesão referencial são utilizados elementos, como pronomes e expressões adverbiais, que evitam a repetição de elementos já mencionados no texto aquando de nova referência.

- Você viu minha irmã por aí? Ela disse que vinha para aqui.
- Essa mochila é minha. Onde está a sua?
- Já arrumei todas as minhas gavetas, menos aquela.

##### – Coesão sequencial

Na coesão sequencial é estabelecida uma coesão por conjunção, sendo utilizados conectivos e expressões que dão continuidade aos assuntos, estabelecendo uma seqüência e relação com aquilo que já foi afirmado, como por conseguinte, embora, logo, com o fim de, caso...

- Perante aquela situação, foi fácil tomar uma decisão.
- Isto posto, continuaremos realizando nosso trabalho.

### – Coesão lexical

Na coesão lexical são utilizados recursos coesivos que permitem a manutenção do tema sem repetições vocabulares.

- Um dos cientistas estava próximo de mais uma descoberta. Os restantes investigadores aguardavam as conclusões.
- A savana estava repleta de leões e leoas. Esses magníficos mamíferos selvagens.
- Ainda estou cozinhando o arroz. Quando acabar de o fazer, poderemos almoçar.

### – Recursos coesivos lexicais:

- Sinonímia: utilização de sinônimos, como convencer e persuadir.
- Hiponímia e hiperonímia: uso de substantivos específicos e genéricos, como leão e mamífero.
- Repetição: emprego de palavras repetidas com intuito de destacar ou reforçar uma ideia, como enormes vontades, enormes esforços, enormes desilusões.
- Nominalização: utilização de substantivos, verbos e adjetivos relacionados, como felicidade, feliz e felicitar.
- Substitutos universais: uso termos que substituem outros, como pronomes, numerais e mesmo alguns verbos, como o verbo fazer.

### – Coesão por elipse

Na coesão por elipse é feita a omissão de elementos anteriormente mencionados, desde que facilmente identificáveis.

- Minha mãe está na feira. Foi comprar frutas e verduras.
- Mariana e Paula são melhores amigas. Querem viajar juntas.

### – Coesão por substituição

Na coesão por substituição são também utilizadas palavras que retomam termos já referidos, havendo, contudo, uma nova definição desse termo, sem que haja correspondência total ao primeiro termo.

- Meu pai pediu bolo de chocolate, eu pedi um de limão.
- Para a festa, ela comprou um vestido novo. Eu vou comprar também.

Além do acima exposto, é essencial que haja:

- Correta ordenação das palavras no período;
- Correto uso de desinências nominais (marcas de gênero e número);

- Correto uso de desinências verbais (flexão em número, pessoa, modo e tempo);
- Correta utilização de preposições e conjunções.

## 5.8.9. Paralelismo

### A) Paralelismo sintático

Paralelismo sintático é uma sequência de estruturas sintáticas, como termos e orações, que são semelhantes ou possuem igual valor sintático. O uso de estruturas com essa simetria sintática confere clareza, objetividade e precisão ao discurso.

Exemplos com e sem paralelismo sintático:

- Sem: Eu pedi para ele vir cedo e que trouxesse guardanapos.
- Com: Eu pedi que ele viesse cedo e que trouxesse guardanapos.
- Sem: O professor sempre foi disponível, compreensivo e teve paciência.
- Com: O professor sempre foi disponível, compreensivo e paciente.
- Sem: O atleta brasileiro vencedor da maratona foi seguido pelo atleta argentino e do atleta uruguaio.
- Com: O atleta brasileiro vencedor da maratona foi seguido pelo atleta argentino e pelo atleta uruguaio.
- Sem: Após o incêndio, eles vieram com coragem mas querendo justiça.
- Com: Após o incêndio, eles vieram com coragem mas quiseram justiça.
- Sem: Ela não só é professora, como também vende perfumes.
- Com: Ela não só é professora, como também vendedora de perfumes.

Estruturas de paralelismo sintático mais comuns

- Por um lado... por outro...
- Não... nem...
- Tanto... quanto...
- Primeiro... segundo...
- Seja... seja...
- Quer... quer...

- Ora... ora...
- Ou... ou...
- Quanto mais... mais...
- Quanto menos... menos...
- Não só... mas também...
- Isto é...
- Ou seja...

Além do paralelismo sintático, existem também o paralelismo semântico, que indica uma simetria entre as ideias presentes na frase.

Sem paralelismo semântico:

- A irmã revisou a matéria com Pedro.
- Com paralelismo semântico:
- A irmã revisou a matéria com o irmão.
- Alice revisou a matéria com Pedro.

## B) Paralelismo semântico

Paralelismo semântico é uma sequência harmoniosa e simétrica entre as ideias presentes na frase, havendo correspondência de sentido entre os termos.

Para haver paralelismo semântico, tem que haver um encadeamento lógico de ideias que sejam correspondentes e que possam ser comparadas entre si.

Sem paralelismo semântico:

- A cozinheira pediu que o Mateus fosse ao supermercado.
- Com paralelismo semântico
- A cozinheira pediu que o ajudante fosse ao supermercado.
- A Heloísa pediu que o Mateus fosse ao supermercado.

Para criar paralelismo semântico, é importante que se elimine aquilo que quebra o paralelismo, como uma palavra que não se encontra no mesmo campo semântico das palavras anteriores.

O paralelismo semântico confere coerência e harmonia aos textos, tornando-os mais claros e compreensíveis.

Exemplos sem paralelismo semântico:

- Vou comprar um vestido novo para a festa e pão.
- Meu primo é muito simpático, cumprimenta todos com alegria e é alto.

- Alice gosta de ginástica, de patinação e de doce de leite.
- Exemplos com paralelismo semântico
- Vou comprar um vestido novo para a festa e umas sandálias douradas.
- Meu primo é muito simpático, cumprimenta todos com alegria e ajuda quem pode.
- Alice gosta de ginástica, de patinação e de natação.

## – Paralelismo semântico e paralelismo sintático

Além do paralelismo semântico, existem também o paralelismo sintático, que forma uma sequência de estruturas sintáticas semelhantes ou com igual valor sintático.

Sem paralelismo sintático:

- Minha avó sempre foi simples, humilde e trabalhou muito.
- Com paralelismo sintático:
- Minha avó sempre foi simples, humilde e trabalhadora.

O paralelismo semântico e o paralelismo sintático são independentes, ou seja, é possível haver falta de paralelismo semântico em uma frase que tenha estruturas sintáticas com paralelismo.

## 5.8.10. Paródia e paráfrase

Paródia e paráfrase são tipos distintos de intertextualidade. A intertextualidade pode ser definida como as relações que se estabelecem entre textos.

Intertextualidade ocorre uma vez que vários autores se baseiam em textos já existentes para escrever seus próprios textos. Pode ser planejada, apresentando vestígios do texto original, bem como ser apenas uma coincidência.

### A) Paráfrase

Paráfrase é caracterizada como sendo uma reafirmação de um tema já trabalhado por outro autor. Embora sejam usadas diferentes palavras, estruturas e estilos, as ideias transmitidas no texto original são conservadas, não havendo mudança na temática principal do texto.

Diversos autores apresentam obras literárias e artísticas sobre temáticas comuns, como o enaltecimento da pátria, a mudança ao longo da vida, Deus, as intrigas da sociedade,...

Exemplos de paráfrase:

- “Minha terra tem palmeiras / onde canta o sabiá...” (Canção do exílio, Gonçalves Dias)

- “Do que a terra mais garrida / teus risonhos, lindos campos têm mais flores / nossos bosques têm mais vida...” (Hino Nacional Brasileiro, J.O.D. Estrada)
- “Moro num país tropical / abençoado por Deus / e bonito por natureza...” (País Tropical, Jorge Ben Jor)

## B) Paródia

Paródia é caracterizada como sendo uma subversão de um tema já trabalhado por outro autor. Ocorre um rompimento com o que foi dito anteriormente, havendo uma clara alteração da abordagem. A paródia é maioritariamente utilizada com finalidade jocosa e satírica. Assim, sendo engraçada e crítica, promove não só um momento de fruição, mas também de reflexão.

Exemplos de paródia:

- Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé. (ditado popular)
- Se Maomé não vai à montanha, a montanha vaia Maomé. (paródia)
- Quem tem boca vai a Roma. (ditado popular)
- Quem tem carro vai a Roma. (paródia)

**Atenção!** Paráfrase e paródia não são formas de plágio. São formas de intertextualidade legais e dependentes da criação do seu autor. Já o plágio é um tipo de intertextualidade ilegal caracterizada por haver cópia e uso indevido de um texto alheio, sem processo de criação envolvido.

## 5.9 Parágrafos e períodos

(em breve a continuação)



